

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

JAINÉ FERNANDA MENDONÇA ANUNCIÃO

**O In.Formar: do movimento de massa para a consciência de classe (1979  
até 1992)**

Mestrado em História Social

São Paulo

2025

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

JAINÉ FERNANDA MENDONÇA ANUNCIACÃO

**O In.Formar: do movimento de massa para a consciência de classe (1979  
até 1992)**

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob orientação da Profa. Dra. Vera Lucia Vieira.

São Paulo

2025

Banca Examinadora

---

---

---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - código de financiamento 88887.802049/2023-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 88887.802049/2023-00.

Dedico este trabalho em memória à  
Maria Célia Vieira Rossi, que, em sua voz,  
retratou e difundiu a real notoriedade que o In.Formar  
e as lutas sociais ocuparam em um período denominado a “década perdida”.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, que desde sempre priorizou os meus estudos e me mostrou que a educação é o melhor caminho a ser seguido. Em especial, à minha mãe, Neuzete Silva, lutadora de sempre, por ter me oferecido todas as oportunidades que ela jamais teve.

À professora Vera Lucia Vieira, que tem sido muito mais do que uma orientadora, por todos esses seis anos de presença, conhecimento compartilhado e confiança depositada. Você não só me guiou com maestria pelo campo da pesquisa, como esteve comigo em cada etapa que faz parte deste trabalho. Lembrarei sempre com carinho.

À Maria Célia, em memória. A responsável pelo meu contato com o tema. Sinto-me lisonjeada por carregar comigo sua história e seu conhecimento. Sei que este trabalho é parte do que você gostaria de ter visto um dia. E o concretizo em sua homenagem.

Às mulheres do coletivo de documentação do Acervo In.Formar, em parceria com o IIEP, pela atitude e pela disponibilização de acesso aos arquivos e por toda a partilha e colaboração.

Às Veranistas, pela solidariedade nas inúmeras leituras, pelos encontros acadêmicos e, principalmente, pelas trocas de experiências e por sempre terem apontado luzes no final de diferentes túneis.

Agradeço, de modo muito especial, os meus amigos Mileni Stergiou, Victor Kagan, Laura Beatriz, Nathália Saraiva, Maria Clara Veríssimo, Carolina Ferreira e Carolina Mazzio, que conhecem meu coração como poucos. Por terem sido colo, abraço, momentos de alegria e refúgio.

Aos amigos do trabalho e do campo do patrimônio, que acreditaram comigo e me deram forças para seguir. Pela amizade, pela compreensão e pelo incentivo inesgotáveis.

Aos professores Pedro Pontual e Luiz Antônio Dias, pela leitura atenta e pelos apontamentos trazidos na banca de qualificação.

Aos amigos companheiros de profissão da PUC-SP, pelas múltiplas contribuições acadêmicas e por sempre me olharem com respeito e admiração.

À Capes, pela bolsa de estudos, sem a qual esse trabalho não seria possível.

## RESUMO

Este trabalho propõe discutir a organização/movimento denominada(o) In.Formar: Cultura e Educação Popular. A entidade contava com a participação direta de trabalhadores(as) – que residiam em espaços urbanos desprovidos de investimentos e que se configuravam como periferias da cidade de São Paulo, em particular na Zona Leste. Agregando pessoas de diversos segmentos sociais, suas principais protagonistas eram mulheres, tanto operárias como donas de casa, que lutavam por direitos de cidadania. Essas pessoas atuavam no sentido de apoiar, conscientizar e documentar os movimentos populares que se organizavam com o mesmo objetivo, visando mudar aquela realidade. O estudo se configura no resgate das estratégias de resistência que o In.Formar construiu com os movimentos reivindicatórios e de solidariedade que emergiram nos bairros de São Paulo, no período de 1980 a 1992. Usando a fotografia como suporte documental, o In.Formar atuou de várias maneiras junto aos movimentos populares, integrando-se às suas estratégias de lutas, subsidiando-os com conteúdos pedagógicos, com ênfase na educação popular, na pesquisa participativa e dando voz às pessoas comuns para expressarem seus problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los de forma autônoma das “benesses” do Estado. A reconstituição desse movimento será realizada a partir de documentos inéditos, material iconográfico (até o momento não visitado pela historiografia existente), tanto no acervo do IIEP quanto das entrevistas coletadas de militantes e principais líderes. Buscar-se-á, do ponto de vista analítico, resgatar, das evidências contidas nas fontes, as características das múltiplas determinações que configuram a concretude social que ensejaram tal movimento, revelando-se, na medida do possível, sua ontologia enquanto ser social. Sempre em diálogo com a produção historiográfica que versa sobre a dinâmica desses movimentos populares naquele momento, dado que sobre o In.Formar não há ainda qualquer estudo, em que pese a importância que teve na dinâmica daquelas lutas na cidade de São Paulo, naquele contexto de estertores da ditadura civil-militar brasileira.

**Palavras-chave:** In.Formar, movimentos populares, resistências de trabalhadores(as), luta por direitos de cidadania.

## ABSTRACT

This paper proposes to discuss the organization/movement called In.Formar: Popular Culture and Education. The entity had the direct participation of workers – who lived in urban areas lacking investment and which were configured as outskirts of the city of São Paulo, particularly in the east zone. Bringing together people from different social segments, its main protagonists were women, both workers and housewives who fought for citizenship rights. They worked to support, raise awareness and document popular movements that were organized with the same objective, aiming to change that reality. The study is configured in the recovery of the resistance strategies that In.Formar built with the protest and solidarity movements that emerged in the neighborhoods of São Paulo, between 1980 and 1992. Using photography as documentary support, In.Formar acted in several ways with the popular movements, integrating itself into their strategies of struggle, subsidizing them with pedagogical content, with an emphasis on popular education, participatory research and giving voice to ordinary people to express their social problems, as well as defining strategic goals and objectives to solve them, independently of the “benefits” of the State. The reconstruction of this movement will be carried out based on unpublished documents, iconographic material until now unvisited by historiography, existing both in the IIEP collection and interviews collected with activists and main leaders. From an analytical point of view, we will seek to recover, from the evidence contained in the sources, the characteristics of the multiple determinations that configure the social concreteness that gave rise to such a movement, revealing, as far as possible, its ontology as a social being. Always in dialogue with the historiographical production that deals with the dynamics of these popular movements at that time, given that, on In.Formar, there is still no study, despite the importance it had in the dynamics of those struggles in the city of São Paulo, in that context of the death throes of the Brazilian civil-military dictatorship.

**Keywords:** In.Formar, popular movements, workers' resistance, struggle for citizenship rights.

## LISTA DE FIGURAS

**FIGURA 1** – Foto extraída do caderno unificado In.Formar mostrando todas as montagens e publicações produzidas, página 6, sem data. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 2** – Atas de reuniões da entidade. Data: 1987. Acervo do IIEP.

**FIGURA 3** – Atas de reuniões da entidade. Data: 1987. Acervo do IIEP.

**FIGURA 4** – Exemplo da tabela base de acervos do In.Formar organizado por Célia Rossi. Acervo Pessoal de Célia Rossi e IIEP, 2014.

**FIGURA 5** – Ata de reunião do movimento, com ênfase para as temáticas trazidas em reunião. Data: 1981. Acervo IIEP.

**FIGURA 6** – Material educativo produzido pela entidade. Data: 1986. Acervo IIEP.

**FIGURA 7** – Material educativo produzido pela entidade. Data: 1986. Acervo IIEP.

**FIGURA 8** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 9** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 10** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 11** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 12** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 13** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 14** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 15** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 16** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 17** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 18** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 19** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 20** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.





**FIGURA 57** – Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 58** – Célia com seu filho Paulo no bairro recém-criado de Vila Rica, Zona Leste de São Paulo, sem data. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

**FIGURA 59** – Retrato de Célia Rossi durante as entrevistas. Data: 2020. Acervo: Jaine Fernanda.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

MOSMSP – Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo  
IIEP – Intercâmbio Informações Estudos Pesquisas  
MCV – Movimento do Custo de Vida  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
PT – Partido dos Trabalhadores  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
ENCLAT – Encontro Nacional da Classe Trabalhadora  
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
DSN – Doutrina de Segurança Nacional  
MPL – Movimento Popular de Libertação  
MCC – Movimento Contra a Carestia  
PO – Pastoral Operária  
CBJP – Comissão Brasileira de Justiça e Paz  
SAB – Sociedades Amigos de Bairros  
MEB – Movimento de Educação de Base  
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
SIAN – Sistema de Informação Nacional  
CPV – Documentação e Pesquisa Vergueiro  
NMS – Novos Movimentos Sociais  
JUC – Juventude Universitária Católica  
CPC – Centros Populares de Cultura  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
AN – Assembleia Nacional Constituinte  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PDS – Partido Democrático Social  
PP – Partido Progressista

EDUC – Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CMTC – Companhia Municipal de Transportes Coletivos

DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social

SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>1. O IN.FORMAR: CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR</b>	<b>25</b>
1.1 In.Formar para Formar: histórico e atuação	25
1.2 Do movimento de massa para classe: os “novos” movimentos	46
<b>2. ESTRATÉGIAS DE CONSCIÊNCIA E FORMAÇÃO POPULAR</b>	<b>50</b>
2.2 A educação freireana e a era da participação	57
2.3 Constituinte sem povo não cria nada de novo	65
<b>3. O PROTAGONISMO DE MARIA CÉLIA VIEIRA ROSSI</b>	<b>89</b>
3.1 Práticas de resistência	90
3.2 Pelo direito de voz	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>107</b>
<b>FONTES</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo resgatar as experiências de lutas protagonizadas pelos integrantes da articulação denominada In.Formar: Cultura e Educação Popular, expressão de uma mobilização popular que surgiu na Zona Leste da cidade de São Paulo nos idos de 1979 até 1992. Composto por militantes de diversas lutas sociais, foi um projeto político-informativo que visava apoiar, conscientizar e documentar práticas e experiências populares de luta durante a ditadura civil-militar brasileira.

O In.Formar surge como um instrumento pedagógico capaz de veicular as estratégias de lutas desenvolvidas por setores populares de determinadas regiões da cidade de São Paulo para outros coletivos com objetivos de lutas e resistências semelhantes. Essa veiculação se dava através de estratégias pedagógicas e pela incorporação de múltiplos instrumentos que hoje denominamos multimídias. Dado que o objetivo era a conscientização sobre as alternativas de fortalecimento de cada coletivo, a irradiação teria que resultar na geração de novas práticas que se somavam às desenvolvidas pelo grupo inicial.

Objetivos que já estão enunciados no próprio nome “In.Formar”; ou seja, um movimento de formação e informação que agregava pessoas de diversos segmentos sociais, cujos protagonistas centrais foram os integrantes dos coletivos que surgiram ao longo daquele conturbado período de nossa história. Pois, se nos idos de 1970 tais mobilizações por moradia, transporte, saneamento, escolas etc. eram subsidiárias às resistências contra a ditadura, à medida em que chegam aos seus estertores, em particular após o sucesso das *Diretas Já* e a promulgação da Constituição de 1988, as demandas por direitos de cidadania assumem um protagonismo principal para estes(as) trabalhadores(as), para os(as) quais os preceitos democráticos – e, em particular, os direitos de cidadania – não chegavam.

Essas reflexões iniciais foram emergindo com o desenvolvimento de uma pesquisa inicial efetuada ainda quando eu estava cursando a graduação em história, entre os anos de 2019 e 2021.

Faz-se necessária uma retrospectiva sobre o encontro da temática deste trabalho. O projeto inicial previa estudar os processos de resistência cotidiana de grupos de trabalhadores organizados, em particular os do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP). Na época, fizemos um trabalho no Intercâmbio Informações Estudos Pesquisas (IIEP), ajudando seus membros a organizarem seu acervo. Foi ali que conhecemos um grupo de mulheres militantes que também os ajudavam. Entre elas estava Maria Celia Rossi (1949-2022), esposa de um dos líderes do MOSMSP, Waldemar Rossi (1933-2016), cujos

vínculos com os movimentos populares eram muito grandes, particularmente por suas conexões com a Igreja Católica, então sob os auspícios da Teologia da Libertação. Assim, tornou-se quase que natural entender os processos de resistência cotidiana indicados acima, através do relato dessas mulheres (que haviam protagonizado muitos deles), em particular as lembranças de Maria Célia. O projeto da graduação foi então reformulado, afinando-se na pesquisa de graduação intitulada “Quando Celia Rossi nos contou: Memórias do MOSMSP (1964-1985)”. Dessa forma, para a recuperação da memória de resistência e luta, a pesquisa contou com as contribuições de Maria Célia, que demonstrou ser conhecedora dos arquivos presentes e ser participante do IIEP.<sup>1</sup>

À medida que coletamos seus depoimentos, sobressai não apenas uma vida de muita militância, mas novas práticas de resistência exercidas com a participação direta dos movimentos populares de base na cidade de São Paulo. Essa militante, que passou a vida atuando em pastorais, movimentos sindicalistas e de base aliados à Igreja Católica progressista – e que recebia em sua casa figuras como D. Evaristo Arns, o governador Franco Montoro, entre muitos outros –, foi uma das principais mentoras e ativistas do movimento denominado In.Formar: Educação e Formação Popular.

Foi a complexidade enunciada em tal temática que nos levou à proposta do projeto de mestrado que ora finalizo. Na sequência dos contatos com Célia Rossi, tive acesso ao seu acervo pessoal, que continha fontes muito diversas – em particular recortes de jornais de bairro. Trata-se de um volume significativo de documentos, contendo dossiês, jornais (como “A Gazeta de Vila Formosa” e o “Jornal da Nossa Sociedade”), cartazes, panfletos, charges e cartas (correspondentes às mobilizações das associações de bairro); correspondências, pesquisas (Jornalismo Policial Radiofônico “A Questão da Violência”, de 1984/1985), *slides*<sup>2</sup> e fotografias, materiais de outras entidades e associações que desenvolvem um trabalho próximo ao In.Formar, seminários educacionais e arquivos administrativos (proposta do movimento, regimento e contratos).

A vasta experiência social de Célia, que abarcava muitas nuances em sua trajetória de vida e militância, somada à iminência de um movimento sobre o qual nada se sabia, até o momento, pela historiografia, possibilitou-nos adentrar às complexas relações que aquelas mobilizações alcançaram e, mais uma vez, obrigou-nos a tomar algumas decisões sobre o que

---

<sup>1</sup> Até então Célia era conhecida como a esposa de Waldemar Rossi, um dos mais destacados líderes sindicais. Ver em: ROSSI, Maria Célia Vieira. ROSSI, Waldemar. [2011]. *A História Por Quem A Faz!*. Disponível no: <<https://vimeo.com/55409101>>. Duração: 1:07:04.

<sup>2</sup> Os *slides*, ou dispositivos, são fotografias em suporte transparente e formato 35 mm. Foram muito usados como material didático, antes de existirem os *slides* do Powerpoint. O projetor utiliza uma fonte de luz que atravessa o *slide* e um conjunto de lentes (que ampliam sua imagem) para projetar a imagem na tela.

priorizar para um mestrado. Estávamos diante de um testemunho cuja luta atravessava a vida na fábrica e no bairro, encontrando um lugar comum em ambos: os movimentos populares. Por meio da memória viva dessa militante, damos visibilidade à formulação estratégica de um movimento que apresenta a amplitude e a complexidade das forças políticas e sociais no contexto dos movimentos sociais e das entidades de apoio que eclodiram nas décadas de 1970 a 1990.

A invisibilidade das mulheres nas lutas sociais, das quais Célia é um exemplo, tem sido quebrada nos últimos anos a partir dos estudos sobre gênero e divisão de trabalho. Estudos como o de Elizabeth Lobo, “A luta de classes tem dois sexos” (publicado em 1991), por exemplo, ressaltam a ampla participação das mulheres no cenário político, espinha dorsal de várias organizações da chamada sociedade civil e dos partidos de oposição à ditadura civil-militar.<sup>3</sup>

Ademais, no que compete a massa de informações sobre o In.Formar, em que consistia esse movimento? Quais teriam sido a sua emergência e a sua contribuição às ações políticas e de transformação social que primavam pela organização de base? Questões como essas me permitiram novas formas de analisar temáticas que pareciam se multiplicar durante o estudo. Desse modo, a pesquisa passou a abranger um universo maior de questionamentos e reflexões que me permitiram revelar não apenas aqueles movimentos populares de resistência e por direitos de cidadania.

Viabilizado um novo projeto em 2020 e 2021, sob titulação “In.Formar: práticas de resistências na vida e militância de Maria Célia Vieira Rossi”, retomamos as entrevistas com Célia, inicialmente em sua residência e depois por chamadas de videoconferência, dada a sua idade avançada, além dos contratempos decorrentes da pandemia de Covid-19 ainda em curso. A continuidade do resgate das memórias dessa militante possibilitou o estudo e o reconhecimento de parte de seu acervo pessoal, composto por um vasto material produzido pelo In.Formar, na construção de inúmeras formas de atuação que expressavam o seu olhar sobre suas condições de vida na cidade de São Paulo que relatam ações de resistências social, política e cultural contra as investidas repressivas nos locais de trabalho e moradia.

Durante as entrevistas, com mais de 10 horas contabilizadas ao longo de 3 anos, a consciência de sua importância histórica foi emergindo, à medida que evocava suas iniciativas e as estratégias que criava. Tudo isso permitiu identificar as representações que emergem à

---

<sup>3</sup> A esta temática, sobressai mais dois estudos sobre a mulher na sociedade de classes e no contexto da ditadura, como Albertina Oliveira Costa, em sua obra *Memórias de Mulheres do Exílio*, publicada em 1980, e Ana Maria Colling, em sua publicação *As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil*, de 1997.

memória sobre as vivências de lutas cotidianas que se confundem com a vida pessoal/familiar, reconstruindo o passado da personagem à luz da radiografia historiográfica ou, conforme diz W. Benjamin (1940), a contrapelo dessa produção, dado seu silenciamento sobre o In.Formar.

Quanto ao método de realização das entrevistas, estas foram feitas a partir do encontro da entrevistadora com a entrevistada, como afirma Verena Alberti (1996). De acordo com a autora, o relato pode ser realizado como um diálogo mais pessoal ou como um relato público em forma de monólogo. Embora contemos com algumas entrevistas que adotam a sistemática de um relato, todas as entrevistas realizadas obedecem um padrão de uma conversa informal, no qual a entrevistada contava a sua história de vida e de “luta”, como ela costumava chamar, e apenas pedimos para aprofundar determinado tópico de um algum assunto ou explicar melhor uma história que interessasse para a pesquisa.

Ao esboçar a realidade vivida, esses sujeitos sociais da entidade nos revelam toda a trama do real, vista sob uma ótica própria, no emaranhamento social do seu cotidiano. No entanto, ainda que sejam pessoais, não podemos perder de vista que as narrativas se constroem na experiência social e são constitutivas delas (KHOURY, 2004; 123).

No caso de Maria Célia, em cada sessão, a personagem fazia uma retrospectiva de suas experiências, revelando uma memória muito rica e abrangente, citando nomes, datas e lugares. A cada tópico apresentado, Célia revisita seu passado e consegue transpor os acontecimentos com muita vivacidade na oralidade, dando consistência à sua base empírica acerca de inúmeros movimentos populares participativos e na formulação estratégica do movimento In.Formar com a apresentação de documentos.

Nas diversas entrevistas realizadas, Célia recorria a documentos, para autenticar suas vivências, estabelecendo uma relação muito próxima da oralidade com o registro impresso. À medida que nos aprofundávamos no conhecimento das informações sobre essa organização, sobre os movimentos e sua militância de bairro, percebemos a aproximação de sua fala com a do seu acervo, tanto contextual, quanto teórica, o que em muito nos auxiliou na análise daqueles materiais.

Como tínhamos uma rica quantidade de fontes e praticamente nenhum estudo sistemático sobre os temas em questão, a pesquisa até então seguiu na direção de um estudo de caráter panorâmico e na coleta de informações. Isso porque, desde o início, o resgate da voz de Célia recuperou não só a sua importância como militante e mulher, em virtude da emancipação feminina através da participação nos movimentos populares sob diferentes aspectos, mas também possibilitou demonstrar a notoriedade que o In.Formar adquiriu e a que os movimentos sociais tiveram.

O movimento In.Formar: Cultura e Educação Popular surge na Zona Leste da cidade de São Paulo, resultante do encontro de sociólogos, educadores sociais e fotógrafos, com experiência em educação popular e que atuavam junto aos movimentos denominados de base, tendo como objetivo apoiar a análise crítica e a tomada de posição desses movimentos populares frente à sua realidade. A princípio eram seis membros-militantes: Maria Célia Vieira Rossi, Maria do Pilar Costa Santos, Sônia Correia, Maria Helena Prato Pinto Moreira dos Santos, Marie Louise Bulhões Pedreira Genevoise, posteriormente, conforme o movimento crescia, Murilo da Costa Santos, Neide Aparecida de Almeida, Tânia Regina Feres Siqueira, Márcia Salgado e Paulo José Rossi.

Sendo constatada, pelos próprios integrantes do movimento, a carência de material adequado que facilitasse a compreensão para a formação, a informação e a análise da realidade (independentes de seus objetivos específicos), o In.Formar se propôs a documentar fotograficamente todo o tipo de manifestação dos movimentos populares de São Paulo. A escolha desse objetivo foi devido à falta de acesso à documentação, pela maioria do público, sobretudo aqueles de baixa renda, que atuavam nos grupos dos movimentos populares. Ademais, pelo acesso que o movimento tinha no campo da fotografia, optou-se por uma documentação visual dos processos de informação e formação da população.

Assim, paulatinamente, esse grupo articulou e desenvolveu um projeto político-formativo em linguagem acessível, que ajudasse as pessoas que integravam aquele universo de trabalhadores adjacentes às fábricas e indústrias, extensivo aos seus bairros de moradia, a terem consciência de sua condição e de sua potencialidade de luta por direitos que lhes eram devidos.

Desde os anos de 1970, ocorria o fortalecimento da sociedade civil, alimentado pelas lutas clandestinas das décadas anteriores e fortalecido pela Lei da Anistia, em 1979. A questão do antagonismo social a partir das classes populares, a crescente exclusão social, produzida pela introdução das políticas neoliberais (SOARES DO BEM, 2003), e o crescente contingente de trabalhadores em bairros destituídos de infraestrutura e serviços básicos foram palco na busca de soluções compartilhadas a partir da formação política, de estratégias de ações diretas e da organização na construção de um projeto político comum por meio da intervenção nas lutas populares e sindicais.

Um dos mais importantes movimentos foi o Movimento do Custo de Vida (MCV) que surgiu a partir das CEB, estendendo-se para vários bairros e estados, constituindo-se, principalmente, em um movimento de educação política em torno de uma questão: “Por que sobe o custo de vida e por que os salários não acompanham a elevação?” (SINGER, 1983).

No seu primeiro encontro, em 1972, o MCV reuniu 46 donas de casa. Poucos anos depois, em 1976, promoveu uma manifestação com mais de vinte mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, entregando simbolicamente às autoridades um abaixo-assinado contra a carestia, o qual contava com mais de um milhão de assinaturas – o que revelava um processo crescente de politização e estruturação do movimento.<sup>4</sup>

Os trabalhadores ocuparam a cena política e a participação popular se tornou eixo central da vida social nos anos seguintes. A criação e o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1981, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, representaram apenas a ponta do iceberg de um processo muito mais profundo de lutas populares e de resistência à ditadura.

O renascimento do movimento sindical e dos demais movimentos populares, que ocorreu no Brasil após 1964, possui uma historiografia significativa, com destaque para a obra “Quando novos personagens entraram em cena”, de Eder Sader (1988), assim como o trabalho de Paul Singer, no texto “O povo em movimento” (1981). Ambos os autores trazem contribuições relevantes, buscando entender o papel das classes e dos movimentos populares nessa construção histórica promovida durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Eder Sader destaca, como o próprio título do livro indica, a inserção de novos personagens frente a novas formas de participação, preenchendo lacunas nos partidos políticos e pelo Estado. Para o autor, esses novos sujeitos sociais são influenciados por matrizes discursivas de instituições também em reformulação. São elas: a Igreja Católica, que reconfigura seu discurso à luz da Teologia da Libertação; o marxismo das esquerdas, que, embora não tenham reformulado suas práticas, tinham em seu benefício um denso corpo teórico sobre as lutas e contra a exploração capitalista; e o velho sindicalismo, que consegue superar sua crise graças à matriz discursiva do “novo sindicalismo” (SADER, 1988, p. 11). As matrizes discursivas do autor endossaram algumas questões pertinentes ao presente mestrado, acerca da própria formulação política a respeito da repressão histórica do Estado e que reflete o estágio em que se encontram as classes populares.

Ademais, é possível indagar a relação entre esses movimentos sociais emergentes defronte as transformações ocorridas no mundo do trabalho, com o desafio iminente da realização de alianças políticas entre ambos os tipos de movimentos, como uma estratégia para enfrentar a ofensiva neoliberal, em autores como Pedro Jacobi (1983), Scherer-Warren

---

<sup>4</sup> Ver: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

(1987), Ana Doimo (1995), Vera Telles (1988), Gohn (1997), Duriguetto (2008) e Stampa (2010).

Quando o In.Formar surge, na década de 1980, é resgatada a prática de registrar essas experiências de lutas, visando um espaço mais amplo de discussão das práticas de contestação e de instrumentação na reconstrução da memória, de formação e de reconstituição do espaço social e político ocupado pelos movimentos.

Assim, no bojo dessa preocupação memorial, o In.Formar acompanhou a ocorrência de diversos movimentos, como organizações de lideranças (sindicais, pastorais, centros de educação popular e de formação profissional); congressos (ENCLAT, CONCLAT, CUT, UNE e Jovens Trabalhadores); assembleias (metalúrgicos, professores, bancários, mulheres, funcionários públicos, movimentos de moradia e boias-frias); manifestações (trabalhadores, mulheres, crianças, *Diretas Já*, Movimento Contra a Carestia); conquistas populares (creche, água, esgoto, asfalto e luz); e o cotidiano dos bairros periféricos de São Paulo, acompanhando o universo das comunidades no que tange ao conjunto das relações vividas desse grupo (relação com igreja, educação, recursos disponíveis, repressão e reivindicações), que possibilitaram essa inter-relação e essa colaboração dos movimentos sociais, populares e não populares, somadas ao suporte de assessorar os grupos de pessoas – como mães, jovens e trabalhadores.<sup>5</sup>

Os trabalhos realizados com a fotografia revelam uma forte aproximação do grupo com a base que o integrava e os efervescentes movimentos sociais que emergiram na cena pública naquela conjuntura. Para o avanço da discussão, foram inseridas reflexões acerca da forma de registro fotográfico enquanto fonte histórica, através de autores como Ana Maria Mauad, em “Fotografia e história – possibilidades de análise” (2004); Boris Kossoy, em seu livro “Fotografia e história” (2002); e Márcio Jesus Ferreira Sônego, com “A fotografia como fonte histórica” (2010), tendo como ponto de partida o estudo crítico e reflexivo sobre a fotografia enquanto um elemento documental e testemunhal dos acontecimentos e mudanças urbanas, sendo passível sua análise na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais. Entretanto, conforme Kossoy (2002) adverte, ao utilizar a imagem fotográfica como fonte, deve-se levar em conta sempre o seu processo de construção enquanto um material cultural (SÔNEGO, 2019;119).

O In.Formar registra acontecimentos e fatos, individuais ou coletivos, e cenas cotidianas com o intuito de não só de preservar tais memórias, mas de utilizá-las naquele

---

<sup>5</sup> Caderno unificado In.Formar. Sem data, p. 1-11. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

campo como estratégia de luta. Ou seja, essa população tinha consciência do trabalho do In.Formar. A ideia de fazer a documentação via fotografia era uma forma abrangente de incluir o máximo de pessoas, independentemente de sua idade, assim como transmitir discurso, sem ter a necessidade de falar ou escrever, porque a maior parte da população não sabia ler nem escrever como meio de expressão próprio e como instrumento político na luta pela conquista da opinião pública.

Essa visão se abre nos estudos do conceito de experiência desenvolvidos por E. P. Thompson (1997), quando aborda as classes e a luta de classes como parte de uma experiência real e concreta e não como algo pré-determinado – como, por exemplo, por berço. Nessa abordagem, o processo social e a cultura são vistos como o conjunto dessas vivências e experiências. Nesse sentido, a cultura se produz no fazer-se da história. Seu clássico texto sobre “A formação da Classe Operária Inglesa” dá conta de um amplo universo de mobilização social vivenciado com a implantação da indústria capitalista. Sua visão sobre o processo das lutas de classes nos ajuda a pensar o momento histórico brasileiro em que se reacenderam as lutas operárias e populares.

Usando a fotografia como suporte documental, o In.Formar atuou de várias maneiras na vida dos movimentos populares, acompanhando os movimentos sociais e desenvolvendo conteúdos pedagógicos e montagens audiovisuais, acompanhados de um roteiro disponibilizado pela entidade, com ênfase na educação popular e na pesquisa participativa, dando voz às pessoas comuns para expressarem seus problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los, sem a figura pública das instituições.

No que tange à totalidade do acervo do In.Formar, além da continuidade da análise dos documentos do acervo pessoal de Maria Célia, adentramos no acervo do IIEP – entidade que possui cerca de 12.000 *slides* produzidos pelos integrantes do In.Formar, além de inúmeros materiais impressos, como documentos (livros e cadernos), e materiais iconográficos (fotos, *slides*, cartazes) – que permeia toda a duração do movimento.

Portanto, as fontes utilizadas neste trabalho podem ser divididas em três tipos de corpo documental. O primeiro tipo concerne às fontes orais, com as entrevistas realizadas com Maria Célia e Marcia Salgado – militantes do movimento. A partir do testemunho das entrevistadas, conseguimos verificar a importância do resgate da dignidade e da construção da consciência de direitos, reafirmando a necessidade das pessoas na consolidação de mobilizações e movimentos sociais.

O segundo corpo documental é formado pelo acervo pessoal de Maria Célia, o qual foi submetido a uma seleção de documentos voltada para fotografias da vida pessoal da militante, recortes dos jornais de “A Gazeta de Vila Formosa” e “Jornal da Nossa Sociedade”, e documentos voltados para a parte burocrática da entidade. O terceiro corpo documental é formado pelo acervo do IIEP, do qual foram selecionados seminários educacionais e arquivos administrativos (atas de reuniões, estatuto, regimento, dentre outros).

São práticas e experiências muitas vezes desconhecidas ou desvalorizadas enquanto constructos inerentes ao devir da história, em um momento de transição para a “ordem democrática”, contribuindo para a participação política e autônoma dos sujeitos coletivos na representação do papel das lutas e nas organizações de bairro durante o processo de redemocratização do país.

Este trabalho surgiu com vistas a recuperar as forças sociais e políticas e os projetos em disputa em destaque nesse processo, de revitalizar suas memórias e histórias de lutas.

O resultado da pesquisa foi distribuído da seguinte forma:

O primeiro capítulo, “O In.Formar: Cultura e Educação Popular”, centra-se na contextualização e na compreensão da emergência desse movimento, assim como busca esboçar as características que este movimento teve com a luta de base e com outros movimentos sociais, além dos elementos que lhes conferiram identidade e coesão como estratégia de luta nas décadas de 1980 e 1990.

O segundo capítulo, “Estratégias de Consciência e Formação Popular”, aborda a produção de imagens como estratégia de luta, a qual, adotando a fotografia, possibilitou o registro e a transmissão de informações, constituindo um intenso processo de comunicação e expressando o cotidiano e suas condições de vida na cidade de São Paulo, com as resistências, as lutas e as vitórias dos trabalhadores.

Por fim, o terceiro capítulo, “O Protagonismo de Maria Célia Rossi”, tenciona dar voz a Célia, essa militante, dentro de sua atuação nos movimentos populares, que, por sua vez, transcende sua luta para além do movimento In.Formar, ressaltando a importância do debate da memória como construção histórica e de identidades.

Os diversos sujeitos e os acontecimentos desse movimento tornam-se infinitamente ricos em suas manifestações. Conhecer e entender como se davam essas articulações, entre os diversos representantes de múltiplos segmentos sociais, o porquê de suas decisões e os motivos que os levaram a se unir, revelam a constante representação de um passado em permanente mobilidade – eficaz para o estudo de processos históricos imersos no tempo presente.

## 1. O IN.FORMAR: CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR

### 1.1 In.Formar para Formar: histórico e atuação

O movimento In.Formar: Cultura e Educação Popular foi uma entidade sem fins lucrativos, fundado em 1979 e oficializado em 1980, em São Paulo, por militantes, majoritariamente mulheres, que atuavam diretamente nos organismos de base dos movimentos sociais urbanos, como também nas associações de trabalhadores, de moradores, nos partidos ou sindicatos, com o objetivo explícito de “apoiar a análise crítica e a tomada de posição dos movimentos populares frente a sua realidade”.<sup>6</sup>

A fim de criar redes de conscientização, partindo dos desafios que a realidade dos movimentos sociais enfrentaram – diante das desigualdades impostas à participação política no período da chamada “abertura lenta, gradual e segura”, do governo Geisel, durante a ditadura civil-militar (1974-1979) –, um grupo, inicialmente composto por seis mulheres (Maria Silvia Pinto Moreira dos Santos, Maria Helena Prata Pinto Moreira, Maria do Pilar Costa Santos, Maria Célia Vieira Rossi, Sonia Correia Lins e Marie Louise Bulhões Pedreira Genevois), resolve se unir e se colocar a serviço da criação de uma entidade que viabilizasse o processo de engajamento dos movimentos que, assim como pontua uma de suas fundadoras, Maria Célia, “não se tinha nome, mas já se tinha uma ideia do que se queria”.<sup>7</sup>

A entidade, reflexo da intensa movimentação social, particularmente dos anos 1980, campo que pertence à chamada História do Tempo Presente, clama por investigações dos fenômenos históricos que dele fazem parte (ROUSSO, 2007;277). No Brasil, em particular, tal período, já chamado de “a década perdida” – significado hoje que perdeu o valor e o sentido – sinalizou uma das mais importantes transições da história do país: a passagem do regime militar para a democracia (QUADRAT, 2014;52). Tal período foi marcado por diversas disputas políticas que acionaram práticas e discursos, assim como sentimentos em múltiplas arenas. Dentre estas, a Assembleia Nacional Constituinte, que foi um especial espaço de tensões, conforme aprofundado no capítulo dois desta pesquisa.

---

<sup>6</sup> Caderno unificado In.Formar. Sem data, p. 1-11. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma StreamYard (Online).

Segundo Pedro Pontual, os centros que assumiram uma linha de acompanhamento direto combinaram duas funções: a formação de agentes e de lideranças populares e a participação direta na construção dos movimentos e organizações populares, através do apoio em eleições sindicais, greves, encontros sindicais (PONTUAL, 1986;12). Isso certamente foi uma das vertentes de atuação do In.Formar.

Esse diálogo se estabelece frente aos intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970 e 1980, em busca de “novos movimentos sociais”. Marco Antonio Perruso demonstra, em seus estudos “Em Busca do Novo” (2010; 249-268), que nos, anos 1970 e 1980, há uma tendência de os intelectuais buscarem como objeto de estudo os movimentos populares. Nessa trama, Perruso coloca os intelectuais em busca do povo – o qual, naquele momento, era considerado o verdadeiro protagonista de uma transformação social. Esse povo estava representado nas mobilizações sociais promovidas pelos setores populares. Na visão de Perruso, os intelectuais estavam presentes como coadjuvantes – algumas vezes como estudiosos observadores, outras vezes como estudiosos partícipes.

Considerando também que esses movimentos populares expressam lutas sociais, entendidas aqui como manifestações das lutas de classe, que possuem determinações específicas dentro de um determinado contexto histórico, entendemos que os movimentos sociais<sup>8</sup> podem contribuir para o acirramento das contradições intrínsecas à sociedade capitalista, podendo levar (em suas diversas manifestações e estratégias) à alteração da atual correlação de forças, formando “um amplo processo de revisão e de redefinição do espaço da cidadania” (DURHAM, 1984: 29).

Na particularidade da realidade brasileira, nossa memória recente recorda os movimentos sociais urbanos que reativaram a mobilização popular, sufocada pelo período da ditadura civil-militar, gerados pela necessidade comum de resistir ao avanço do modelo de desenvolvimento do capitalismo industrializante implantado no país, possibilitado pela aliança entre os militares, o capital estrangeiro, o empresariado nacional e a nova tecnocracia (GOHN, 1995:101).

Com a ruptura da linha democrática implantada em 1964, o Brasil – país periférico e dependente dos centros nervosos de acumulação capitalista – consolida a sua forma mais

---

<sup>8</sup> A noção de movimentos sociais está aqui sendo utilizada de uma forma ampla, de modo a contemplar as variadas expressões da mobilização popular em curso no país, em defesa de direitos sociais e coletivos.

brutal de atuação, através de uma série de medidas neoliberais<sup>9</sup>, sob o fortalecimento do aparato repressivo onde, dotado de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN),<sup>10</sup> dita-se um poder controlar a sociedade civil. Como ressaltam os autores Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis, os primeiros anos de instauração do regime autoritário (até o início da abertura em 1974) coincidem com o momento marcado pelo endurecimento da ditadura:

Do AI-5 ao início da abertura (1969-74). Esses foram os anos lacerantes da ditadura, com o fechamento temporário do Congresso, a segunda onda de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, o estabelecimento da censura à imprensa e às produções culturais, as demissões nas universidades, a exacerbação da violência repressiva contra os grupos oposicionistas, armados ou desarmados. É por excelência, o tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga. É também, para a classe média, o tempo de melhoria de vida. O aprofundamento do autoritarismo coincide com, e foi amparado por, um surto de expansão da economia (ALMEIDA; WEIS, 1998:32-333).

Esse período, ditado como “milagre econômico” (1969-1973),<sup>11</sup> não experimentava a configuração de um capitalismo avançado e com características sociais semelhantes aos países centrais do ocidente. Pelo contrário: a apologia ao mercado e à empresa privada, ligada ao intervencionismo estatal e à abertura comercial, é levada a um novo rumo de política de Estado, formando um contraste com a situação de incerteza e de falta de perspectivas (BEHRING, BOSCHETTI, 2008:137).

As políticas neoliberais e os ajustes estruturais implementados na primeira década da ditadura civil-militar significaram um duro golpe para os diferentes segmentos sociais, com ênfase nas regiões periféricas. O crescente processo de exclusão em investimentos em áreas sociais – como saúde, educação, previdência e infraestrutura – fez com que esses serviços fossem drasticamente sucateados, piorando as já precárias condições de vida da maioria da população.

Comparado com o período citado nos anos subsequentes, o mundo capitalista avançou numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento

---

<sup>9</sup> Caracteriza-se pela forte hegemonia neoliberal gestada após os ciclos históricos do populismo getulista e do desenvolvimentismo civil-militar, impondo o favorecimento dos monopólios, a internacionalização capitalista do aparelho produtivo instalado no país e a pauperização absoluta/desemprego de massas. Ver mais em: Boito Jr., Armando 2002 *Neoliberalismo e relações de classe no Brasil*, em Boito Jr., Armando (et al.) *Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil* (Campinas: IFCH/UNICAMP).

<sup>10</sup> A DSN foi formulada nos Estados Unidos, no final da década de 1940, e difundida pela América Latina. A DSN foi incorporada ao Brasil por meio do decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967.

<sup>11</sup> O “milagre econômico” não foi acompanhado de melhorias sociais; na verdade, a construção de tal projeto estava, exatamente, a rígida compreensão salarial e, principalmente, a maciça atração do capital internacional. Ver mais em: GIANNASI, Carlos Alberto. *A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)*. 2011. 313f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

com altas taxas de inflação (10%).<sup>12</sup> Devido à crise econômica que decorre do aumento dos índices de desemprego nas grandes metrópoles (CAMPOS, 2014), em conjunto à diminuição da taxa de industrialização e ao endividamento do Estado, em 1973, o “tripé capitalismo monopolista brasileiro” (MARCIAL, 2004: 70) abarca, em conjunto com o desapontamento das camadas médias, o dismantelamento do “milagre econômico” e o fim da ilusão de acesso a um consumo cada vez mais ampliado (GIANNASI, 2011).

Dessa forma, a acumulação de capital e o desenvolvimento econômico não resultaram em melhores condições de vida para a população. As tentativas de mobilização contra a ordem econômica extremamente exclusiva reforçam as práticas opressivas do estado em resposta à implementação da ditadura, sendo o Brasil, como pontua Chasin, um país repleto de ditaduras e milagres (CHASIN, 2000:69).

Ademais, o processo de “espoliação urbana”,<sup>13</sup> em decorrência da orientação excludente da política de investimentos públicos<sup>14</sup> nas cidades, pelas populações desfavorecidas, cuja marginalidade é associada à percepção da ilegitimidade da privação de direitos, acirra ainda mais a depauperação das condições de vida dos trabalhadores que, acrescidas à desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais – conquistas históricas do movimento operário – radicalizaram o quadro de contradições sociais e de miséria, acentuando ainda mais a perda de legitimidade entre os amplos setores sociais (GIANNASI, 2011).

Como pontua Pedro Jacobi (1983), o Estado torna-se gradativamente o principal responsável pela precariedade da população, que cada vez mais é relegada a uma situação de “moradores subalternos”, sem direito ao usufruto das benesses da urbanização (JACOBI, 1983:150).

Com as lutas sociais de contestação<sup>15</sup> à ditadura, essa exclusão política faz dos bairros, ditos como à margem da sociedade, lugares com perspectiva de abrigar formas de resistência.

---

<sup>12</sup> A alta da inflação (média de 70,33%, entre 1964 e 1985, segundo o IGP-DI. Segundo a FGV, chegou a 211% em 1983). Ver mais em: GIANNASI, Carlos Alberto. *A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)*. 2011. 313f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

<sup>13</sup> Somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou da precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979: 59).

<sup>14</sup> Como exemplo, podemos citar os meios de valorização imobiliária produzida pelo crescimento da cidade que, juntamente ao acesso à terra e à moradia, apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta dele (HIRATA, 2008: 6).

<sup>15</sup> Derivados de diversas lutas sociais advindas das derrotas impostas por ocasião do golpe de 1964 e do AI-5 em 1968. Conforme movimentos em volta do marxismo, da luta armada e do movimento sindical. Ver: BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil anos 1960-1980*. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. 2007 (dissertação de mestrado).

Essa contestação gera fortes pressões sociais, organizadas ou não, por transformações na base econômica, sendo expressado, a partir de um olhar sobre os movimentos sociais no cenário político da década de 1970, formas novas e variadas de manifestações e lutas coletivas dos segmentos sociais, após um longo período de fechamento dos canais de expressão da sociedade civil.

As primeiras formas de mobilização nascem em torno de uma série de questões em volta das carências e das reivindicações pertinentes à vida urbana acerca do quadro de compreensão e interpretação de desigualdades sociais e políticas. Na cidade de São Paulo, esses movimentos ganharam força e visibilidade, dada a dimensão das periferias da capital paulista e seu crescimento nos anos 1960 e 1970. Thais Ciara Jasper Moreira (2007) conta sobre essa transformação nos espaços de luta social:

As comunidades urbanas seriam, pois, um espaço que certamente sofre as influências da dominação de outra classe, da exploração do trabalho, da massificação da cultura. Todavia, ao mesmo tempo, torna-se espaço de exercício de autonomia, de identificação coletiva, de resistência e proteção desta identidade que se conquistará à base de muitas situações que exigiram a criatividade popular para dar conta de demandas ignoradas pelo Estado e pela classe que representa. É a partir destas iniciativas que se originam atores sociais que podem se tornar protagonistas de conflitos que buscam uma transformação da ordem vigente (MOREIRA, 2007: 38).

O cerne da questão, pondera Thais Ciara (2007), está no confronto dos movimentos sociais urbanos com o poder público. A politização dos conflitos permitiu a emergência de uma perspectiva que ultrapassa a dimensão estritamente econômica – corporativa –, atingindo a esfera política. De todo modo, essas lutas eram motivadas pela necessidade comum de resistir ao avanço do modelo de desenvolvimento do capitalismo industrializante implantado no país, envolvendo diversos segmentos sociais por reivindicações do direito à cidade.

Segundo Brant (1983), foram justamente o desenvolvimento desses laços diretos entre os diferentes grupos sociais e a busca por refúgio contra a recusa do aparato estatal, somado ao clima de terror na ditadura civil-militar, que deram origem a vários movimentos de base:

Associações comunitárias, grupos políticos de crescimento molecular, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães ou de jovens, grupos de oposição sindical, tendências estudantis, enfim, uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentava-se na confiança direta entre os membros e na consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas (BRANT, 1983:13).

Pequenos atos e experiências que se manifestam com aparente timidez são gestados nos bairros da periferia. Ao analisar esses movimentos, Éder Sader (1988) afirma que se trata de sujeitos sociais coletivos, pois na coletividade constituem sua identidade e organizam práticas, nas quais seus membros defendem seus interesses, expressam suas vontades, resistências e criatividade constituídas através da luta social.

Com a crescente articulação a partir da base social, formou-se uma rede de apoio social e político que lhes permitiram tanto avançar em suas formas de organização (para melhoria da condição de trabalho) quanto no espaço de reprodução social. Eram movimentos de associações de moradores nas áreas periféricas das cidades e vários sindicatos paralelos aos oficiais que possuíam bandeiras de lutas voltadas principalmente para a garantia dos direitos sociais, pela reformulação e ampliação de diversas políticas públicas, realização de reformas sociais, ampliação da participação política, igualdade étnica e de gênero, dentre outras.<sup>16</sup>

É neste contexto que o In.Formar emerge. Grupo concebido por sociólogas, assistentes sociais, educadoras sociais, fotógrafas e militantes de organizações como o Clubes de Mães, o Movimento Popular de Libertação (MPL), a Comissão de Justiça e Paz e a Pastoral Operária, que remonta ao universo de imersão dessas mulheres e da ampla cultura possibilitada pelo caráter heterogêneo de suas bases, partindo pela opção de transformar a sociedade, a partir da atuação nos bairros e da organização popular.

O In.Formar integrou também o Movimento do Custo de Vida (MCV),<sup>17</sup> conhecido como Movimento Contra a Carestia (MCC), que pode ser considerado um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas populares dos anos 1970 e 1980, tendo sido capaz de mobilizar milhares de pessoas em torno de reivindicações que iam de encontro à política econômica defendida pela ditadura. Surgido a partir das CEB e estendendo-se para vários bairros e unidades da federação, constitui-se, principalmente, num movimento de educação política em torno de uma questão: “Por que sobe o custo de vida e por que os salários não acompanham a elevação?” (Singer, 198).

---

<sup>16</sup> Mesmo com a grande repressão vigente da ditadura civil-militar, existiram várias formas de resistência, as quais impuseram importantes mudanças no modo de estruturação e de condução das lutas sociais (SANTOS, 2009).

<sup>17</sup> No seu primeiro encontro, em 1972, o MCV reuniu 46 donas de casa. Poucos anos depois, em 1976, promoveu uma manifestação com mais de vinte mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, entregando simbolicamente às autoridades um abaixo-assinado contra a carestia contando com mais de um milhão de assinaturas – o que revelava um processo crescente de politização e estruturação do movimento. Ver: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970- 1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Muitos desses movimentos eram liderados por mulheres, como o citado Clubes de Mães, cujas articulações embrionárias surgiram dos movimentos populares de bairro e das grandes manifestações e mobilizações do movimento sindical paulistano. O In.Formar acompanhou o crescimento dos movimentos e viveu um período de grande agitação, cujo objetivo foi o de cultivar, a partir da imagem, a capacidade de criar e desenvolver novas ações sociais para a compreensão da sua realidade e conscientização da classe trabalhadora.

Sobre isso, Edward P. Thompson (1981: 183) afirmou que devemos considerar, para além da experiência, a elaboração cultural da experiência. Não à toa, a fundação do In.Formar está circunscrita em um período e em um lugar temporal-espacial de grande efervescência cultural e política.<sup>18</sup>

Como o nome mesmo expressa, o In.Formar surgiu com o objetivo conjunto de “informar para formar”, comprometido com a efetiva proposta de desenvolver trabalhos de educação popular e pesquisa, atuando na formação da classe trabalhadora, nas lutas populares e sindicais com um projeto político-informativo definido como mecanismo de resistência à ditadura.

Com efeito, o que se observa desde os anos de 1970 é um processo de fortalecimento da chamada sociedade civil que, afastada do espaço da “grande política”, procurava agir coletivamente e politizar um conjunto de questões relacionadas ao cotidiano das grandes cidades, ocupando praças, igrejas, bares e escolas, transformando-os em espaços públicos de reorganização política e de oposição ao poder ditatorial vigente.

Novos espaços públicos vão sendo construídos, onde o cotidiano – com toda a sua ambiguidade – intensifica o seu processo de organização e mobilização social, representados pelos “novos” militantes que atuam nos bairros, nas fábricas e nos mais variados espaços, caracterizados pela autonomia e contestação à ordem estabelecida e inseridos num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores (como os militantes do passado), lutando e denunciando contra as violências cometidas e a impunidade vigente.

Os movimentos sociais urbanos, nascidos da participação popular, transformam-se numa luta pela democratização na distribuição dos recursos, dos serviços de consumo coletivo e das próprias características do processo de desenvolvimento e planejamento urbano (JACOBI, 1983). Essa fase de intensificação e potencialização das lutas sociais é expressa

---

<sup>18</sup> Nessa perspectiva, de acordo com o autor, a história não é predeterminada, ela se faz nas relações sociais, considerando experiências vividas e compartilhadas, que não podem ser compreendidas aprioristicamente. Essa forma de conceber a experiência e o papel de homens e de mulheres no processo histórico-social permite superar uma visão determinista, que concebe a escola (e seus profissionais) como mero objeto que apenas reproduz a ideologia vigente. Ver mais em: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

com os avanços das lutas da classe trabalhadora, por meio da realização de várias greves gerais e demais mobilizações operárias e populares.

Observa-se que este movimento recupera, em grande medida, os preceitos sobre formação para a conscientização que reconhece a cultura popular como fonte de uma pedagogia que parte das vivências e não apenas de teorias desenvolvidas durante a década de 1960, antes, portanto, do golpe e cujas práticas em muito ajudaram o fortalecimento da participação dos segmentos sociais diversos, trazendo para o campo da educação suas pautas identitárias com toda a sua diversidade. Conforme tão bem o demonstrou Carlos Rodrigues Brandão, em seus textos sobre “O que é Educação Popular” (2017), entendemos que a entidade se conectava ao jogo político e social daquele período e, dentro de um campo de esquerda também com suas correntes e divisões internas, atuou na formação da classe trabalhadora do período e nas lutas populares e sindicais, com um projeto social e político definido e explicitado em suas práticas.

O In.formar tinha tal organização que chegou a definir uma estrutura para dividir as tarefas de cada um ou do grupo. Após encontros feitos nas casas dos próprios membros e nas paróquias do próprio bairro, cedidas pela igreja, verificou-se o grande acúmulo de materiais. Assim, os integrantes do In.Formar decidiram alugar uma sede. Foram duas no decorrer de sua atuação. A primeira, em 1982, no condomínio Zarvos, localizado na rua da Consolação, nº 222, apartamento 1.103. Posteriormente, em 1988, houve a realocação da sede para um novo endereço, localizado na avenida Nove de Julho, nº 160, apartamento 41, funcionando até meados de 1990. Célia relembra como era o espaço:

Era (risos) uma sala e um banheiro (Rua da Consolação). Já na (Avenida) Nove de Julho, era um pouquinho maior: era uma sala, um banheiro e uma cozinha, tipo uma quitinete, que a gente às vezes até fazia comida (Entrevista 02/07/2020)<sup>19</sup>.

Merece destaque o montante de documentos gerados pelo movimento, pois, além de ser parte da estratégia de atuação, permitia a transmissão de experiências de uns grupos para outros, assim como subsidiar os debates geradores de novas estratégias de luta que, uma vez praticadas, eram também documentadas – resultando daí a constituição de um grande acervo físico. No contrato social, há o registro de alguns caminhos que os sócios do recém-fundado In.Formar pretendiam seguir. São destacados como meios para alcançar os objetivos da associação.

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online).

documentar as experiências de lutas populares por reivindicação de melhorias nos bairros, manifestações públicas e religiosas, comícios políticos (...) e colocar a serviço dos movimentos e/ou grupos o material documentado para motivar debates e o desenvolvimento de atividades educativas e conscientizadoras (Contrato Social, 1983)<sup>20</sup>.

Como forma de promover e facilitar a inter-relação dos movimentos populares existentes nos bairros de São Paulo, o In.Formar passa a documentar as atividades desenvolvidas via fotografia e, no decorrer de sua consolidação, cria-se um centro de documentação, tendo destaque para a produção de diversos projetos, pensados para viabilizar a comunicação e a memória dos trabalhadores – como a organização de cursos ou palestras, a formação de animadores e as publicações.

Conforme a atuação do In.Formar se intensificava e a quantidade de arquivos e materiais crescia, houve a necessidade de se adquirir uma sede, conforme relata Celi Rossi:

Foi durante o acúmulo de coisas, que a gente resolveu ter um espaço para colocar os arquivos. A gente tinha algumas coisas em pastas, aí depois compramos um arquivo, depois dois arquivos, três arquivos, quatro arquivos... E fomos (...) e o trabalho continuou, né, por anos. Como no começo a gente se reunia mais na casa da Sônia, a gente colocava em pastas, mas depois, a gente resolveu alugar uma salinha para poder trabalhar, né? (Entrevista 02/07/2020).<sup>21</sup>

A maioria das ações reforça o caráter cultural, político e educativo do In.Formar: “a realização de pesquisas e estudos sobre educação e cultura popular, realização de cursos, conferências, seminários, pareceres, laudos e relatórios, prestação de assessoria e consultoria em educação popular, preparação de informações culturais para terceiros, preparação de monitores e locação ou comodato de coletâneas ou organizações de informação culturais”.<sup>22</sup> A análise do trecho reforça algumas estruturas da entidade, como o empréstimo de materiais de divulgação e de educação para atendimento de casos.

O grupo tinha consciência da importância do resgate da memória para a continuidade e o fortalecimento da luta. A importância da memória, como reconhecimento e valorização de suas histórias, levou-os a documentar a memória coletiva das lutas via fotografia, cujo montante é utilizado como estratégia de luta e articulação sobre cada momento presente e o contexto histórico no qual esses movimentos se encontravam. Citando, mais uma vez, Brandão (2017), era o reconhecimento de que a educação se dá nas relações sociais, na

---

<sup>20</sup> Contrato social do In.Formar, de 06/09/1983. Acervo IIEP.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online)

<sup>22</sup> Idem.

transmissão das memórias de seus ancestrais, cuja lembrança, com o passar dos tempos, filtra os valores que julgam necessário transmitir. E é no reconhecimento disso que são sistematizados os materiais pedagógicos.

Considerando todos estes instrumentos como parte das estratégias pedagógicas, os temas que debatiam eram muito diversificados, dado que emergiram nos encontros, nos debates, nas falas de seus integrantes. Assim, por exemplo, o In.Formar acompanhava e atuava pela ótica de mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais), mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade (saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, idoso), em torno da questão da saúde, como o Sistema Único de Saúde (SUS), demandas na área do direito; contra o desemprego; pelos trabalhadores rurais sem-terra, na área rural e suas redes de articulação com as cidades, por meio da participação de desempregados e moradores de ruas; contra as políticas neoliberais, por meio de mobilizações contra as reformas estatais que retiram direitos dos trabalhadores do setor privado e do serviço público.<sup>23</sup>

Documentando fotograficamente todo o tipo de manifestação dos movimentos populares em São Paulo (greves, reuniões dos grupos de bairros, congressos de trabalhadores, grupos de luta por terra etc.), as séries fotográficas, que na época chegaram a constituir mais de 20 mil arquivos, eram usadas como suporte para a produção de outros diversos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades educativas e conscientizadoras.

A linguagem via registro fotográfico é atribuída pela entidade devido à importância do “visual” nos processos de formação e de informação da população. Ademais, pelo não acesso da maioria da população, sobretudo de baixa renda, que atuam nos grupos de suas lutas.

O registro fotográfico e o gráfico das atividades de formação não eram um atributo apenas do In.Formar; eles respondiam às necessidades da conjuntura nacional do início da década de 1980. A organização dos movimentos sociais aumentou e as lutas se intensificaram, tornando natural a necessidade de documentá-las e comunicá-las.

A grande ebulição política (gerada pelas manifestações massivas de 1978-1979, pela Anistia de 1979 e pela conjuntura da crise econômica que assolava a vida dos trabalhadores, com o arrocho salarial) criou um clima favorável para a mobilização e a organização social.

---

<sup>23</sup> Caderno unificado In.Formar, sem data, p. 1-11. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

Não obstante, neste período, é dado um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil, em que Vera da Silva Telles (2000) denota ser uma relação dada a partir de uma concepção minimalista da ação política do Estado perante a sociedade civil, ampliando a violência institucional, a pobreza, a discriminação e a exclusão.

Nesse contexto, o In.Formar desenvolve o trabalho de formação de base para apoiar iniciativas políticas e populares. A escolha feita por esse grupo estava relacionada com a opção de transformar a sociedade e a política a partir da atuação nos bairros e da organização popular, utilizando as contradições contidas nas condições de urbanidade no seu cotidiano, como oportunidade para a ação coletiva – seja na rua, em casa ou nas paróquias.

Os movimentos sociais que surgem neste período, incorporam a noção de contradição no contexto da realidade urbana, enfatizando o seu potencial de politização e a possibilidade de gerar mobilizações de diferentes atores sociais. Tais movimentos sublinham a importância do trabalho de base e da democracia interna, a partir de um novo espaço público para exercício da cidadania e da luta por direitos.

Naquele contexto de exploração, opressão e desigualdades sociais, a Igreja Católica também deixa a sua marca, contando com a influência direta da Teologia da Libertação,<sup>24</sup> que inclui amplos setores do catolicismo na América Latina e, em menor medida, também setores das igrejas luterana, presbiteriana e metodista, além de pessoas sem filiação religiosa definida, que buscavam viver a fé cristã como práxis da libertação do ser humano em meio a todas as formas de opressão e sofrimento.

Esse tipo de experiência social emerge depois do respaldo da cúpula da Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II (1962-1965), promovido pelo papa João XXIII. Aquele momento se tornou um marco da afirmação de uma nova igreja dedicada aos pobres. Na América Latina, esses ideais são discutidos e revigorados na Conferência dos Bispos de Medellín, no ano de 1968. A contraposição entre o cristianismo e o marxismo foi sempre reafirmada pela cúpula de Roma. Entretanto, o acirramento dos conflitos sociais e políticos na América Latina, com a instauração de ditadura militares em diversos países, abre espaço para uma teologia “revolucionária”, aproximando uma visão marxista do modo de funcionamento da sociedade e suas práticas, dos movimentos sociais urbanos.

Nesse período, Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo naquele momento, começa a denunciar as dimensões preocupantes que a ditadura então alcançava. Com a ajuda

---

<sup>24</sup> Após o Congresso de Medellín, realizado em 1968, na Colômbia, a Igreja Católica redefiniu o papel do evangelho na luta contra as injustiças sociais, dando origem à Teologia da Libertação, impulsionando o movimento das pastorais nas periferias das grandes cidades, principalmente em São Paulo.

de outros membros ligados a movimentos da igreja, o líder religioso viabiliza o processo de constituição da sessão da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), que iniciou os trabalhos em 1971, em um “mecanismo destinado à investigação e à denúncia de casos de prisões, torturas, desaparecimentos e extermínio de cidadãos” (CANCIAN, 2005:54).

O papel da igreja no bairro, como um fator agregador de interesses dos setores populares, passou a substituir na prática o esvaziamento das sociedades de amigos de bairros (SAB)<sup>25</sup>, tidas como clientelistas e pelegas, precisamente porque floresceram no âmbito da escalada populista de Jânio Quadros (DOIMO, 1995: 99).

Com base religiosa, alternativas de organização popular foram surgindo nos bairros, como as denominadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), por intermédio da organização de grupos de jovens, da educação popular, de clubes de mães e de creches, estimulando um novo modelo de catolicismo, preocupado com os problemas sociopolíticos e, ao mesmo tempo, fincados na legitimidade de uma nova forma de organização (MACHADO E BIASOLI, 2012), confirmando o espírito de luta que já dava o tom de muitas comunidades católicas nos bairros populares.

A ligação da Teologia da Libertação com os movimentos sociais urbanos e, em particular, com os populares torna-se uma verdadeira escola de formação para a constituição de diferentes espaços de análise política, social e religiosa sobre a complexidade da vida e, de modo especial, sobre um movimento de educação de base. Emergiram novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço, requerendo novas categorias para sua inteligibilidade (SADER,1988:35-36). Essa formação e a politização de jovens e adultos militantes criam as chamadas organizações locais e se somam na luta contra a ditadura, através de diversas ações, como o acolhimento da religiosidade popular; a realização de mutirões; as petições; o abaixo-assinados; a reivindicação de direitos básicos; e as atividades de educação popular.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> As SAB (Sociedades Amigos de Bairro) paulistas pré-1964 foram palco de reivindicações sociais básicas, fazendo o Estado atender alguns direitos essenciais no contexto urbano, além de gerar um autêntico movimento social que conseguiu se inserir num contexto de participação. Paralelamente, as SABs ficariam submetidas às relações clientelistas e paternalistas, com suas lideranças cooptadas pelo populismo. Entretanto, as SABs foram cooptadas pela política ditatorial, seu papel reivindicatório e mobilizador diminuiu progressivamente, em favor de uma função associativa, entendida em termos basilares, passando a ser mediadas burocraticamente por políticos locais ligados ao partido oficial da ditadura (JACOBI, 1979). Isso resultou num processo de esvaziamento, já que as fontes de legitimidade das SAB não mais estavam ancoradas em possíveis mobilizações, mas na chancela dada pela ditadura.

<sup>26</sup> Assim, o método “ver, julgar, agir” surge como uma contribuição para analisar o texto bíblico com a realidade do mundo, tendo uma visão dialética que favoreceu a prática dos movimentos religiosos em sua ação transformadora no Brasil. Nesse segmento, vão formar movimentos religiosos laicos (jovens trabalhadores cristãos, Juventude Universitária Cristã, Ação Católica), intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana) e as comunidades eclesiais de base.

Eram forças resistentes e combatentes que estavam em um ambiente de terror e exploração capitalista, em que a falência do suposto “milagre econômico” mostrava seus sinais de fragilização. Na área educacional, os ditadores, sabedores de sua importância para a conscientização crítica da população, haviam criado, logo nos primeiros anos, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL, em 1967), que, para além dos objetivos declarados, era direcionado ao combate às experiências do Movimento de Educação de Base (MEB) e de Paulo Freire. Essa educação de base, com uma atuação educativa transformadora que, apesar de ser considerada uma via “demasiadamente lenta” para alguns, havia sido bastante difundida nos bairros da periferia de São Paulo, formando e conscientizando muitos militantes, que fariam toda a diferença num momento posterior.

Com o tempo, as fotografias eram transformadas em montagens audiovisuais que, acompanhadas de um roteiro disponibilizado pela entidade, tinham a função de criar debates, exposições e formações, podendo ser adquiridas, alugadas ou emprestadas aos movimentos sociais, numa relação de troca, memória e atuação nas realidades existentes.

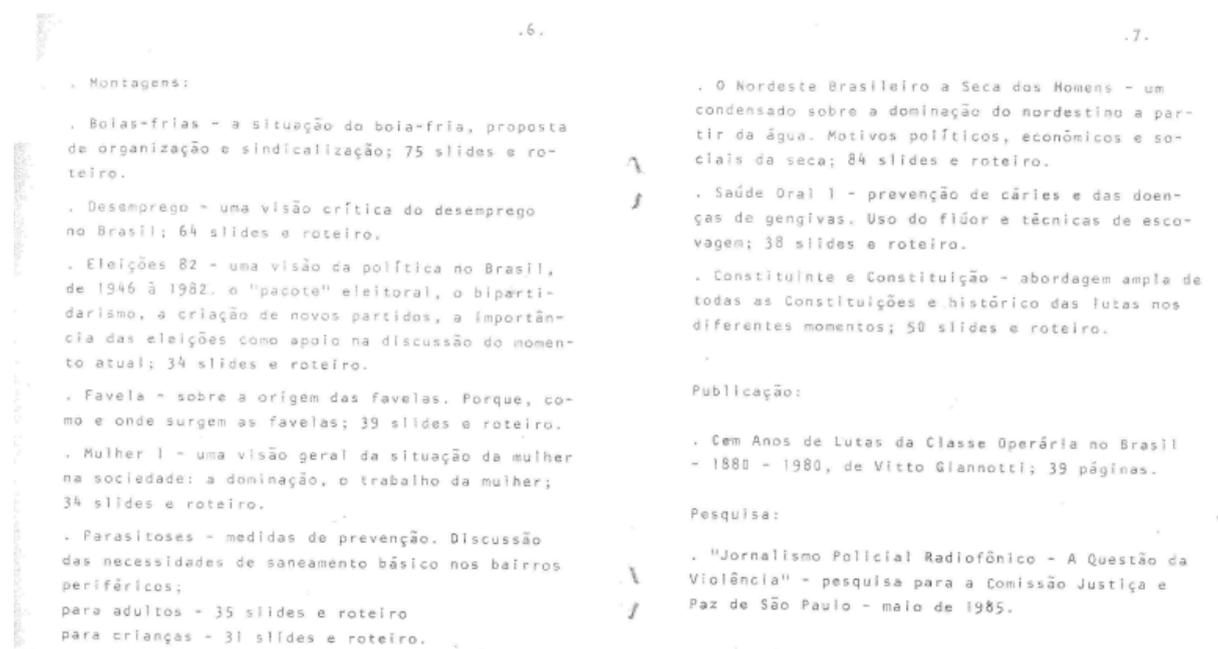


Figura 1: Foto extraída do caderno unificado In.Formar mostrando todas as montagens e publicações produzidas. Página 6, sem data. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

Esse material ficava à disposição das lideranças dos movimentos populares, com os quais a entidade trabalhava, podendo ser confeccionado por eles mesmos ou de forma conjunta para animar seus debates. A liberdade de criação era variada e podia ser remontada

de acordo com as possibilidades dos grupos. Conforme entrevista de Maria Célia Rossi, “eles vêm até nós com um roteiro programado, em que as lideranças poderiam vir com uma ideia do que [queriam] e nós [fazíamos] juntos a ilustração com as fotos”.

Assim, o In.Formar assume um papel de articulador cultural, político e formativo, adotando um projeto de conscientização em relação aos trabalhadores e movimentos sociais, constituindo as bases para o desenvolvimento de uma rede de entidades interessadas nas então novas tarefas de comunicação. A transmissão dessas informações em linguagem acessível para serem debatidas eram assimiladas pelos participantes dos movimentos de bairro. Célia, uma das fundadoras do movimento, aponta um exemplo:

A gente tinha um caderninho de divulgação... e nós fizemos vários temas. Quando teve a eleição da Constituição, nós fizemos a “Constituinte pra quê e pra quem?”, com o objetivo de fazer montagem de *slides*, que dava boas discussões. A Sônia era dentista, a gente fez um trabalho com criança, para escovar os dentes, o que é importante, como fazer e tal (...) então tinha coisas simples e coisas mais sérias. Teve até trabalhos sobre a mulher (...) e isso tudo foi muito importante, porque a gente criou um elo, né, um canal com os movimentos (Entrevista, 05/12/2019).<sup>27</sup>

Percebe-se neste depoimento como era importante que a educação envolvesse também atividades do dia a dia, como o desenvolvimento de hábitos de higiene bucal, acompanhando as necessidades básicas da população. Todo o material produzido era definido de acordo com as necessidades dos movimentos, na construção democrática e no combate à injustiça social. Com foco na participação, a entidade valorizava o saber popular e ao mesmo tempo apostava que estes processos coletivos seriam a ponte para o projeto de transformação como suporte construtor de identidades e solidificador das consciências dos diferentes grupos populares.

Valorizava-se, também, o conhecimento sistematizado pelo mundo acadêmico – o qual se dispunha a contribuir para com o movimento. Ou seja, não havia a perspectiva da contraposição entre o saber popular e o saber erudito, que tantos reducionismos provocou nas lutas dos diferentes segmentos da população para fazer valer seus direitos.

Um dos exemplos significativos dessa fusão é a presença, entre as publicações de formação de militantes do In.Formar, de uma liderança da oposição sindical à época (décadas de 1970 a 1980): Vito Giannotti. Preso durante a ditadura, ele em muito contribuiu para a difusão das ideias dos sindicalistas e para com os movimentos populares, tendo sido um grande colaborador do In.Formar. Especialista em comunicação, Giannotti publicou vários

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 05/12/2019. Local: Praça Leão X, 322.

livros<sup>28</sup> e participou de várias pesquisas com os integrantes daquele movimento, em parceria com a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Os resultados das pesquisas encontram-se em um dos cadernos do In.Formar, sob o título “Jornalismo Radiofônico – A Questão da Violência”.<sup>29</sup> Os resultados dessa pesquisa subsidiaram a confecção do livro “Cem anos de lutas da classe operária do Brasil – 1980-1990”.<sup>30</sup>

Percebe-se que a presença de Giannotti no In.Formar contribuiu também para aproximar os movimentos de base das lutas sindicais. É interessante observar, como – embora habitando, muitas vezes, o mesmo espaço doméstico, enfrentando as mesmas penúrias e dificuldades na vida doméstica – era comum o trabalhador envolvido na luta sindical não participar das lutas encabeçadas por sua companheira ou mesmo as lutas presentes no bairro. Em uma das entrevistas, Maria Célia – como que refletindo sobre aqueles tempos de início de sua adesão ao movimento por creche, pois necessitava deixar os filhos protegidos em algum lugar quando saísse para trabalhar – com o olhar um pouco distante, disse-nos: “o Waldemar não podia participar desses problemas; ele era uma liderança no sindicato, precisava estar presente lá, algumas vezes por vários dias”<sup>31</sup>.

Assim, a aproximação dessas distintas dimensões das lutas sociais – que são também de classe, conforme já afirmado – fortificou as resistências, contribuindo em muito para o aprofundamento da falência da ditadura, pois o que se observa, desde os anos de 1970, é um processo de fortalecimento da chamada sociedade civil que, afastada do espaço da “grande política”, procurava agir coletivamente e politizar um conjunto de questões relacionadas ao cotidiano das grandes cidades, ocupando praças, igrejas, bares e escolas, transformando-os em espaços públicos de reorganização política e de oposição ao poder ditatorial vigente.

Novos espaços públicos vão sendo construídos, onde o cotidiano – com toda a sua ambiguidade – intensificou o processo de organização e mobilização social, representado

---

<sup>28</sup> Entre seus livros mais conhecidos, estão “O que é Jornalismo Sindical” (Ed. Brasiliense, 1998), “CUT por dentro e por fora” (Ed. Vozes), “Força Sindical, a central neoliberal” (Ed. Mauad), “Comunicação Sindical, falando para milhões” (Ed. Vozes) e “Muralhas da Linguagem” (Ed. Mauad, 2004).

<sup>29</sup> A proposta da pesquisa, da qual compõe duas partes nos anos de 1984 e 1985, tem como objetivo uma análise dos programas de jornalismo policial veiculados em São Paulo e apresentados por Afanásio Jazadji, Gil Gomes e Wagner Montes. A primeira etapa se restringe às gravações dos programas e a segunda à investigação dos discursos de ódio esboçados que permitisse compreender as causas da aceitação e da influência dos programas. Ademais, constou da análise de discussões realizadas pelas lideranças ouvidas, com grupos de populares reunidos por elas para audição de um caso e sua transcrição, na tentativa de localizar as deturpações promovidas pelos radialistas, na medida em que poderíamos contatar os indivíduos que estivessem envolvidos no acontecimento e ouvir a versão que apresentariam, mostrando as duas faces da notícia e sua extensa distorção. Trecho retirado da própria pesquisa, 2<sup>a</sup>. fase, parte III.

<sup>30</sup> Em parceria com o In.Formar, com esta primeira publicação, isto é, informar sobre fatos passados e presentes com dados obtidos e vividos pelos movimentos populares e sindicais. Vito Giannotti destina-se aos que necessitam ter as primeiras noções sobre a História do Sindicalismo, para ser lido e debatido, criticado, contestado e/ou apoiado por todos os que se interessam por este assunto.

<sup>31</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online)

pelos “novos” militantes que atuam nos bairros, nas fábricas e nos mais variados locais, caracterizados pela autonomia e contestação à ordem estabelecida e inseridos num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores, como os do passado, lutando e denunciando as violências cometidas e a impunidade vigente.

Os movimentos sociais urbanos, nascidos da participação popular, transformam-se numa luta pela democratização na distribuição dos recursos, dos serviços de consumo coletivo e das próprias características do processo de desenvolvimento e planejamento urbano (JACOBI, 1983). Essa fase de intensificação e potencialização das lutas sociais é expressa com os avanços das lutas da classe trabalhadora, por meio da realização de várias greves gerais e demais mobilizações operárias e populares.<sup>32</sup>

Essa dinamização comunicacional pretendida pela produção de materiais educacionais e de pesquisas já vinha sendo implementada desde 1982. Em 1985, obteve seu auge na confecção e na distribuição de montagens audiovisuais.

Um fator fundamental para a estruturação e o crescimento do In.Formar foram as parcerias e a ajuda de custos conforme a entidade ganhava visibilidade. Com a intenção de estabelecer intercâmbio, o In.Formar começou a fazer os contatos com entidades brasileiras e, também, com as latino-americanas que tinham interesses principalmente em estabelecer rede de trocas de informações e comunicação das realidades de lutas e contextos sociais, políticos e econômicos, buscando a transformação daquelas realidades.

Com agências internacionais de ajuda ao Terceiro Mundo, a maioria delas ligadas à Igreja Católica europeia, as entidades que mais financiaram as atividades da entidade foram a *Entraide et Fraternité* – organismo de ajuda internacional dos bispos da Bélgica – e a CEBEMO<sup>33</sup> – instituição financeira da Holanda, as quais “aprovaram a iniciativa e mandavam religiosamente auxílios todo ano”<sup>34</sup>. A outra parte dos recursos do In.Formar vinha de receitas próprias, com a venda e o aluguel de projetos educacionais ou as montagens audiovisuais e doações diversas e/ou doações locais.

Com a venda de tais montagens, no auge do movimento In.Formar (1983-86), era possível abastecer o grupo com materiais voltados para sua formação e seu funcionamento, assim como o aluguel de sua sede, o deslocamento dos membros etc.

---

<sup>32</sup> Os militantes sindicais que animavam as greves metalúrgicas do ABC paulista e o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSM) tinham conexões com líderes comunitários, clericais e militantes dos movimentos de bairro.

<sup>33</sup> Nos primeiros 5 anos de movimento, o In.Formar recebeu projetores e auxílios financiados pela instituição CEBEMO.

<sup>34</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online)

Essa composição de receitas, com destaque para os financiamentos de organismos estrangeiros, passou a ter um papel vital na continuidade dos trabalhos do In.Formar, dado o assalariamento e o aumento dos membros do grupo.

Inicialmente, os membros não eram contratados e estavam motivados por uma ação militante para um trabalho de organização das comunidades locais. Com a criação do estatuto social, em 1983, a vinculação de uma sede, na região central da cidade de São Paulo, e a recepção de novos membros, como Murilo da Costa Santos, em 1985 (fotógrafo), Marcia Salgada, em 1988 (fotógrafa), Neide Aparecida de Almeida, em 1988 (pesquisadora), Paulo José Rossi, em 1990 (fotógrafo), e Tânia Regina Feres Siqueira (cirurgiã dentista – entrada s/data), o In.Formar transforma antigos e novos colaboradores em assalariados contratados.

Assim, aos poucos, foi sendo montada uma equipe própria e fixa. Um dos requisitos básicos era o envolvimento com as organizações de base dos trabalhadores e moradores de bairro na grande São Paulo, tendo como descrição as seguintes funções:

Fotógrafos: técnicos em diagramação, leitura de fotos, trabalhos gráficos em geral, conhecimentos em videocassete, montagens audiovisuais, gravação e reprodução de materiais, preparação de roteiros, participando ativamente em grupos do movimento popular.

Líder de movimentos populares: com experiência na organização de grupos de trabalhos, na organização de seminários, congressos, atuando diretamente no bairro. Essas pessoas também se ocupam da contabilidade do In.Formar.

Sociólogo: responsável pela parte técnica teórica das atividades do In.Formar.

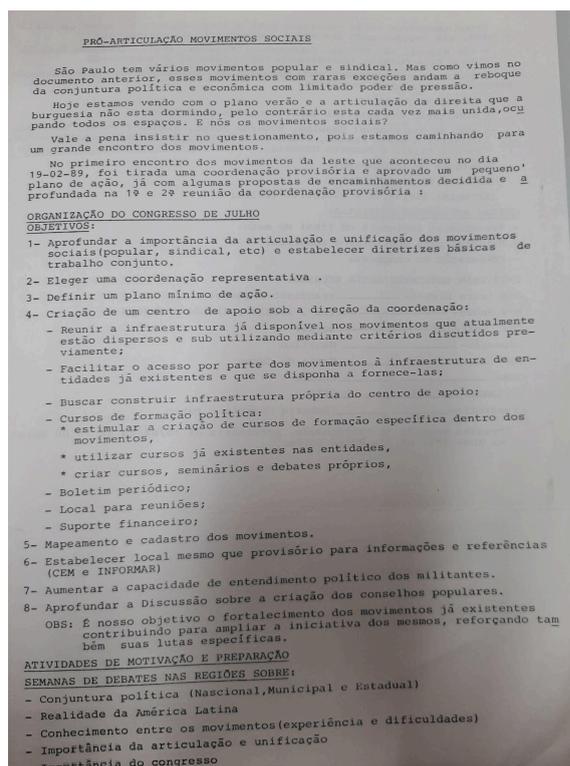
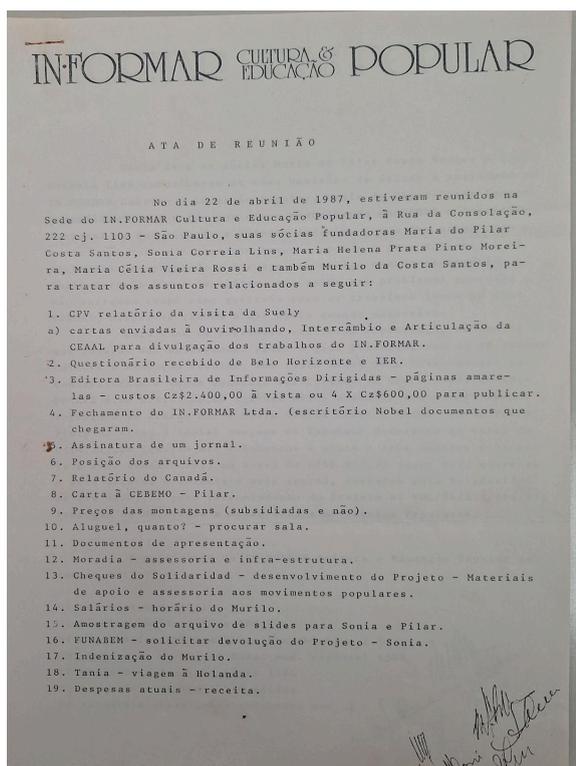
Secretária e arquivista e colaboradores do meio popular meio período.

(...) Essas pessoas sempre estão em atividades e contato direto com os grupos. Assim como em constante processo de formação para melhorar e aperfeiçoar a qualidade dos trabalhos que propomos (Caderno unificado In.Formar, s/d).<sup>35</sup>

O modelo associativo parece ter sido levado bastante a sério pelos membros do In.Formar, como demonstra o registro constante e qualitativo nas atas de reuniões semanais de assembleias, diretoria, departamentos e equipes, assumindo um papel importante na disputa interna, criando, ao longo dos anos, uma linha de trabalho contínua.

---

<sup>35</sup> Caderno unificado In.Formar. Sem data, p. 1-11. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.



Figuras 2 e 3: Atas de reuniões da entidade. Data: 1987. Acervo do IIEP.

As reuniões transitavam em pautas desde questões internas da entidade, como setorização de serviços, custos e plano de ações semestrais, até mapeamento, cadastro e organização dos encontros da entidade com os movimentos de base, sendo constatadas e apresentadas as carências desse movimento, as alternativas de apreensão de informação e análise da realidade (encontros, palestras, cursos ou o pleno suporte de acompanhamento para animadores e lideranças), sempre em conjunto – numa troca permanente das experiências e do nível de percepção e apreensão da realidade em que se encontravam os referidos grupos.

Nesse momento, os avanços tecnológicos acompanharam as necessidades de agilidade nos processos de produção de materiais para os movimentos, obtendo-se, em fins da década de 1980, o seguinte patrimônio do In.Formar: 1 telefone comercial; 1 máquina datilográfica IBM 82C; 1 máquina fotográfica Nikon com objetiva 1.4; 2 projetores de slides; 2 projetores; 5 carrosséis de 140 slides; 4 carrosséis ektagraphic universal.<sup>36</sup>

A partir de suas premissas, o grupo captava os processos reivindicativos e conflitivos existentes no interior dos movimentos sociais urbanos, reconhecendo as deficiências

<sup>36</sup> Idem.

existentes, para assim analisar e estudar possíveis soluções, claramente pautadas nos preceitos paulo-freirianos.<sup>37</sup>

Durante os doze anos de atuação da entidade, os trabalhos realizados com a fotografia revelam uma forte aproximação do grupo com a base que o integrava e os efervescentes movimentos sociais que emergiram na cena pública naquela conjuntura. Assim, no bojo dessa preocupação memorial, o In.Formar acompanhou o desenrolar de diversos movimentos, como organizações de lideranças (sindicais, pastorais, centros de educação popular e de formação profissional); congressos (ENCLAT, CONCLAT, CUT, UNE e Jovens Trabalhadores); assembleias (metalúrgicos, professores, bancários, mulheres, funcionários públicos, movimentos de moradia e boias-frias); manifestações (trabalhadores, mulheres, crianças, *Diretas já*, Movimento Contra a Carestia); conquistas populares (creche, água, esgoto, asfalto e luz); e o cotidiano dos bairros periféricos de São Paulo, apreendendo o universo das comunidades, no que tange ao conjunto das relações vividas por esses grupos (relação com igreja, educação, recursos disponíveis, repressão e reivindicações), possibilitando a inter-relação e a colaboração dos movimentos sociais, populares e não populares, somadas ao suporte de assessorar os grupos de pessoas – como os de mães, jovens e trabalhadores.<sup>38</sup>

Além de acumular um material fotográfico vasto, as produções educativas, vistas em suas variadas formas, permitem um olhar sobre a luta de classes, cujo objetivo foi o de cultivar a história e a memória de seus protagonistas, utilizando (como estratégia pedagógica de ensino) a imagem como estratégia de luta e a capacidade de criar e desenvolver novas ações sociais para a compreensão da sua realidade social e política. Os diversos sujeitos e os acontecimentos tornaram-se infinitamente ricos em suas manifestações.

Conhecer e entender como se davam essas articulações entre os diversos representantes de múltiplos segmentos sociais e entender o porquê de suas decisões e os motivos que os levaram a se unir revelam a constante representação de um passado em permanente mobilidade, eficaz para o estudo de processos históricos imersos no tempo presente (FERREIRA; 2002,314-332).<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> Paulo Freire apresenta a radicalidade da educação como possibilidade de libertação da opressão. A partir de uma análise que parta da realidade do educando, chega-se aos temas geradores, onde o educador tem por função captar a realidade e a transformar em problema, provocando uma análise, uma leitura de mundo diferenciada que leve o educando à consciência da opressão e à busca pela libertação. Os princípios de Paulo Freire, que defende que só pode haver uma sociedade justa e democrática se as classes oprimidas e discriminadas tomarem consciência de suas condições de vida, foram adotados por amplos movimentos sociais populares como estratégia para concretizar transformações sociais a favor dos setores populares.

<sup>38</sup> Caderno unificado In.Formar. Sem data, p. 1-11. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

<sup>39</sup> Ver mais em: FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História Oral.Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002:314-332.

Em 1990, uma carta em nome da entidade, assinada por Maria Célia, anuncia uma pausa nas atividades do In.Formar por problemas financeiros e estruturais, em que já a algum tempo, com o plano Collor veio aprovar “queremos dar um tempo para repensar e melhor nos estruturarmos, assim poderemos recomeçar”<sup>40</sup>. No início da década de 1990, com a saída de mais alguns de seus membros (o que se somou à instabilidade financeira), o In.Formar é encerrado (em 1992). Como pontua Célia, uma das cofundadoras do movimento:

Não deu mais para continuar. A Sônia e a Pilar tinham saído, a Sônia já estava doente e a Tânia que estava trabalhando com a gente também já não estava podendo ir. O Murilo estava trabalhando com outra coisa. Na verdade, ficou eu, o Paulo e a Tânia e resolvemos encerrar. Fizemos uma reunião e resolvemos encerrar as portas, mesmo porque na época teve aquela, ah... Color<sup>41</sup> entrou, mudou tudo, e a gente não teve mais nem como pagar aluguel. Aí resolvemos fechar, e mandar pro Verbo Filmes<sup>42</sup> os arquivos. As coisas que eram do In.Formar foram vendidas para pagar aluguel e o telefone, que a gente tinha dois, doamos um pro CPV e distribuimos o que tinha para outras entidades (Entrevista em 02/07/2020).<sup>43</sup>

Com o passar dos anos, após o término do projeto, o acervo passou por vários lugares. Com o fechamento da sede, o centro de documentação foi deslocado primeiramente para a Verbo Filme, alocado por 10 anos. Posteriormente, o acervo passou a fazer parte do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)<sup>44</sup>. Nos primeiros idos dos anos 2000 e, por fim no ano de 2012, parou no Intercâmbio Informações Estudos Pesquisas (IIEP), o qual se mantém proprietário até os dias em que escrevo esta dissertação.<sup>45</sup> Célia pontua o ocorrido entre o deslocamento dos materiais:

Perdemos o contato, aí depois conversei com o padre Conrado, que era... do Verbo Filme, e eu falei que a gente estava com intenção de buscar... pro CPV, aí depois que foi pro CPV, o IIEP pediu porque o CPV ia mandar para uma faculdade. Assim, o IIEP pediu se podia e falamos com o CPV e eles devolveram os nossos arquivos, aí hoje está no IIEP (Entrevista em 05/02/2020).<sup>46</sup>

---

<sup>40</sup> Carta de Término, 1990. Acervo: IIEP.

<sup>41</sup> Fernando Affonso Collor de Mello, mais conhecido como Fernando Collor, é um político brasileiro. Foi o 32º. Presidente do Brasil, de 1990 até sua renúncia, em 1992.

<sup>42</sup> A Verbo Filmes foi fundada em 1979, por Conrado Berning, cineasta formado na Academia de Cinema da Alemanha. Além da produção de seus próprios filmes, desenvolveu atividades ligadas à gravação e filmagem.

<sup>43</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online).

<sup>44</sup> O CPV é depositário de um acervo importante, composto da memória dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, principalmente. Nesse período, o CPV contribuiu na criação e organização das oposições sindicais na cidade e no campo, que redundou na criação da CUT.

<sup>45</sup> O foco de atenção do IIEP é o estudo e a análise da realidade vivenciada pela grande maioria dos trabalhadores brasileiros. É seu objetivo contribuir com subsídios na construção, com a participação da sociedade, de políticas públicas de educação e de trabalho. Visa, também, subsidiar propostas e ações desenvolvidas por entidades do movimento popular e sindical.

<sup>46</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 05/02/2020. Local: Praça Leão X, 322.

(...) Mas quando ele ficou 12 anos quase lá no Verbo Filmes, muita coisa se perdeu, porque eu sempre dizia pra eles – ‘Olha, é um material que não pode ficar parado, tem que circular’ – só que o pessoal que ia lá levava e não devolvia, então se perdeu muita coisa (Entrevista em 02/07/2020).<sup>47</sup>

Nenhum dos lugares onde foram resguardados o acervo após o fechamento do In.Formar teve o uso e o manejo adequados de conservação. Antes, a entidade tinha um acompanhamento contínuo, com a ida e a vinda dos arquivos, com a inventariação da chegada das fotografias, criação das atas de acompanhamento dos membros aos encontros com os movimentos e lideranças, sistematização e catalogação das temáticas atribuídas, a formação de conteúdos pedagógicos, o deslocamento entre as comunidades de base e quem tinha acesso aos materiais.

No entanto, com a perda da conservação e do uso desse acervo, esse patrimônio documental passou a enfrentar outro perigo: o esquecimento. Isso se deu pelos diversos lugares que o acervo passou, além do sumiço de uma numerosa quantidade de material, a falta da identificação e higienização da documentação, bem como sua organização, segundo normas arquivísticas, em coleções, subcoleções e dossiês.

Depois de mais de vinte anos com o acervo fechado e sem o devido manuseio, houve um movimento de resgate e de compromisso. O IIEP e um grupo formado por mulheres ex-militantes e/ou conhecidas de Maria Célia, no propósito de organizar e sistematizar o acervo do In.Formar, juntaram-se (em meados de 2023) para conhecer o acervo em sua totalidade documental, com a identificação, a classificação e o reconhecimento do estado de conservação do *corpus* documental. Tal prática denota, além da urgência de viabilizar o manuseio desse acervo, a pertinência para o entendimento da abrangência nas pautas coletivas sintetizadas pelo movimento.

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online).

## 1.2 Do movimento de massa para classe: os “novos” movimentos

O In.Formar teve uma rica contribuição na experiência vivida pelos movimentos sociais entre os anos 1979 e 1992, respeitando a total autonomia organizativa dos diversos movimentos de base, que se articularam para desenvolver lutas conjuntas e prioritárias, com o intuito de preencher a lacuna deixada pelo Estado. Seu acervo documental reflete as estratégias de lutas para a construção de uma nova sociedade justa e fraterna, sobretudo nas conquistas de espaços de participação e de emancipação política.

Havia uma pluralidade nas pautas dos movimentos sociais urbanos e do desenvolvimento de versões plurais de uma cultura política que ia além do restabelecimento da democracia liberal, por meio da atribuição de novo significado às noções de direito, espaços públicos e privados, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença. A criação do In.Formar remonta não apenas a um movimento a fim de registrar as manifestações de um determinado momento, mas acompanhar, divulgar e desenvolver trocas de experiências de luta e organização com diversas outras iniciativas locais, que exigiam continuidade e coesão diante da potencialidade de tais movimentos e lutas sociais.

A especificidade dos movimentos, conforme Ricardo de Jesus Silveira pauta, torna-se mais compreensível quando pensada em contraponto aos movimentos que se desenvolveram na fase que antecede ao golpe de 1964 (SILVEIRA, 2000:89). Paul Singer (1981) ressalta a importância do novo movimento de bairro em contraste com o antigo, como as SABs. A sua principal virtude é ter surgido a partir de uma proposta para dentro, criando uma consciência e uma inevitabilidade de união e solidariedade entre a população.

As principais atividades desenvolvidas pela população têm por objetivo a construção de formas democráticas de participação e a conquista das reivindicações levantadas, em caráter de exigência de direitos e não de dádivas barganhadas com representantes do Estado. A entidade do In.Formar é criada para acompanhar a heterogeneidade de atores com pautas múltiplas que emergiram em cena, não visando somente ganhos materiais e conquistas ligadas diretamente à esfera do trabalho.

Assim, temos grupos de mulheres que lutam por creches, grupos que lutam pela posse da terra e de algum tipo de moradia etc. Junto com as demandas populares, encontramos demandas advindas de grupos não tão explorados no plano de produção ou dos direitos humanos, vida, saúde, educação e moradia, mas igualmente expropriados no plano de seus direitos civis de liberdade, igualdade, justiça e legislação (GOHN, 2001:16).

Ao analisar os movimentos sociais urbanos, são feitas indagações sobre esses movimentos sociais aos homólogos anteriores. Isso fica mais aparente com a produção acadêmica vigente, a exemplo da obra “Quando novos personagens entraram em cena”, de Eder Sader (1988). Para o sociólogo, a originalidade dos “novos personagens” está na abertura de novos espaços políticos, decorrente da decepção com o Estado e da descoberta da sociedade civil. Estaria ocorrendo uma ruptura com a tradição tutelar, característica do populismo, além de uma afirmação de autonomia por parte dos movimentos.<sup>48</sup>

Pedro Jacobi, entre outros autores, identificou a emergência do “novo”, “determinando a formulação de novos padrões organizativos e uma ruptura com as práticas populistas do passado”. Quanto ao “velho”, Paul Singer indicou que o movimento de bairros em São Paulo crescia nos anos 1950, com Jânio Quadros neles se apoiando para construir sua carreira política (PERRUSO, 2010). Ademais, Marco Antonio Perruso demonstra que, nos anos 1970 e 1980, há uma tendência de os intelectuais buscarem como objeto de estudo as movimentações populares. Nessa trama, Perruso coloca os intelectuais em busca do povo, que, naquele momento, era considerado o verdadeiro protagonista de uma transformação social. Esse povo estava representado nas mobilizações sociais promovidas pelos setores populares (PERRUSO, 2010: 87).

A construção da noção de “novos” movimentos sociais urbanos, assim como no caso do “novo sindicalismo”, supõe necessariamente a elaboração intelectual sobre “velhos” movimentos sociais urbanos. Tal elaboração se dá, muitas vezes, simultaneamente ao diagnóstico do que seria o “novo”, de modo relacional. Uma das principais afirmações da tese dos “Novos Movimentos Sociais” é que eles são novos porque não têm uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses, e porque não têm um interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos. São de interesses difusos (PONTE, 201:42). O diálogo se aproxima com Doimo (2006), que caracteriza a emergência dos “novos movimentos sociais”, envolvendo questões relativas a papéis sexuais, direitos humanos e civis, proteção do meio ambiente – e não de conflitos originados no mundo do trabalho (DOIMO, 1995, p. 61; GOHN, 2006: 128).

No entanto, seja se perguntando acerca do sentido (político) em meio à crise econômica que se instaura, na época, e o acirramento da precarização das condições de vida,

---

<sup>48</sup> Sader assume o conceito da formação de novos sujeitos coletivos, constituídos não como decorrência direta de fatores econômicos, mas da construção subjetiva dessas condições por matrizes discursivas localizadas em três agências ou centros de elaboração: a Igreja das CEB, os grupos de esquerda e o novo sindicalismo (SADER; 1988: 143).

seja pelos questionamentos acerca dos antagonismos na relação dos movimentos sociais com o Estado, ou, ainda, seja o caráter programático e ideológico desses movimentos, vários estudos focalizaram o significado político das lutas urbanas (GOHN, 2011). Nesse sentido, Ilse Scherer-Warren (2008) trouxe uma síntese muito esclarecedora e rica a respeito:

A pausa em termos de organização da sociedade civil, que ocorreu imediatamente após 1964, de forma mais geral, pode representar o marco de separação entre o que se denomina de movimentos sociais tradicionais e o surgimento de novas formas de organização ou o novo caráter de algumas das antigas organizações populares, pois algumas destas organizações continuam presas a suas formas tradicionais de atuação (clientelísticas, assistenciais e autoritárias). Sem dúvida, esta separação entre o “tradicional” e o “novo” é uma construção que atende fins heurísticos. Os movimentos sociais concretos expressam de forma variada, e em maior ou menor grau, a continuidade ou descontinuidade em relação à cultura política tradicional. Todavia, a partir do período mencionado, juntamente com a proliferação dos movimentos sociais, muito dentre esses lutam contra as formas tradicionais de se fazer política neste país e propõem novas formas de ação política, ainda que às vezes com uma dificuldade inicial em ultrapassar o nível do discurso (SCHERER-WARREN, 2008:41).

Como exposto por Warren, os movimentos sociais apresentam particularidades e complexidades que se alteram conforme a reação das mobilizações sociais e políticas dos cidadãos, com uma pluralidade de valores e ideias, sendo o conceito de NMS difícil de elaborar por se tratar mais de uma forma de abordagem do que de uma teoria propriamente dita (LARAÑA, JOHNSTON e GUSFIELD, 1994:6).

O paradigma dos novos movimentos sociais é plural, multifacetado e não foi incorporado sem mediações. O que é importante ressaltar é que uma tendência mais geral dessas abordagens, marcada por um diagnóstico de novidade, de ruptura com o passado, de mudança estrutural de tempo histórico – da modernidade à pós-modernidade, da sociedade industrial à pós-industrial – contagiou os estudos brasileiros, como se os movimentos populares, emergentes em meados dos anos 1970, pertencessem à mesma ordem de novidades e não devessem ser compreendidos também na comparação e na relação com o que viera antes.

Essa recepção dos movimentos sociais urbanos deu importância e proveu a centralidade atribuída ao conceito de movimento social. A rigor, as categorias teóricas e as diferenças demarcadas são as mesmas que marcaram o debate intelectual desde o século XVIII. Ao mesmo tempo, essas diferenças trouxeram, também, várias novidades, não apenas no plano teórico, mas na prática. A principal diz respeito à forma de fazer política,

basicamente, a partir da sociedade civil – e não apenas a política oficial, estatal, de luta pelo poder nas estruturas do Estado (GOHN, 1997).

No entanto, é perceptível que os movimentos sociais urbanos não se reduziram à busca de direitos que deveriam ser oferecidos pelo Estado. Dessa forma, o conceito de classe social e de luta de classes continua válido para lidar com os movimentos sociais, principalmente quando se trata da especificidade de um movimento.

Nos materiais produzidos pelo In.Formar, por exemplo – conforme aprofundaremos no segundo capítulo –, fica evidente o pertencimento e a luta de classe na própria difusão do material, tanto a pedido dos movimentos, quanto nos exemplos trazidos e na criação do material, que regem contra a lógica mercantil das grandes cidades, advindas das transformações do capitalismo.

Esses movimentos urbanos acabaram por estabelecer uma relação entre direitos sociais e capitalismo, direitos sociais e Estado – já que, em certa medida, esses direitos dependem dele. Nesse âmbito, os movimentos sociais cresceram conforme o período ditatorial, que não impediu o nascimento de várias formas de resistência, mas estabeleceu vigilância, repressão e diferentes condutas de luta (SILVEIRA, 2000: 80).

Os processos de mobilização social, que vinham se constituindo desde os anos de 1970 e acompanharam a década de 1980, foram fundamentais para o fortalecimento de uma diversidade de movimentos sociais. Essa fase de intensificação da luta de classes no país teve como uma de suas principais expressões os processos de disputas que ocorreram durante a Constituinte, que resultou na Constituição de 1988. Esses movimentos sociais foram os grandes atores desse processo, que se caracteriza simultaneamente como resistência e negação à ordem autoritária e como proposição e instituição de uma ordem democrática fundada no reconhecimento dos direitos (GOHN, 2011), da justiça e da busca por melhoria das condições sociais. Assim, embora a abertura tivesse sido um processo promovido pelas elites, os movimentos sociais tiveram grande impacto na situação política vigente.

É nesse cenário que mulheres, negros, operários e estudantes demonstravam que a ditadura estava completamente isolada das demandas da sociedade. A nova revolução nasceria do bairro, do cotidiano, das lutas por direitos e pelo acesso à infraestrutura – como asfalto, saúde, creches, escolas. Quando o In.Formar surge, na década de 1980, resgata a prática de registrar essas experiências de lutas, visando um espaço mais amplo de discussão das práticas de contestação e de instrumentação na reconstrução da memória, de formação e de reconstituição do espaço social e político ocupado pelos movimentos.

Portanto, na segunda metade da ditadura, os movimentos sociais surgiram reivindicando soluções para os seus problemas concretos e resistindo à repressão do Estado, ao mesmo tempo, politizaram-se, exigindo a participação popular, construindo pautas de reivindicações próprias para lutar pela redemocratização do país. Não é por outra razão que o período de 1980 ficou conhecido como “a era da participação” (GOHN, 1997).

## **2. ESTRATÉGIAS DE CONSCIÊNCIA E FORMAÇÃO POPULAR**

Como principal instrumento de luta, o In.Formar adotou a fotografia, possibilitando o registro e a transmissão de informações com o intuito de dar voz aos movimentos como uma entidade representativa, em um modelo alternativo de manifestação e de trabalho em prol da mudança social, na tentativa de trazer visibilidade às reivindicações e aos próprios movimentos que ocorriam naquele período. A criação de uma entidade pautada pela estratégia do uso da fotografia denota o engajamento dos membros para documentar, preservar e divulgar a história e a memória dos movimentos como meio de resistência, de acordo com as necessidades do público-alvo.

O ato de fotografar é visto por dois prismas semióticos, que remonta observar aproximações entre o fotografar, registrar e rememorar as mobilizações vividas, acrescidos pelas práticas de resistência e de identidade, criando um recurso pedagógico que auxilia na construção do pensamento crítico e na formação de uma consciência cidadã. O primeiro evidencia o conhecimento e a aproximação da entidade com a fotografia, enquanto o segundo utiliza a fotografia como ferramenta de contribuição para o ascenso e o desenvolvimento dos movimentos sociais daquele momento.

Como mencionado no capítulo anterior, os membros tinham uma forte aproximação com o uso da fotografia, reunindo (até como requisitos prévios) alguns fotógrafos durante os 12 anos de atuação. A prática fotográfica incentivava os processos essenciais de documentar o cotidiano e a organização de base para a memória sobre a ditadura civil-militar vigente, que traduz os acontecimentos e as vivências registradas como testemunha de seu tempo.

A forma como a fotografia é elaborada no In.Formar define um lugar social de como é produzida e, ao mesmo tempo, aponta para o pertencimento a seu grupo ou a sua geração. Conforme o contrato social, atualizado em 1989, entre os objetivos do grupo com o ato de fotografar, sobressaem:

Promover e facilitar a inter-relação dos movimentos populares existentes nos bairros de São Paulo que lutam por melhorias específicas, como mutirão por habitação, moradia, creches, asfalto, luz, água, esgoto, posse da terra. Assessorar grupos de mães, educadores de menores de rua, grupos de jovens, sociedades de amigos de bairro, movimentos por moradia, grupos de mulheres, pequenos grupos de artesanato e outros. Documentar as experiências de lutas populares por reivindicação de melhorias nos bairros, manifestações públicas e religiosas, comícios políticos (Contrato Social, 1989)<sup>49</sup>.

A experiência fotográfica da entidade enquadrava o mundo visível pelas lentes da política. A ação por trás dos fotógrafos permitiu registrar acontecimentos, as lutas sociais e uma diversidade de temáticas da vida cotidiana, atenta aos sujeitos e às transformações da população brasileira. O peso cultural que a fotografia assume no In.Fomar corrobora com a hipótese inicial da presente pesquisa, de que a entidade não só produziu representações dos acontecimentos, mas teve um papel relevante na resistência e na luta pela redemocratização, colocando em perspectiva os múltiplos sentidos da história contemporânea.

Na interpretação de Kossoy (1998), é preciso se atentar para as múltiplas faces e realidades da imagem fotográfica. Kossoy chama a atenção para as dimensões da fotografia como memória e representação, fruto de uma elaboração cultural, estética e técnica.

Ao olharmos uma foto de algo que foi (este é parte do índice fotográfico – aponta sempre para o que foi) estamos, segundo o autor, expostos à construção de realidades, pois moldados a memória segundo aquilo que nos é no momento apresentado: A imagem fotográfica é o relê que aciona nossa imaginação para dentro de um mundo representado (tangível ou intangível), fixo na sua condição documental, porém moldável de acordo com nossas imagens mentais, nossas fantasias e ambições, nossos conhecimentos e ansiedades, nossas realidades e ficções. A imagem fotográfica ultrapassa, na mente do receptor, o fato que representa (KOSSOY, 2000; 46).

A fotografia é a presentificação de um ausente, um signo do desaparecimento, mas também da presença em determinado tempo e espaço de algo que foi capturado pelas lentes da câmera. Mauad (2011) afirma que “a ideia de testemunha ocular ganha força representacional de forma inusitada, com generalização do uso da fotografia em diferentes modalidades de registro da experiência pessoal” (MAUAD, 2011:111). Compreendemos, assim como a autora, que a imagem é testemunha de uma história, mas a evidência histórica e a imagem são constituídas por investimentos de sentidos. Assim, a fotografia é uma pista, um documento para se produzir ou reproduzir a história. No entanto, a foto permite ser um campo de

---

<sup>49</sup> Contrato social atualizado em 1989. Acervo do Intercâmbio Informações Estudos Pesquisas IIEP).

conhecimento que nos possibilita conhecer situações passadas, sendo ela mesma um saber-fazer (MAUAD, 2011.)

Importante destacar que o uso de imagens (fotografias), na realidade político-social durante a ditadura civil-militar, foi uma ferramenta aplicada a diferentes fins. Leiva Guijada (2008), em seu trabalho “Multitudes en Sombra”, caracteriza o período potencial do uso da fotografia como mecanismo de denúncia nas ditaduras da América Latina como o momento da “fotografia engajada”<sup>50</sup>. Por mais que a autora ressalte o poder de ação dos fotógrafos em diversos processos de manifestações políticas engendradas na América Latina, no Brasil, a fotografia ganha corpo tanto a favor como no campo de oposição.

As fotografias na imprensa, na televisão e no cinema faziam parte de uma ampla política oficial de imagens e, em muitos casos, o governo utilizava grandes jornais diários para o lançamento de campanhas midiáticas, buscando instaurar uma visão da história que justificasse a repressão desencadeada pelos respectivos golpes militares. Em contrapartida, a imprensa alternativa também se aliava à fotografia como poder da imagem no imaginário social de oposição, como um instrumento político de denúncia para as violações dos direitos humanos cometidas nesses períodos e/ou para a defesa dos direitos humanos.

A dimensão histórica de sua prática fotográfica revela-se pelo cuidado em arquivar. Todo material fotográfico produzido era transformado em *slides*, posteriormente recolhidos em pastas e salvaguardados na sede da entidade. Quanto à sistematização e à organização dos documentos, a entidade construiu, ao longo do tempo, uma catalogação com base em assuntos estruturados e de atuação, acompanhando a necessidade de contextualização do material. Essa forma de organização evidencia as necessidades das temáticas e as necessidades econômicas e sociais vividas pelos membros da entidade.

O acervo era composto por temáticas gerais, como “Moradia”, “Cidades”, “Trabalho”, “Saúde” e “Terra”, dentre outros. Seguido das subtemáticas, com especificações quanto à descrição do tema geral. A exemplo, era posto: “Mov. Unificado favelas e decreto Jânio”, “IV Congresso Nacional de jovens trabalhadores”, “Movimento Popular Pró-Saúde” etc. A intencionalidade do tipo de sistematização revela um estilo próprio, com forte aproximação dos documentos com os membros. A construção desse instrumento também tinha como separação a nomenclatura da pasta, a quantidade das séries fotográficas e o ano de obtenção do registro fotográfico.

---

<sup>50</sup> Ver mais em: QUIJADA, Gonzalo Leiva. Multitudes en sombra. Santiago: Ocho Libros Editores, 2008.

Tema	Subtema	Nº pasta	Qt. slides na pasta	Origem	Obs
Trabalho	Hidrelétricas	145	08	In.formar (Ok)	
Trabalho	Correio- Manifesto Abertura do Teatro Municipal	149	11	In.formar (Ok)	16.07.1988
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	157	24	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988 Murilo C. Santos
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	158	24	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988 Murilo C. Santos
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	159	24	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988 Murilo C. Santos
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	160	24	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988 Murilo C. Santos
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	161	24	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988 Murilo C. Santos
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	162	24	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988 Murilo C. Santos
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	163	12	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988 Murilo C. Santos
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	164	24	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988 Murilo C. Santos
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	165	24	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988
Trabalho	3º concut- Belo Horizonte	166	24	In.formar (Ok)	07/08/09.09.1988

Figura 4: Exemplo da tabela base de acervos do In.Formar organizado por Célia Rossi. Acervo Pessoal de Célia Rossi e IIEP, 2014.

Com base na tentativa de resgatar a sistematização do acervo, da mesma forma que foi adotada nos anos 1980, a militante da entidade, Célia Rossi, deu início à reorganização dos acervos que, após muitos deslocamentos, durante vinte anos, estavam salvaguardados no IIEP. Foi observada, a partir da planilha digital cedida pela autora, a presença de 26 temáticas, 298 subtemáticas e 12.035 *slides*, que fizeram parte da entidade durante os doze anos de sua atuação.

A função era documentar os encontros, as caminhadas, o momento de ocupação, os líderes e as famílias, nas paróquias dos bairros, tornando a estratégia da imagem como legitimação das organizações, sendo produzidas no calor dessas atividades, cuja função era captar o momento, podendo variar a composição estética do registro. Durante o envolvimento da entidade com a fotografia, sempre houve o consentimento do movimento e das pessoas fotografadas, a autorização e o reconhecimento de seu trabalho, de modo a formar fontes que expressam esses valores sociais.

Ao perceber o impacto da imagem fotográfica – gerada por suas ações e ocupações, em documentar e denunciar – o In.Formar passou a usá-la não apenas como linguagem, na comunicação com sua base social, mas como meio de expressão própria e como instrumento

político na luta pela conquista da participação social. Extraíndo memórias: Célia – a relação feita entre a fotografia e quem era fotografado:

Célia: Ao mesmo tempo que a gente fazia as fotografias, tinha-se que retornar para as pessoas que foram até a gente, né. Então a gente voltava para o bairro, começava a mostrar, a discutir e ver os problemas que cada bairro tinha.

Entrevistador: Vocês iam no movimento, tiravam as fotos, acompanhavam e depois vocês retornavam?

Célia: Sim, retornava! É muito importante, porque aglomera as pessoas, você pode conversar e aí, cada um se coloca no lugar também, né. Olha fulano, aqui tal, nós estávamos fazendo isso, aquilo.

Entrevistador: Você ia na casa das pessoas?

Célia: É, normalmente é... grupos eram assim, às vezes íamos nas paróquias, às vezes nas casas das pessoas, nas associações de bairro (Entrevista em 02/07/2020).<sup>51</sup>

O ato de fotografar assume funções diversas de instrução. O retorno aos bairros e às pessoas que foram fotografadas permite reconhecer em uma fotografia não a realidade em si mesma, mas a sua (re)apresentação. As ordens simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para experiência, mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade (HARVEY, 2004:198). O seu uso requer sistematização e, para a entidade, percebe-se que a utilização foi como elemento para diversas finalidades: registrando fatos e acontecimentos da vida cotidiana e permitindo a reconstrução de cenários históricos através da lembrança individual dos mais diversos aspectos – sejam estes físicos ou afetivos.

A partir do registro fotográfico, os elementos que perpassam a memória individual e que possam ser reconhecidos como parte da memória coletiva são incorporados como documentação e estratégia de luta:

A nossa base era a fotografia, nós fotografamos, depois arquivamos, porque era devolvido para o próprio movimento, uma questão histórica. Cobrimos fundações, movimentos, eleições. E tudo isso porque fazia parte da história da cidade (Entrevista em 02/07/2020).<sup>52</sup>

A compreensão de Célia como membro referente ao uso da fotografia é significativa para compreender os múltiplos usos de funções da fotografia como experiência social. Sua

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online).

<sup>52</sup> Idem.

prática fotográfica, incentivada pela necessidade de não esquecer, eleva-se à necessidade de compartilhar com os fotografados o poder de sua imagem. A partir do amplo acervo documental do In.Formar, a imagem fotográfica surgiu como um discurso de síntese entre produzir visualmente o espaço público nas sociedades contemporâneas em compasso com as diferentes visões de mundo e o suporte de memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico.

Outra militante da entidade, Márcia Salgado, ressalta que a principal importância do registro fotográfico, dentro de seu trabalho no In.Formar, era “para documentar esse registro e eles [os movimentos] reverem historicamente o que eles fizeram. Inclusive, pedimos a autorização, porque muitos movimentos pegavam fotos e diziam olha isso aconteceu em tal bairro, nós poderíamos fazer semelhante, porque nunca era igual”.<sup>53</sup>

Nosso mundo vive em constantes modificações e as fotografias nos ajudam a resgatar, em memória, essas mudanças. A fotografia permite o reencontro da história, revelando a importância de discussões sobre o documento fotográfico e suas características quando relacionado à luta contra as violações e os processos de justiça – inclusive na exposição de se questionar e problematizar suas necessidades, avanços e conquistas.

A obra de Boris Kossoy (2000) é fundamental para a compreensão da fotografia brasileira, sendo utilizada para diferentes fins durante as ditaduras militares da América Latina:

A fotografia [...] revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica (Kossoy. Le Goff, 2001:152).

A fotografia evidencia um presente, uma expressão dentro de um sistema que possui muitas facetas, podendo, conforme o Historiador Knauss, “reconhecer as várias dimensões da experiência social e a multiplicidade dos grupos sociais e seus modos de vida” (KNAUSS, 200;99-100). Conhecer o In.Formar e o seu acervo, a partir da fotografia<sup>54</sup>, resgata reflexões acerca da consciência política da entidade e, ao mesmo tempo, e não menos importante, o apoio aos demais movimentos, mobilizando a população, fortalecendo suas próprias organizações e aprimorando o trabalho de formação política de base.

---

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> A fotografia como fonte, pois estas não apenas ilustram o texto, mas dele fazem parte, trazendo particulares para a compreensão de uma totalidade do campo histórico.

Portanto, em épocas em que a linguagem fotográfica tem se tornado parte do processo de comunicação cotidiana de uma grande parte da sociedade, a fotografia se reafirma como potencial para autorrepresentação e expressão de identidades individuais e coletivas, documentadas não apenas por profissionais, mas também por cidadãos comuns, militantes ou fotógrafos ativistas, que encontram na linguagem fotográfica um meio de expressão pessoal, de identificação e de pertencimento:

Foi muito importante para a preservação da memória, é uma das coisas que eu acho que é primordial. Você preserva essa memória, então pode ser escrita, fotográfica ou de áudio também, mas é importante que isso esteja gravado (Entrevista em 02/07/2020).<sup>55</sup>

Ao articular-se em torno desses eixos de lutas, o movimento desloca-se do patamar reivindicatório e atinge um patamar propositivo, pois passa a ter clareza dos objetivos estratégicos que pretende atingir (MANCE, 2007:17). Ou seja, a partir do desenvolvimento de repertório de ação e interação, são criadas ideias que expressam as formas de organização da vida social, defendendo seus modelos alternativos de políticas públicas. Desse modo, com a articulação das lutas coletivas na formação de base e a consciência de classe, há o fortalecimento popular na luta concreta do atendimento de demandas.

Conforme a articulação popular abrange não somente a acolhida e os espaços de lutas, mas uma gama variada de temas/demandas que asseguram a sua unidade de ação na atual conjuntura, os encontros com este fim foram praticados pelo In.Formar, na intenção de articular a luta popular, engajado na busca da libertação integral do povo brasileiro, na criação de uma densa rede de comunicações entre os membros, os militantes e a comunidade local.

No caso da fotografia, como acontece na história oral, quando o enfoque é a intervenção em vidas individuais em comunidades e locais específicos, o que está sendo explorado não é alguma realidade estática, mas as dimensões subjetivas das realidades e a sobrevivência de ação popular presentes na sociedade, tornando tais questões mais significativas.

Quando esses temas têm uma dimensão definitiva de classe, aquilo que na fotografia documental pode ser chamado de "dialógico", torna-se, como na história oral, extremamente complexo, com impacto tanto na geração quanto na recepção do trabalho documentativo (ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., 2004).

---

<sup>55</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online).

Nessa perspectiva, o In.Formar, sob o olhar dos movimentos sociais, constata as carências do material adequado que facilite a compreensão para a formação, a informação e a análise da realidade (independentemente de seus objetivos específicos) e se propõe a produzir materiais de apoio para grupos de animações, educadores e lideranças desses movimentos; sempre em conjunto, numa troca permanente de experiências e do nível de percepções e apreensão da realidade em que se encontram os referidos grupos.<sup>56</sup>

## **2.2 A educação freireana e a era da participação**

No horizonte da atuação efetiva do In.Formar, o trabalho com a educação popular foi o mais importante e representou a consolidação de uma política de formação direcionada ao campo pedagógico, tendo a realidade como o ponto de partida e de chegada do pensamento e da prática reflexiva da sociedade como uma forma de resistência e transformação social.

No papel desempenhado pela educação, existem aprendizagens e produções de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Conforme Gohn explora em sua tese, “Movimentos Sociais na Contemporaneidade”, as práticas informais realizadas pelos movimentos sociais são atribuídas com muita força na participação social, em movimentos e ações coletivas, no processo de atribuir educação/formação dos sujeitos participantes e substituir a ausência dos órgãos públicos (GOHN, 2010)<sup>57</sup>.

É importante frisar que a educação pós-1964 era, em boa parte, voltada para a formação de mão de obra especializada em curto prazo de tempo, com destino ao mercado em expansão. Essa compreensão revela uma tendência muito forte no ensino durante a ditadura militar no Brasil – que foi, fundamentalmente, a ênfase em uma educação de caráter técnico-funcional, ou seja, preocupada estritamente com aspectos específicos e práticos, no jogo do capitalismo internacional, associada a toda uma política econômica em curso (ROSA, 2006:50). Ao confrontarmos essas características da realidade educacional, sob o enfoque da doutrina neoliberal, verificamos que ela centra-se no fato de:

limitar as expectativas dos trabalhadores em termos de socialização do conhecimento pela escola, difundindo a ideia de que o mais importante a ser adquirido por meio da educação não é o conhecimento, mas sim a capacidade de constante adaptação às mudanças no sistema produtivo. Há

---

<sup>56</sup> Caderno unificado In.Formar. Sem data, p. 1-10. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

<sup>57</sup> Ver mais em: GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, 33ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010.

que difundir a ideia de que o desemprego e o constante adiamento da concretização da promessa de fazer o Brasil ingressar no Primeiro Mundo são consequências da má formação dos trabalhadores, da mentalidade anacrônica difundida por uma escola não adequada aos novos tempos, com seus conteúdos ultrapassados, seus recursos pedagógicos obsoletos, com professores sem iniciativa própria, sem criatividade e sem espírito de trabalho coletivo e ainda da comunidade de pais que não arregaça as mangas para trabalhar em permanente mutirão de recuperação e preservação das escolas do bairro. Assim, o discurso sobre a educação possui a importante tarefa de esconder as contradições do projeto neoliberal de sociedade, isto é, as contradições do capitalismo contemporâneo, transformando a superação de problemas sociais em uma questão de mentalidade individual que resultaria em última instância, da educação (DUARTE, 2012: 55).

A legislação e as políticas educacionais desenvolvidas no período revelam que o discurso apregoado pelos governos militares buscava conciliar a perspectiva de democratização de oportunidades educacionais com a intenção de colocar a educação a serviço do modelo de desenvolvimento. Por meio desse discurso, o governo buscava legitimar-se internacionalmente, criando o mito de uma sociedade aberta, com igualdade de oportunidades, ao mesmo tempo em que assegurava a manutenção da ordem instituída por meio de mecanismos de coerção. As contradições desse discurso ficavam explícitas à medida que o Estado não assumia a expansão e a gratuidade dessa modalidade educativa, fato que favoreceu os interesses da iniciativa privada.<sup>58</sup>

Essa tendência, a frisar às necessidades de ideologias estatais, trouxe a formação do aluno voltado exclusivamente a habilidades práticas e manuais, ignorando a formação intelectual de conhecimento propriamente dito. Visando preservar a ordem instituída, as liberdades políticas foram cerceadas, reprimindo-se a mobilização e as diversas formas de ação popular presentes na sociedade. Embora o Estado tenha equacionado o seu papel na educação de jovens e adultos, por meio de políticas sociais contraditórias, naquele momento, irrompiam na cena pública inúmeros grupos populares que reivindicavam seus direitos, a começar pelo primeiro: pelo direito de reivindicar direitos (SADER, 1988:26).

Podemos aqui nos referir ao Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 por setores progressistas da Igreja Católica, muitos oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC); a criação dos Centros Populares de Cultura (CPC), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1962, e nas décadas de 1980 o In.Formar. As concepções de educação popular, durante a década de 1980, são bastante difusas; entretanto, o foco comum de ação e

---

<sup>58</sup> Ver mais em: SILVA, Odair Vieira da. Teoria crítica, neoliberalismo e educação: análise reflexiva da realidade educacional brasileira a partir da reforma educacional de 1990. 2015. 108 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124443>>.

reflexão, tanto à esquerda tradicional (PCB e PCdoB) quanto à católica, estava centrado na luta social<sup>59</sup>.

Nesse contexto, movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias e grupos de base começaram a reconhecer a importância da educação como ferramenta de conscientização e empoderamento das classes populares (GROPPO; COUTINHO, 2016). A ideia central era proporcionar uma educação que não apenas transmitisse conhecimentos técnicos, mas que também estimulasse a reflexão crítica sobre as condições de vida e o papel dos indivíduos na transformação da sociedade (CALIMAN, 2010).

A adaptabilidade e a persistência desses movimentos e organizações revelam a capacidade da Educação Popular de resistir a contextos adversos e reinventar-se, sublinhando a importância da solidariedade e da colaboração na luta pela educação e pela justiça social. Hugo Lovisolo (1988) identifica como núcleo comum do modelo de educação popular a relação saber-poder. Ele ressalta que, nesse modelo, ocorre um processo de fusão entre o educativo e o político no horizonte da autonomia e da participação popular.

Ao lançarmos esse olhar sobre a relação educação/movimentos sociais no Brasil, podemos citar a utilização do método Paulo Freire<sup>60</sup> que, do trabalho em direção às classes populares – “ida ao povo”, buscava formar politicamente os participantes, dando-lhes instrumentos para uma visão crítica de mundo. Como pontua Borges e Santos (1994):

A influência de Paulo Freire na modalidade da Educação de Jovens e Adultos é extremamente rica e positiva, devido à metodologia criada por ele, a qual permite a ligação do educando com o mundo em que vive, sem causar no aluno a sensação de que se encontra fora dele. A questão de fazer com que o educando se conscientize do seu espaço, na sociedade em que está inserido, não é alimentar a passividade deste em aceitar a sua condição atual, mas de estimulá-lo a conscientizar-se, não somente da sua situação, como também do poder em modificar a sua realidade, participando desta transformação de forma ativa. Desta forma, o educando não se sentirá à margem da sociedade que deseja modificar, e sim, inserido nela (BORGES E SANTOS, 1994:13).

---

<sup>59</sup> O seu caráter difuso se dá, em linhas gerais, pela concepção e relação que a esquerda tradicional e a católica tinham com os movimentos de massa (pastorais sociais, sindicatos e movimentos populares) e o que elas entendiam por formação política. Já a esquerda católica entendia os movimentos sociais de massa como sujeitos coletivos autoconscientes, não cabendo, portanto, uma direção determinada pelos iluminados do mundo da política (SILVA, 2008). Essas concepções vão nortear a formação dos movimentos de massa ao longo da década de 1980.

<sup>60</sup> Paulo Freire, um educador brasileiro que viveu durante o século XX, desenvolveu uma pedagogia centrada na conscientização, no diálogo e na práxis, buscando capacitar indivíduos para compreenderem criticamente sua realidade e agirem de forma consciente e transformadora sobre ela (Gadotti, 1996).

A visão de Freire traz uma contribuição ímpar no entendimento da visão crítica da transmissão de conhecimentos, que acredita na educação como um ato político, capaz de desvelar as estruturas de dominação e de empoderar os oprimidos para lutarem por sua libertação. Ele introduz conceitos centrais, como a conscientização, que é o processo pelo qual as pessoas percebem as injustiças sociais e desenvolvem o desejo e a capacidade de lutar contra elas. Ele também aborda a práxis, a união entre ação e reflexão, como um caminho para a transformação social.

Paulo Freire concebe a Educação Popular como um meio de atender aos interesses das camadas populares, historicamente oprimidas, e como um caminho tanto no campo do conhecimento quanto no campo político. Ele destaca que a Educação Popular deve contribuir para a conscientização crítica dos oprimidos, capacitando-os para que ganhem poder popular político e se tornem protagonistas na criação de uma nova ordem social sem dominação e opressão. Ao contrário do discurso neoliberal, que reduz a educação à mera capacitação para o mercado de trabalho, Freire defende uma educação que forme trabalhadores competentes com consciência histórica, política e social, visando à transformação radical da sociedade a partir do seu contexto.

Assim, os membros da entidade, através de uma visão crítica e libertária, no ímpeto de construir uma formação conscientizadora pautado na concepção de uma educação libertadora, trazida por Paulo Freire, transforma as experiências e as vivências criadas nas lutas e nos movimentos sociais, em espaços de debates e construção de espaços ativos de aprendizagem e educação, inserindo temas cotidianos como a saúde, a moradia, o transporte etc. Aqui o pedagógico e o político se interpenetram, seja a partir da reflexão, seja a partir da experiência ou da vivência da participação (LOVISOLO,1988:25).

Compartilhando de uma abordagem freiriana, o In.Formar, no ato de documentar, na valorização dos lugares e na continuidade dessas mesmas memórias, assim como na conscientização de seu espaço na sociedade, lançou um olhar com a cultura de cada localidade e buscou formar politicamente seus participantes:

Nosso maior material era a fotografia, então essa fotografia é um documento; a gente voltava para eles, para eles discutirem e tomarem a iniciativa. Porque, a gente acompanhava um tempo, e aí, é aquela coisa, o filho tem que sair e ir andando sozinho (Entrevista em 02/07/2020).<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online).

Então, a gente fazia muito material de educação, né. Educação, formação, no método Paulo Freire. E isso, quando começou o MEB,<sup>62</sup> que começou a divulgar, até na época da Luiza Erundina<sup>63</sup>, a gente fez muito material. E você partia da vida do povo, você não partia sua cabeça; primeiro você via o seu grupo, conhecia as pessoas, sua origem, o que era importante para eles, para poder estudar em conjunto com eles (Entrevista em 02/07/2020).<sup>64</sup>

Como a militante Célia Rossi ressalva, tinha-se um acompanhamento direto com os bairros. Esse trabalho era realizado pelos membros da entidade, que, além de fotografar, construíam uma rede de contato e de comunicação com os movimentos, em uma linha contínua de troca e de escuta. Essa aproximação fez confluir para o In.Formar um grande polo de divulgação e distribuição das fotografias, em frentes de lutas variadas por todo o Brasil. Em suma, desenvolvem-se não apenas a fotografia, como análise da realidade de cunho documental, mas a permanente troca das experiências e do nível de percepção e apreensão da realidade em que se encontram os referidos grupos.

Assim, o In.Formar buscou acompanhar a demanda desses movimentos e de suas questões, registrando sua resistência e conservando sua memória, para além da visibilidade desses movimentos, mas como instrumento de estratégia de luta que levaria à formação de uma sociedade participativa. Nessa intenção de dialogar com a perspectiva conjuntural que o estudo do bairro se constitui em conjunto com os modos coletivos de aprendizado, de crítica da realidade e de aperfeiçoamento das lutas populares, o In.Formar produz diversos materiais educativos.

Nota-se, pelas atas de reuniões, que os materiais produzidos eram construídos em conjunto com as lideranças populares, através de encontros no próprio bairro e abertos a todos, em que eram levantadas as sugestões e feito o encaminhamento das atividades com os próprios moradores, em uma participação direta.

---

<sup>62</sup> Movimento de Educação de Base (MEB), fundado em 21 de março de 1961, é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos.

<sup>63</sup> Luiza Erundina de Sousa é uma assistente social e política brasileira, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Atualmente, é deputada federal pelo estado de São Paulo. Na fala mencionada por Célia, Luiza Erundina, assistente social da prefeitura de São Paulo, prefeita do município de São Paulo entre 1989 e 1992, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>64</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online).

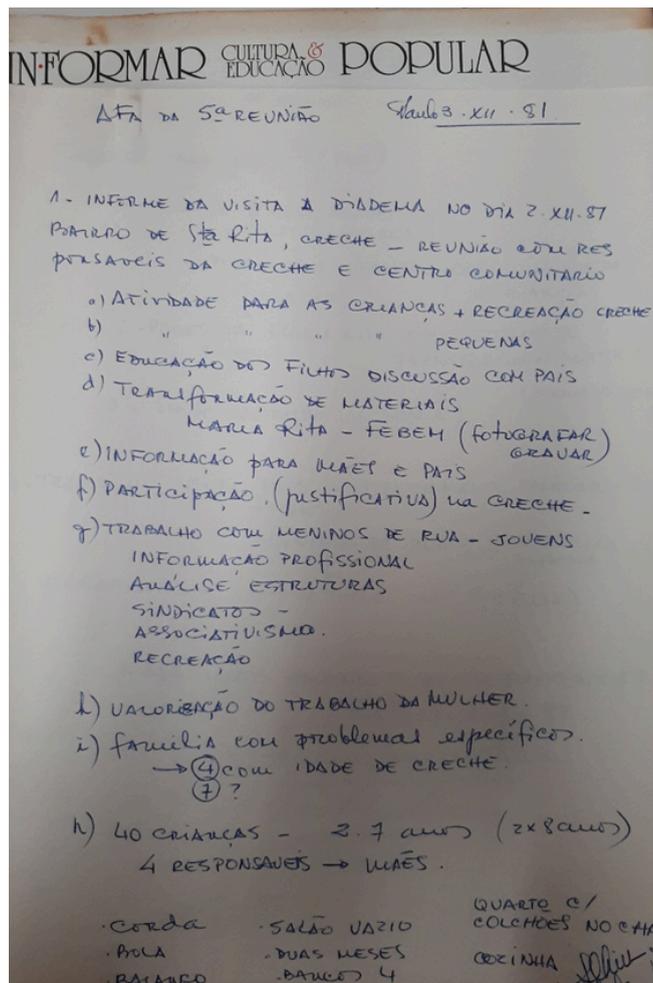


Figura 5: Ata de reunião do movimento, com ênfase para as temáticas trazidas em reunião. Data: 1981. Acervo IIEP.

Os materiais tinham como objetivo central atender as demandas da comunidade onde era necessária a atuação do movimento, podendo ser desde uma assessoria, nos registros documentais e de atas das reivindicações, disponibilização do acervo documental para construção de diálogos, visibilidade do próprio movimento com as demais manifestações que ocorriam no período e no estado de São Paulo, até a produção de montagens audiovisuais com roteiros, seminários e formações de animadores.

Paulatinamente, o aumento da mobilização e da organização entre os movimentos e a entidade foi fazendo o In.Formar criar sua própria metodologia de atuação:

Os seminários e cursos são realizados no momento determinado pelos movimentos, de forma a atendê-los quanto ao conteúdo, data e duração. As montagens são feitas preferencialmente pelos usuários com a assessoria do In.Formar.

Há o contato permanente com o trabalho na base. Os contatos são ampliados e multiplicados à medida que o projeto se desenvolve.

A atualização constante de todas as informações, legislações e determinações que interessem diretamente aos diferentes grupos populares.

A transmissão dessas informações em linguagem acessível para serem debatidas, assimiladas e posicionadas pelos participantes dos movimentos populares (Caderno unificado In.Formar, s/d)<sup>65</sup>.

Percebemos, com a extensão de pautas práticas referentes aos materiais e aos temas exercidos, que o In.Formar não estava só preocupado com a preservação da memória, mas também com a organização de atividades que conscientizassem os movimentos sociais para temáticas vinculadas às demais e diversas dimensões da vida da população urbana, como serviços básicos que atingem os setores mais pobres da população.

As montagens audiovisuais, por exemplo, acompanhadas de uma série fotográfica e um roteiro, correspondem a um material didático mais contextualizado, para os militantes do In.Formar apresentarem aos movimentos, levantando os problemas enfrentados, as formas de se mobilizar e a elaboração de uma solução crítica para o enfrentamento das questões. Trata-se de pautas que correspondem à emergência dos grupos vulneráveis, ou seja, das necessidades que abrangem questões de saúde, identidade e de gênero, além da formação das condições ecológicas, educacionais e sociais.

Os temas, seguindo o método de Paulo Freire, eram aproveitados, pelas experiências dos participantes, para a realização de projetos populares:

Como a Sônia era dentista, toda vez que a gente ia na favela, ela ficava preocupada com as crianças. Então, nós fizemos um documentário sobre escovação, que é importante, como é que faz, e isso se fazia com a criança (Entrevista em 05/12/2019).<sup>66</sup>

Através dos próprios conhecimentos dos membros, como Sônia Lins, cirurgiã dentista, o material visava, a partir da tomada da realidade local, atingir uma educação libertadora e conscientizadora e desenvolver um raciocínio crítico, com a transformação cultural e política por meio do ato de ação e reflexão. Por meio dessas ações, os membros da entidade conseguiram criar espaços de resistência e de luta por justiça social.

Essa visão vai além da transmissão de conhecimentos necessários, para um bem-estar de uma comunidade, como, no caso aqui, sobre a temática da escovação, alcançando o questionamento sobre a falta de acesso à saúde pública e as desigualdades por trás disso. Na

---

<sup>65</sup> Caderno unificado In.Formar. Sem data, p. 1-11. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

<sup>66</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 05/12/2019. Local: Praça Leão X, 322.

pedagogia freiriana, a conscientização é o processo pelo qual os indivíduos tomam consciência das condições sociais em que vivem e das relações de dominação e opressão que as permeiam, de modo que, através da conscientização, os educandos desenvolvem uma compreensão crítica da realidade e se tornam capazes de agir de forma consciente e transformadora sobre ela (MIRANDA, 2014).

Essas ações, partindo da educação popular, promoveram a conscientização política das comunidades marginalizadas e fortaleceram a capacidade de organização e defesa desses coletivos contra a repressão do Estado. Assim, partindo da visão da sua própria realidade, os grupos discutem seus problemas para chegarem a conclusões e ações concretas. Sejam elas uma manifestação, uma relação ou uma tomada de posição.

Essa visão consciente e coletiva abrangia uma resolução de trocas, que “eles tinham um retorno e faziam o roteiro do que eles queriam mostrar. Você apresentava o *slide* e fazia a discussão (...) “Apesar dos bairros não estarem com os materiais, como o projetor, a gente emprestava quando eles mesmos iriam usar ou quando a gente ia a gente levava”.<sup>67</sup>

A entidade entregava não só o material produzido da montagem, mas o projetor e os demais equipamentos que as comunidades pudessem precisar para a realização da atividade, para equipar didaticamente esses movimentos, nos trabalhos que desenvolviam nos bairros. O In.Formar tinha uma política de coleta, aquisição e recolhimento dos documentos produzidos, através de um sistema de rodízio, com tempo determinado para cada grupo. A devolução, podendo sofrer ressalvas, dependendo de cada especificação de material produzido e movimento apresentado, era feita para a entidade, a fim de que o mesmo conteúdo pudesse chegar nas mãos de mais pessoas e ser multiplicado para mais funções sociais, para aqueles que quisessem conhecer essas práticas de educação popular.

Desse modo, o In.Formar desempenhou diferentes papéis junto a esse sujeito coletivo, ora atuando como construção da memória coletiva, pela constituição de um espaço coletivo, ora atuando como agente de formação e conscientização, dando voz aos movimentos sociais, principalmente aos populares, na construção de uma cultura política fundamentada na participação.

Dentre essas práticas da entidade, fica claro o comprometimento em participar e ampliar os esforços de emancipação das camadas trabalhadoras do povo brasileiro. Sobre a relação entre educação e movimentos sociais, em São Paulo, foram desenvolvidos diversos temas, tanto para a instrumentalização de uma visão crítica e conscientizadora quanto para um

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 05/12/2019. Local: Praça Leão X, 322.

aprendizado político para a participação na sociedade em geral, em busca de uma autonomia que veio a ser apresentada como uma necessidade de política.

Por essa perspectiva, essas mobilizações se apoiaram na afirmação de um conjunto de valores novos em política, como a igualdade, a cidadania e a participação – apoiados na construção de inúmeras formas de atuação com os movimentos populares frente à sua realidade.

O In.Formar, em conjunto com diferentes segmentos sociais, desenvolveu estratégias como forma de potencialização da consciência de classe e de grupo. A educação popular não se fez “para” o povo, na medida em que não quis estabelecer objetivos, conteúdos, palavras de ordem e verdades. Pelo contrário, fez-se “com” o povo: tomando como ponto de partida do processo pedagógico o saber desenvolvido no trabalho, na vida social e na luta pela sobrevivência. Essa educação procura incorporar os modos de sentir, pensar e agir dos grupos e das camadas exploradas e oprimidas para ajudá-los em sua luta (VASCONCELOS, 2005).

Nesse cenário, podemos afirmar que o In.Formar teve como uma de suas características centrais o diálogo com a base dos movimentos sociais, no qual ambos compartilharam saberes e experiências em um processo de troca em que, através da educação popular – quando as informações fazem sentido para os indivíduos, inseridos num dado contexto social –, promove-se o empoderamento coletivo, capacitando os sujeitos a atuarem como agentes de mudança em suas comunidades.

### **2.3 Constituinte sem povo não cria nada de novo**

Entre as produções educativas do In.Formar sobressai o material audiovisual de 1986, sobre a importância da Constituição no processo histórico do período. Sob o título “Constituição Constituinte”, a montagem marca certas condutas que concorreram para determinado entendimento sobre a república brasileira, num momento em que se colocava a questão da reconstitucionalização democrática do Brasil.

Explorando conceitos em volta do que é uma constituinte, a montagem remonta a construção do lema “Constituinte sem o povo não cria nada de novo”, projetada em um grande movimento em prol da participação popular na Constituição. Esse movimento seria o antídoto contra a demagogia na Assembleia Nacional Constituinte (AN), que ocorreu nos anos de 1987-1988, resultado de uma emenda de 1988, tendo como objetivo a elaboração de

uma Constituição Democrática para o Brasil (VERSIANI, 2010).<sup>68</sup> Nesse quesito, a derrota da emenda Dante de Oliveira, somada com as *Diretas Já*, a eleição e a morte de Tancredo Neves e as mobilizações sociais da década de 1970, gestaram percursos em que participação popular e a “questão democrática” se aproximavam (NAPOLITANO, 2014:19).

O material é composto por uma produção teórica e visual. O produto teórico faz parte de um manual com fatos históricos e levantamento de questões que poderiam ser aproveitadas na apresentação, inserindo uma dinâmica de participação nos espaços coletivos e na reflexão pelo tema. Já a produção visual tem como base 48 *slides*, tendo como referencial o manual de fatos históricos e um breve descritivo, que fazem parte do acervo fotográfico da entidade, com diversas temáticas voltadas para as lutas coletadas durante os anos de 1980.

---

<sup>68</sup> O processo se deu sob os governos militares do general Ernesto Geisel (1974-1979) e do general João Batista Figueiredo (1979-1985), período em que foram extintos os Atos Institucionais, foi sancionada a Lei da Anistia e houve o fim do bipartidarismo, em 1979.

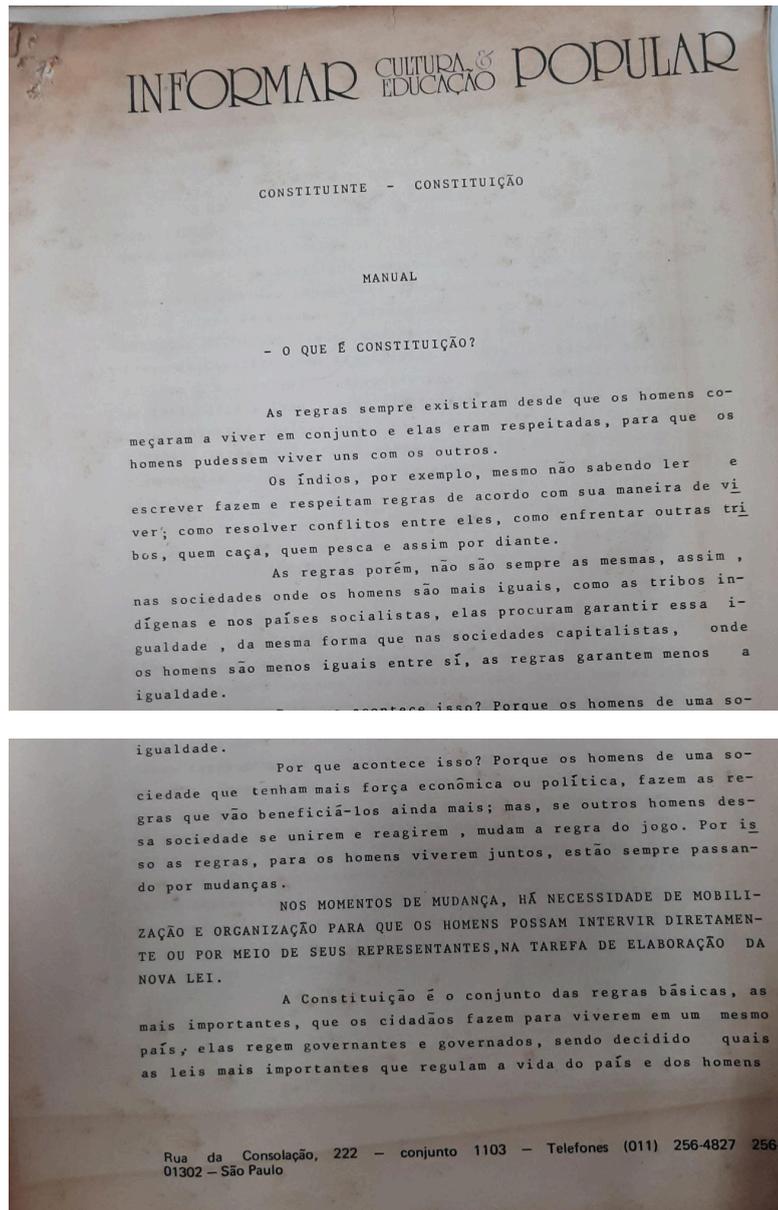


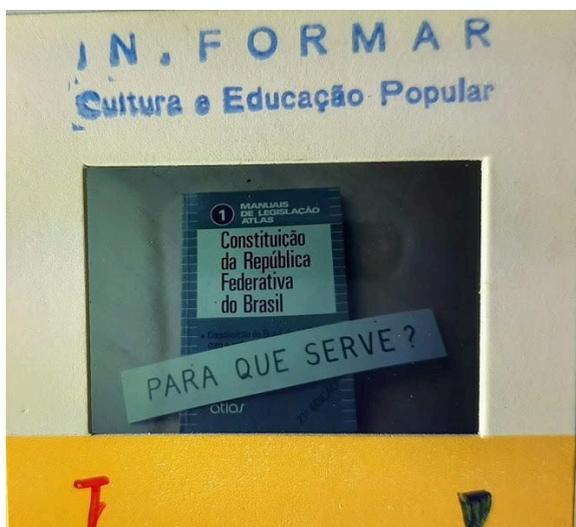
Figura 6 e 7: Material educativo produzido pela entidade. Data: 1986. Acervo IIEP.

A montagem, elaborada a partir de diversos debates com a população periférica da Zona Leste, da Zona Oeste e da Grande Leste de São Paulo<sup>69</sup>, pode ser entendida a partir de três blocos de conhecimento. O primeiro, com uma contextualização sobre o que é uma constituição, para que a necessidade de uma e quais Constituições fizeram parte do Brasil. O segundo e o terceiro blocos exploram quais os direitos fundamentais do cidadão, sendo o segundo voltado para a participação da sociedade dentro de um país democrático e os

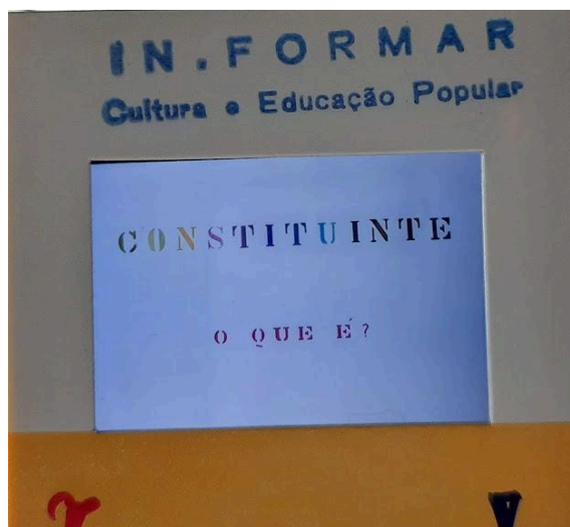
<sup>69</sup> Apoio bibliográfico: Constituição e constituinte de DALLARI, Dalmo de Abreu; Cartilha da Constituinte - Pastoral Operária; Constituição e Constituinte: Em busca de novos caminhos para o Brasil - EDU, Editora da PUC - SP.

desafios para a sua efetividade. O terceiro, sobre os direitos e os deveres garantidos, tais como à vida, à igualdade e à informação.

**Slide 1:** Constituição, para que serve?



**Slide 2:** Constituinte, o que é?

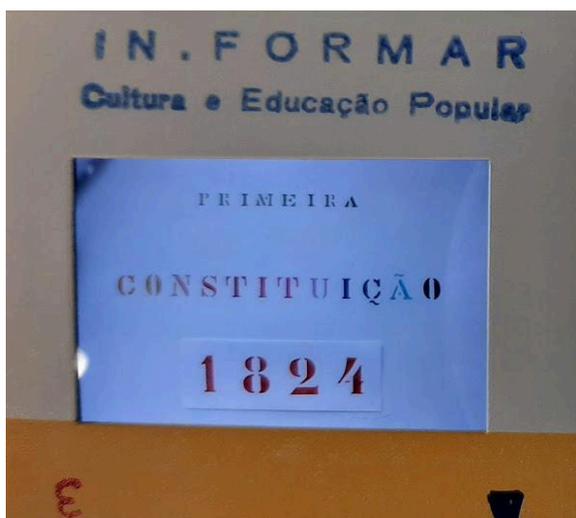


Figuras 8 e 9: Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

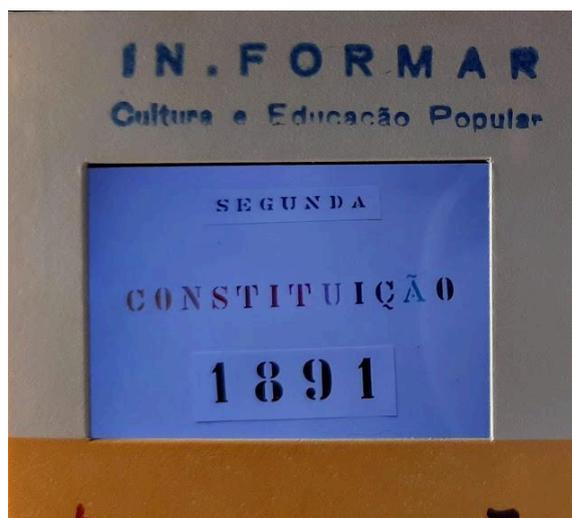
Desse modo, o material pedagógico abre a discussão acerca do conceito de constituição e o seu valor para as ordens democráticas. No acompanhamento dos *slides*, apresentados no projetor para o público, o roteiro segue apresentando as primeiras Constituições do Brasil e as características marcantes para a sua representação e vigência.

**Slide 3:** 1ª. Constituição: 1824 - D. Pedro I (outorgada)

**Slide 4:** 2ª. Constituição: 1891 - A Proclamação da República (votada)



**Slide 5:** 3ª. Constituição: 1934 - Getúlio Vargas (votada)



**Slide 6:** 4ª. Constituição: 1937 - Estado Novo (outorgada)/Getúlio Vargas



**Slide 7:** 5ª. Constituição: de 1946 - Após a queda de Getúlio Vargas (Votada)



**Slide 8:** 6ª. Constituição: de 1967 - Governo Militar (votada). (Constituição ainda em vigor)



Figuras 10 a 17: Figura: Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

Como apoio, eram feitas observações importantes a respeito de cada Constituição debatida. Nos *slides* 2 e 3, ressaltam-se as informações abaixo para a discussão:

1. Só podia ser eleito quem ganhasse mais de 200 mil reis por ano, e só podia votar quem ganhasse mais de 100 mil reis por ano. Ficavam fora as mulheres, os trabalhadores e os escravos.
2. Marcou a passagem do Brasil Império para o Brasil República. Deputados tinham mandato de 3 anos e senadores tinham mandato de 9 anos. Estavam excluídos de votar: as mulheres, os analfabetos, os menores de 21 anos, os soldados que não tinham patente (não oficiais) e os religiosos (Montagem “Constituição Constituinte”, 1987)<sup>70</sup>.

A produção do referido material e a época marcam a conscientização como um processo transformador, que vislumbra o compromisso do In.Formar em promover a possibilidade do amplo e livre debate a partir do processo educativo. O roteiro elucida o entendimento de quem fazia parte da construção de uma Constituição nos primeiros anos do Brasil República.

No manual de fatos históricos, é colocado quem pode fazer parte da elaboração e a necessidade da participação do povo, independentemente dos representantes eleitos. Com os *slides* 3 ao 6, denotam-se às ações governamentais que inauguraram as próximas Constituições, nas quais, mesmo obtendo um avanço de representação da sociedade, são mantidos os mesmos padrões de exclusão.

<sup>70</sup> Material descritivo da Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

1. Para criar condições de mudanças de regime, Getúlio Vargas convocou uma Assembleia Nacional Constituinte. Desta vez, as mulheres podiam participar; os analfabetos continuavam excluídos.

2. Foram eleitos 254 Deputados, dos quais 214 representavam os interesses industriais, dos comerciantes, dos proprietários de terras e uma parte dos oficiais das três armas. A classe operária elegeu 40 deputados pelos sindicatos e associações de trabalhadores. Apesar da pouca representatividade, foi a primeira vez que os operários estiveram presentes. Época em que foram incorporadas às oito horas diárias de trabalho, devido à pressão dos trabalhadores.

3. Centralização político-administrativo; Direito de Intervenção Federal Ampliado; Presidente com plenos poderes (criava, executava e fiscalizava leis) (Montagem “Constituição Constituinte”, 1987)<sup>71</sup>.

No roteiro programado, são inseridas informações pertinentes da necessidade de aprofundar as questões políticas, buscando uma maior unidade dos movimentos sociais com a contextualização histórica de cada período retratado. No decorrer dos *slides* sobre as constituições brasileiras, é pautada a inserção dos trabalhadores no processo de inserção, seja pela conquista do voto, pelos comícios criados ou por protestos que dominaram a participação popular em cada campo de atuação. Essas dinâmicas de participação nos espaços coletivos e a reflexão pelo tema são lembradas pela militante Célia:

Quando fizemos a da constituição constituinte, foi na época em 86, época de eleição, né, que fizemos com o pessoal o que era a constituição, porque ninguém sabia. Então, à medida que fomos apresentando os *slides*, cada um na sua luta, do campo, do urbano, da moradia, de como se morava, discutia como a constituinte poderia estar valorizando esses movimentos. Eles juntavam as coisas e se discutiam ali o que seria bom pra tribo. E é isso o que a Constituição faz, e isso a gente passava pro pessoal, de dizer além de tudo, que precisava votar e votar consciente.

Então com isso nós resolvemos trabalhar, e essa constituição constituinte rodou o Brasil inteiro, o pessoal pedia, e a gente copiava e mandava (Entrevista em 02/07/2020).<sup>72</sup>

A montagem audiovisual, assim como Célia pontua, rodou diversas associações de bairros pelo município de São Paulo, onde foram feitas diversas cópias, reproduzidas como uma estratégia de luta em todo o Brasil. O sucesso do material visava a interação entre o debate e a realidade de experiência vivenciada, atingindo várias camadas e idades distintas, na luta pela educação e por direitos que fazem parte da construção da cidadania.

---

<sup>71</sup> Idem.

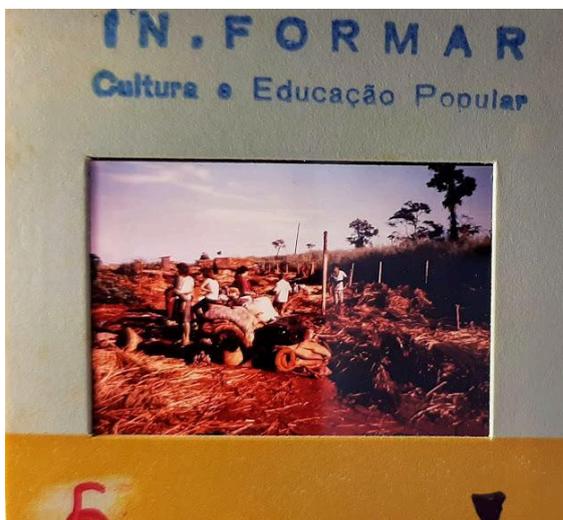
<sup>72</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 02/07/2020, pela plataforma Stream Yard (Online).

Nesse aspecto, o processo constituinte brasileiro incluiu a instituição de formas participativas diretas no regimento interno da Assembleia, sob o instrumento jurídico de “emendas populares”. A demanda por um novo texto constitucional nos anos 1980 foi marcada pela atuação de diferentes grupos sociais e estratégias de luta política, a atuação de partidos políticos e de juristas, assim como a atuação de movimentos sociais em prol da participação popular por uma Constituinte que levasse em conta suas vozes e demandas políticas (CARDOSO, 2016: 78).

Em São Paulo, foi criada, em 1985, uma importante matriz da participação da sociedade na Constituinte: o Plenário Pró-Participação Popular. Seu propósito maior era consolidar a criação de instrumentos de participação popular no processo de elaboração da nova Carta, que fossem depois incluídos como regra política no texto constitucional.

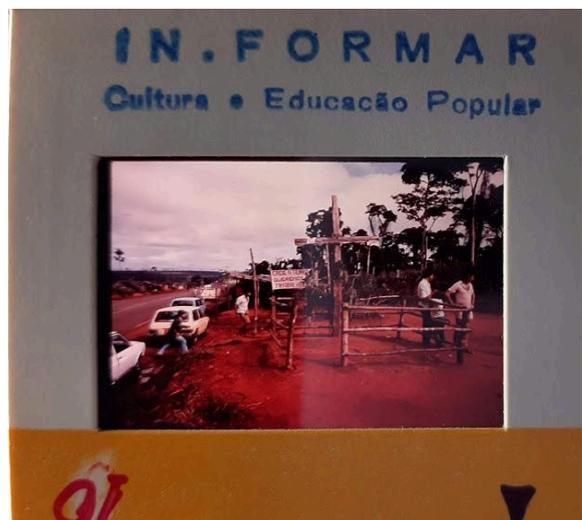
Este momento colocou a participação de diversos movimentos sociais como sendo relevante para a retomada do Estado de direito democrático no país. Dentro desse aspecto, da noção da sociedade civil enquanto elemento integrante da força motriz na retomada das ações democráticas no país, o segundo bloco da montagem vislumbra a importância do exercício da cidadania em processos constituintes.

**Slide 9:** Expulsão de terras SP



**Slide 11:** A questão dos boias-frias

**Slide 10:** Ocupação de terras do Estado



**Slide 12:** Salários baixos



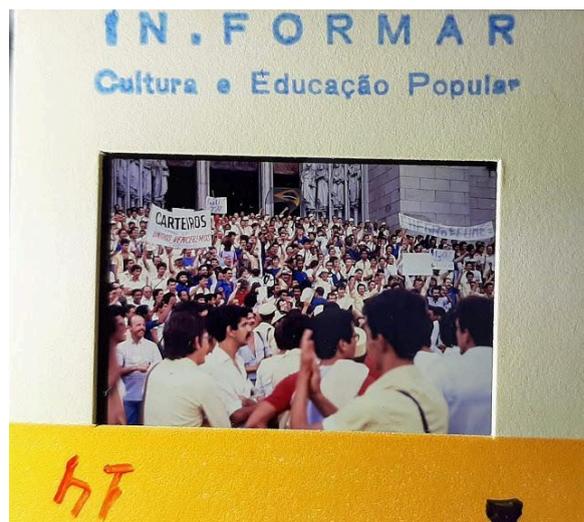
**Slide 13:** Ocupação de terras por trabalhadores rurais - Araraquara/SP



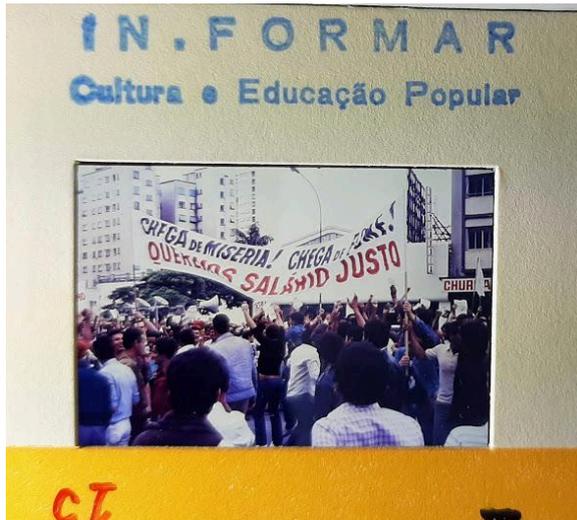
**Slide 14:** Greves - direito de greve



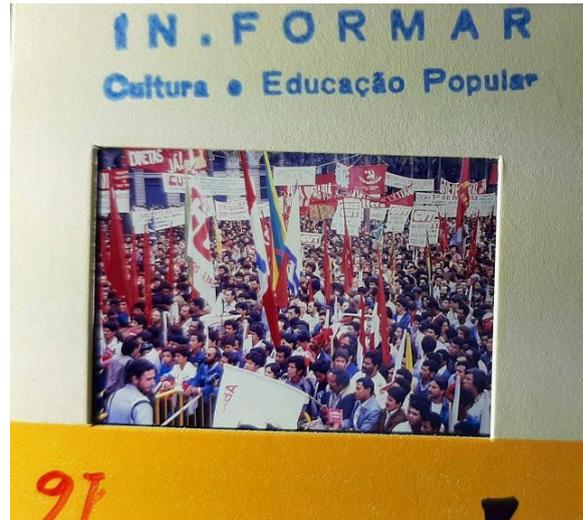
**Slide 15:** Greves - Vigilante em greve por melhores condições de trabalho e por melhores salários



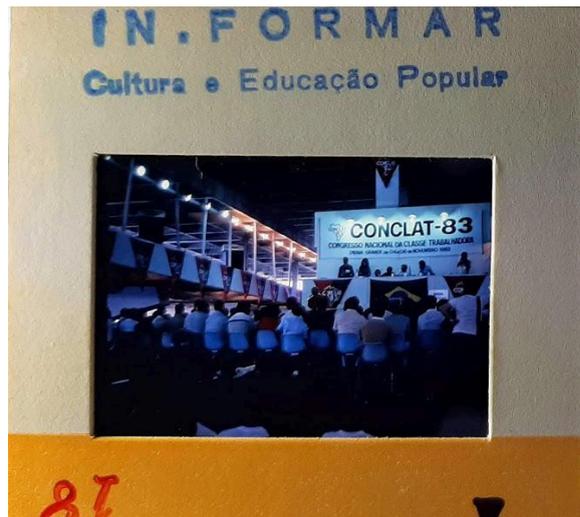
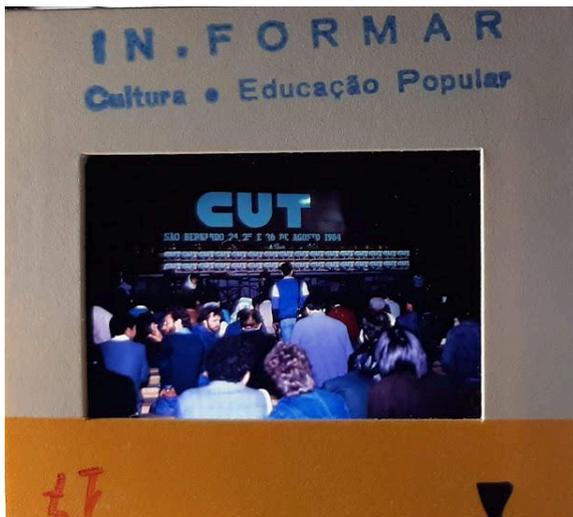
**Slide 16:** Bandeiras de Luta - 1º. de maio - SP.



**Slide 17:** Organizações dos trabalhadores - CUT  
o 1º. Congresso da CUT em São Bernardo



**Slide 18:** Organização dos trabalhadores  
C.O.N.C.L.A.T.  
Formação do CONCLAT em 1983. Hoje C.G.T



Figuras 18 a 27: Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987.

Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

Os *slides* 9 a 18 suscitam diferentes formas de mobilizações, sustentadas na defesa da ampliação dos direitos. Os *slides* 9 ao 13 evocam o acompanhamento dos movimentos rurais, como parte da visibilidade da tomada e da ocupação da terra. A descrição do *slide* tem como base:

Acampamento dos sem-terra: primeiro ato de preparação para o acampamento.

Nas faixas, podemos ver: “Cadê a terra. Queremos trabalhar”.

A luta do povo sem-terra por um pedaço de chão para trabalhar (Montagem “Constituição Constituinte”, 1987)<sup>73</sup>.

Conforme explicita o documento que acompanha os *slides*, a montagem remonta às lutas de pressão do povo no setor da terra, como a luta dos posseiros para não serem expulsos de suas terras, e as reivindicações em volta dos registros fotografados pelo In.Formar, nos *slides* 12 e 13, com a ocupação dos trabalhadores após terem sido despedidos (e não remunerados) com o fechamento da usina Tamoio, em Araraquara. Outro exemplo é o *slide* 14, com a formação sindical dos boias-frias, que na ocasião reivindicam uma profunda reforma agrária frente à falta de condições e de saneamento básico na área do trabalho.

Ademais, como pilar na importância dos elementos que devem fazer parte da Constituição, a entidade destina alguns tópicos na preservação de direitos garantidos, entre os quais, garantir condições de trabalho e salários compatíveis com as condições de vida. No *slide* 12, é abordado um holerite, indicando que os assalariados do campo, assim como nos movimentos urbanos, também estavam lutando por melhores condições e remuneração.

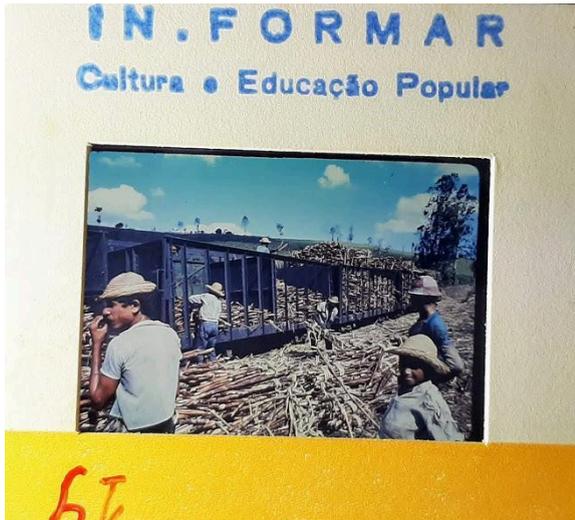
Os *slides* 15 ao 18 tratam do exercício do direito à greve, em virtude do processo de reocupação e politização do espaço público, diante dos salários corroídos pela inflação. Os registros destacam uma série de manifestações, como a CUT e a CONCLAVE, por força do próprio contexto brasileiro de desemprego do período, sendo destacados os salários indignos e sendo construído pelo material um “quadro de injustiças”, através da conscientização da ilegitimidade da privação.

**Slide 19:** Trabalho do menor no campo

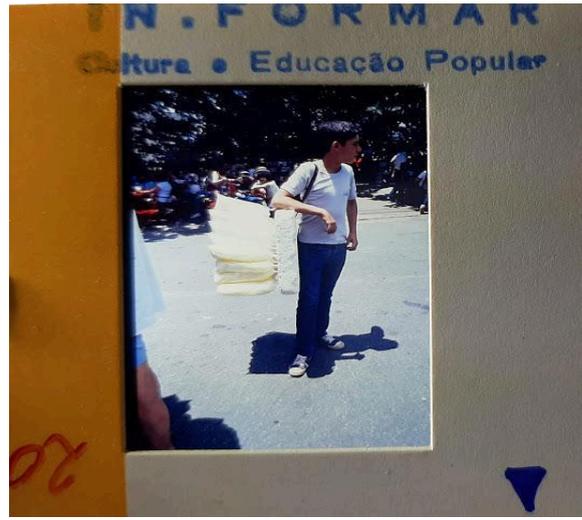
**Slide 20:** Trabalho do menor na cidade

---

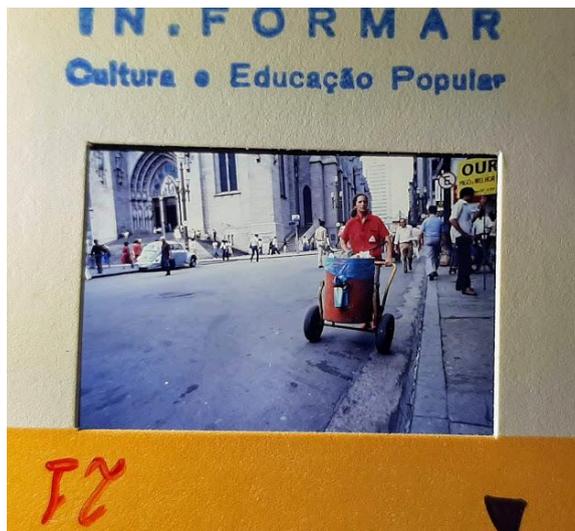
<sup>73</sup> Material descritivo da Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.



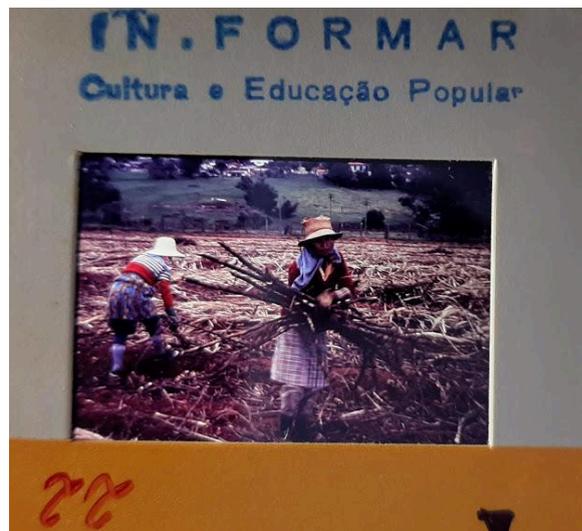
Slide 21: Trabalho da mulher na cidade



Slide 22: Trabalho da mulher no campo



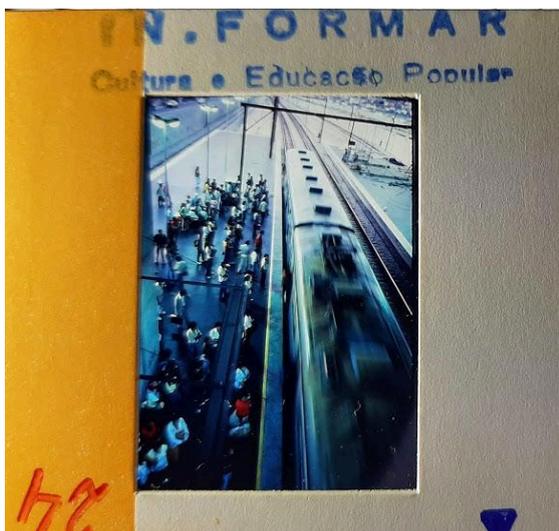
Slide 23: Trabalho do homem





Slide 24: Transportes Urbanos

Slide 25: Transporte um direito do cidadão - um dever do Estado



Figuras 28 a 34: Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987.

Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

A partir dos *slides* 19 a 25, são destacadas as violações praticadas e a construção da concepção de direitos sobre as condições de proteção específicas para a área do trabalho. Em continuidade aos *slides* anteriores, são trazidos os desafios colocados cotidianamente, a exemplo do direito aos menores e a exploração ao campo, como o direito à questão da carteira profissional e a reflexão do direito a ser criança. A montagem vem seguida de dois apontamentos:

1. A luta dos trabalhadores que exigem condições de trabalho adequadas. Por exemplo, na construção civil e em muitas fábricas estão sujeitos a acidentes de trabalho. (Discutir também o problema da segurança do trabalho).
2. Contrastando com a habitação do trabalhador, vemos onde é guardado o dinheiro (Montagem “Constituição Constituinte”, 1987).<sup>74</sup>

Na luta por melhores condições de vida no trabalho, adentra-se a segurança e a quem se destina tal produção, além de temas como a importância do direito à cidadania, no mundo do trabalho, a produção educacional, o reflexo ao aparato da segurança do trabalho e as demais prevenções que visam proteger a integridade física e mental do trabalhador. Destaca-se, ainda, a importância da mulher em ambas as áreas de produção, no trabalho urbano ou rural, pautada pelas desigualdades de gênero presentes.

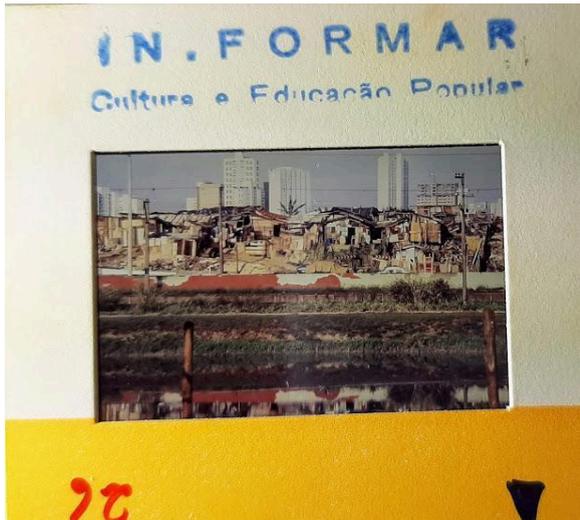
O terceiro bloco da montagem é voltado para a intensa mobilização, envolvendo o registro da entidade a diferentes setores sociais, pela criação de instrumentos jurídicos formais que garantem os direitos básicos sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Eram discutidos, em conjunto com os movimentos sociais urbanos: os problemas de moradia/favelas e os loteamentos clandestinos; a falta de creches e escolas fundamentais; a carência de transportes públicos; e a ausência de postos de saúde e de profissionais para o seu atendimento – temas que ajudassem na compreensão para o fortalecimento do direito do cidadão sob as carências e demandas dadas pelos problemas de desigualdade entre a população brasileira.

**Slide 26:** Habitação - direito a morar

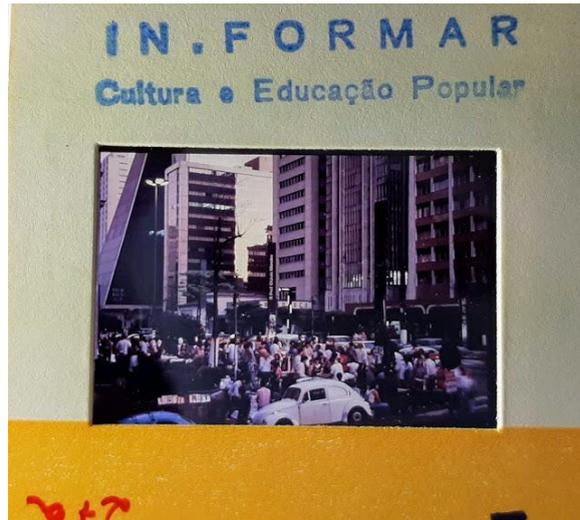
**Slide 27A:** Habitação - onde mora o nosso dinheiro - Bancos

---

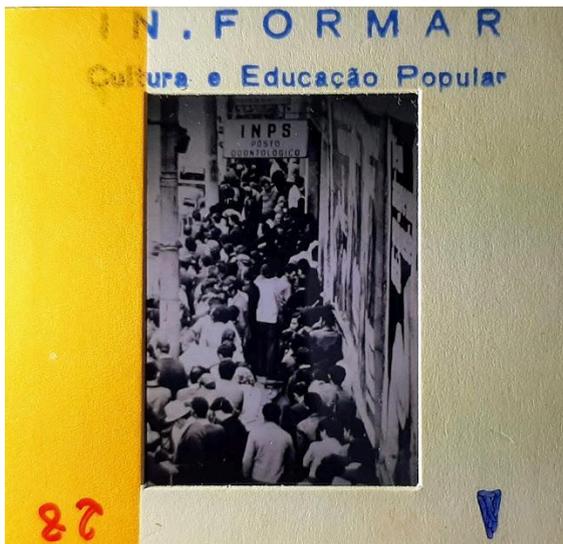
<sup>74</sup> Material descritivo da Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.



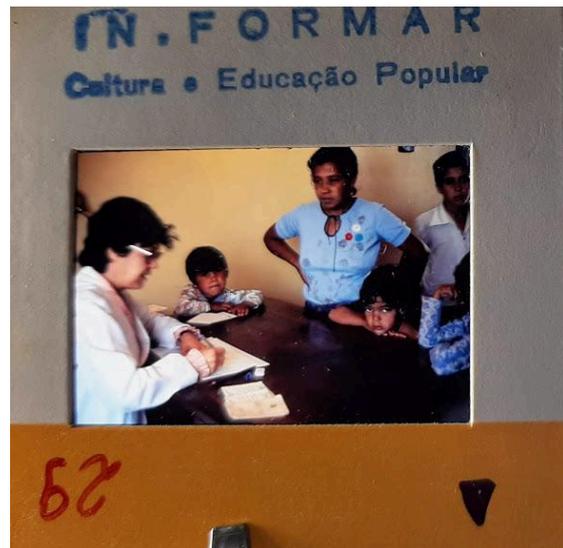
**Slide 28:** Saúde



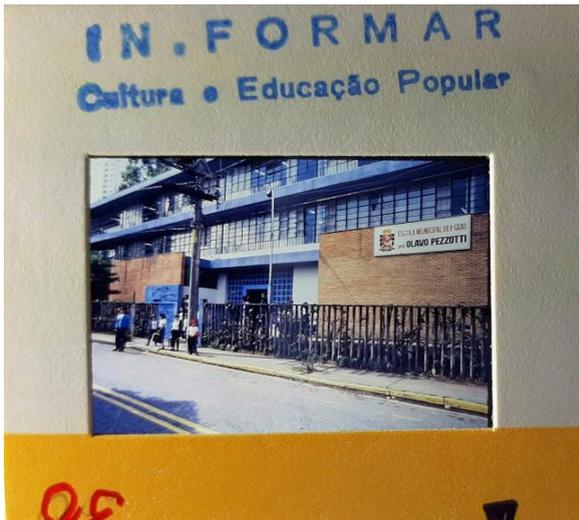
**Slide 29:** Saúde - direito ao posto de saúde



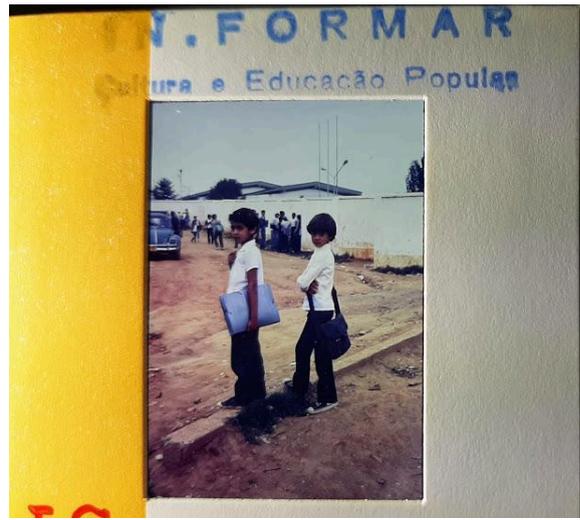
**Slide 30:** Educação - escola para todos



**Slide 31:** Educação - difícil acesso às escolas, falta de vagas e outros problemas



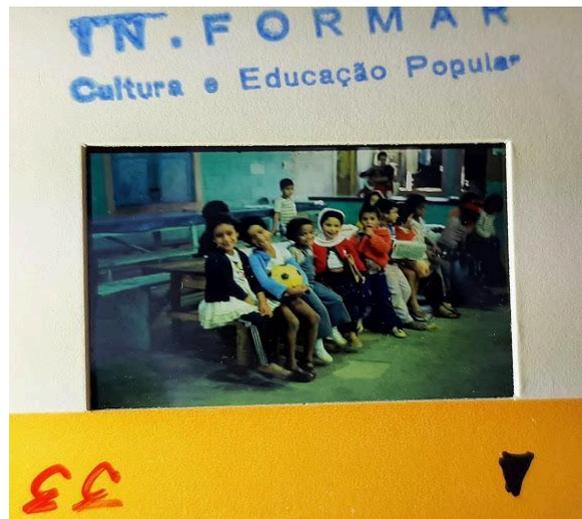
Slide 32: Creche - um direito de todos



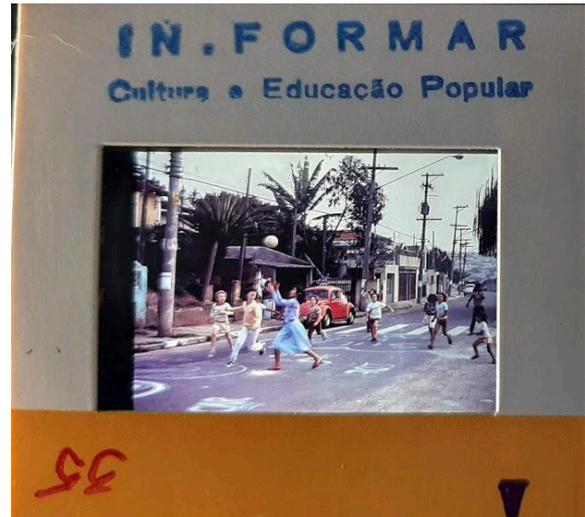
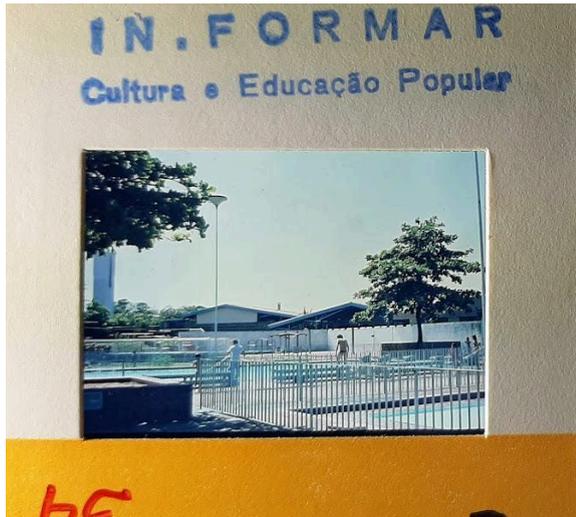
Slide 33: Creche - Bairro periférico



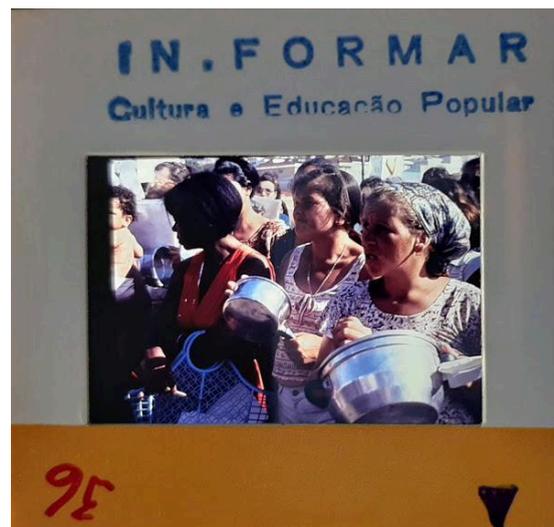
Slide 34: Lazer



Slide 35: Lazer - Crianças brincando nas ruas



**Slide 36:** Mulheres reivindicando melhores condições de vida - movimento - Painel Vazia



**Slide 37:** Problema do menor abandonado nas ruas - um menino cheirando cola de sapateiro

**Slide 38:** Menores abandonados dormindo nas ruas



Figuras 35 a 47: Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987.

Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

Os *slides* 26 a 33 consistem em detectar as carências trazidas nos campos habitação, saúde e educação – um dos principais pilares que estiveram presentes nos movimentos de contestação e mobilizações do período da ditadura. Os *slides* 26 e 27 problematizam a questão da habitação, que consistiu na batalha da universalização do acesso à moradia, como um direito de morar com dignidade. A entidade explora a luta pelo direito à casa própria, com igualdade de condições.

Os *slides* 28 e 29 elucidam a urgência de melhorias no sistema de saúde. Os *slides* retratam o movimento saúde de São Paulo, uma das mais fortes mobilizações sociais, onde ocorreu uma grande luta pela melhoria da qualidade dos serviços prestados nos postos de saúde e hospitais. Tal segmento instituiu elementos de base para um projeto amplo de sociedade, pautada na identidade da classe trabalhadora e na solidariedade de classe – valor significativo para mobilização e organização dos trabalhadores

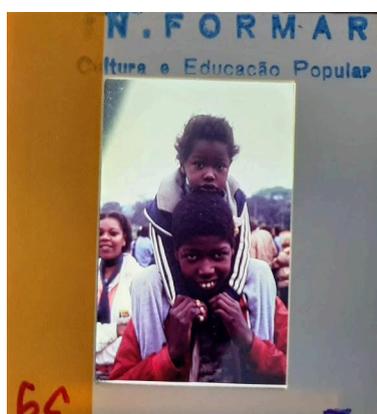
A proposta dos *slides* 30 e 31 era o campo educacional, levantando questões e discussões sobre sua importância e o acesso universal igualitário. O apoio textual destacava:

1. Outra forma de luta do povo é para que se tenha uma escola que prepare as crianças e jovens, para escolher em condições de igualdade, sua formação ou profissão a desempenhar.
2. Pressão da população para maior igualdade de tratamento para escolas centrais e periféricas; por um maior número de vagas e por professores

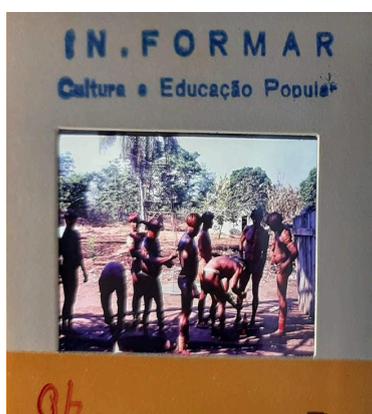
comprometidos com a formação integral dos alunos (Montagem “Constituição Constituinte”, 1987)<sup>75</sup>.

Assim como exposto, o material é abordado em conjunto com os movimentos sociais, no tocante à defasagem pelo acesso à educação, às creches e ao desenvolvimento básicos de crianças e adolescentes. Outro campo muito presente no material desenvolvido é, mais uma vez, a presença da mulher nas mobilizações populares – como exposto no *slide* – com a luta da panela vazia, realizada por grupos de mulheres contra a carestia.

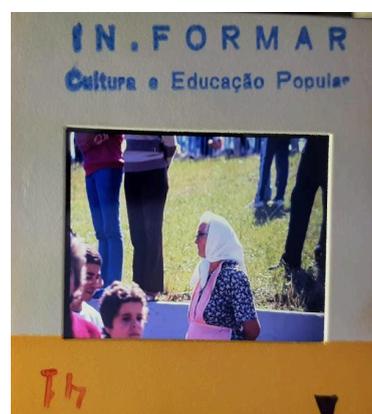
**Slide 39:** Negros - discriminação -



**Slide 40:** Índios



**Slide 41:** Idosos e Estrangeiros



Figuras 48 a 50: Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987.

Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

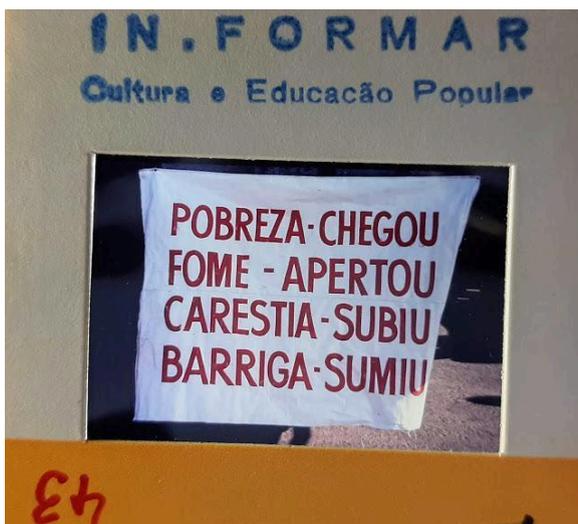
O material explora elementos como o acesso ao lazer e ao esporte, com os *slides* 34 e 35, e o respeito a grupos sociais específicos, com os *slides* 39 a 41 – mulheres, crianças, jovens, idosos, comunidades indígenas, desempregados, pessoas portadoras de limitações físicas ou com doenças de risco etc. A temática emprega discursos participativos, a partir do princípio constitucional de igualdade, associando intrinsecamente a ideia de participação da sociedade, na Constituinte, com a possibilidade de construção de uma república verdadeiramente cidadã no Brasil.

<sup>75</sup> Material descritivo da Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

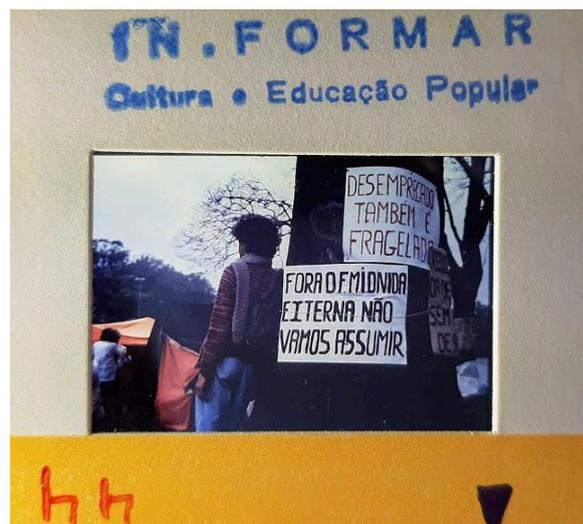
**Slide 42:** Participação das Igrejas



**Slide 43:** Reivindicação Popular - Política do arrocho



**Slide 44:** Dívida Externa



**Slide 45:** Acúmulo de terras - grandes propriedades



Figuras 51 a 54: Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987.

Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

Destacavam-se, entre os *slides* 42 a 45, os elementos como a participação da igreja, as reivindicações sociais e um olhar atento aos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Conforme o *slide* 42, é evocada a relação da igreja com os movimentos sociais. Como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, a igreja teve um papel de destaque com os preceitos da Teologia da Libertação. Na fotografia *in loco*, é apresentada a missa realizada no dia 25 de setembro de 1983, na Praça da Sé, em São Paulo, onde se clamava por “direito, trabalho e justiça para todos”.

Nos *slides* 43 e 44, são trazidas as manifestações do povo contra a política econômica do governo, como a política do arrocho, como se vê no cartaz do *slide*. Essa mobilização coletiva sobressai na sequência com outra luta importante do povo: a luta contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a dívida externa.

Na raiz da desigualdade social está a concentração de terras rurais nas mãos de poucas famílias ou empresas. No *slide* 45, destina-se um olhar atento sobre a grande propriedade rural, abordando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Na descrição, é citada a luta “contra as grandes concentrações de terras. Como essa usina. Em 1983, no Paraná, desapareceram 10.000 pequenas propriedades rurais, e todos esses proprietários se tornaram assalariados agrícolas”.<sup>76</sup>

**Slide 46:** Partidos Políticos

**Slide 47:** “CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO”

---

<sup>76</sup> Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi



Figuras 55 e 56: Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987.

Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

Entre a sequência de *slides*, destaca-se o direito de organização partidária no Brasil. A temática ressalta a formação do Congresso Nacional, em 1985, com a comissão pluripartidária com o intuito de realizar reformulações consideradas emergenciais no sistema eleitoral e administrativo brasileiro, para a organização das eleições constituintes.<sup>77</sup> O registro fotográfico é de uma grande manifestação, onde a presença das bandeiras de diversos partidos exige um espaço. Tem como recado elementar o lema principal: “constituente sem povo não cria nada de novo”.

O argumento central do lema era que as camadas populares, historicamente excluídas das benesses do desenvolvimento social e econômico brasileiro, deveriam dessa vez influenciar diretamente na elaboração da lei máxima do país, protagonizando a luta política de interesses.

Como desfecho do material, encontra-se uma imagem de um amanhecer, produzido um ano antes da Constituição de 1988. A reflexão final finca-se no desejo coletivo de uma democracia igualitária, institucional e representativa. Palavra-chave no roteiro: “É o que esperamos para o Brasil amanhã”.

<sup>77</sup> Em 1979, com o fim do bipartidarismo, ARENA e MDB, surgiram partidos como PMDB, PDT, PTB, PDS, PP e PT.

**Slide 48: Amanhecer**

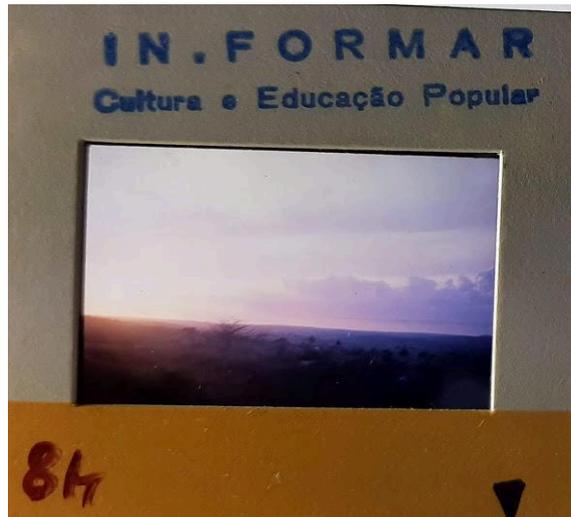


Figura 57: Montagem Audiovisual “Constituição Constituinte” produzida pelo In.Formar em 1987. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

A partir do resgate no papel dos sujeitos sociopolíticos, especialmente junto aos movimentos sociais no processo de emancipação política e transformação social, a educação popular pelo In.Formar confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transformando-os de atores sociais, políticos e culturais em agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político, social.

O material sempre traz um título indicando o tópico referido e um comentário abaixo residindo uma síntese da imagem. Com o passar dos tópicos, é possível perceber o levantamento de questões ou de ideias que o roteiro oferece ao respectivo apresentador da discussão, incentivando o debate e o aprofundamento das temáticas envoltas nas imagens.

O material teórico potencializa a necessidade de ter, como referência constante, ao longo de qualquer processo pedagógico ou de mudança social, a realidade da vida dos educandos e a forma como eles encaram essa realidade. No final da montagem, há as referências usadas pela entidade, esclarecendo sua relação de pesquisa e referenciando suas bibliografias consultadas. Entre elas, sobressaem referências da Editora da PUC-SP (EDUC), com o trabalho “Constituição e Constituinte: Em busca de novos caminhos para o Brasil” (1985),<sup>78</sup> e a Cartilha da Constituinte, elaborada pela Pastoral Operária (S/D). Esse cuidado na montagem do material denota a relação entre o conhecimento e a politização e a atenção a

---

<sup>78</sup> *Constituição e Constituinte: Em busca de novos caminhos para o Brasil* é um livro de Odair Sass, Sérgio Avancine e Sílvia Pimentel, publicado pela Editora EDUC em São Paulo.

todas as etapas de desenvolvimento da educação popular, na tentativa de fazer com que o ensino seja também pesquisa – uma investigação curiosa sobre a realidade.

Não obstante, a montagem retrata aspectos históricos, políticos e culturais que o Brasil habitava. A instalação da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) no Brasil, longe de ser uma medida política “ofertada” à sociedade brasileira, por alguns parlamentares comprometidos com a redemocratização, respondeu a um amplo movimento social que recolheu experiências e iniciativas por todo o país, mobilizando entidades e pessoas as mais diversas. O processo constituinte que antecedeu a promulgação da Carta de 1988 retratou embates políticos, pela afirmação de direitos e pela ampliação das garantias de cidadania, contando com a participação intensa de vários movimentos sociais.

Contribuindo para o fortalecimento de uma cultura cidadã que respeitasse os direitos e os deveres dos indivíduos e das coletividades, o material “Constituição Constituinte” valorizava a cultura popular, a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia no processo de construção de relações sociais mais justas. De forma específica, o material Constituição Constituinte é fundamental porque dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas – atribuindo-lhes caráter emancipatório.

### 3. O PROTAGONISMO DE MARIA CÉLIA VIEIRA ROSSI

*“Tela de Arame”*

*Em volta dos buracos os arames dão-se as mãos,  
Para não romper a roda apertam com muita força o punho  
do companheiro: E assim é que, com buracos, conseguem  
fazer uma cerca.*

*Senhor, na minha vida há uma porção de buracos,  
Há vazios também na vida de meus vizinhos.*

*Mas, se quiseres vamos dar-nos as mãos,*

*Apertar com muita força,*

*E vamos fazer juntos uma bela tela para adornar o  
Paraíso.*

(Poemas para rezar, Michel Quoist, 1954).<sup>79</sup>

A primeira vez que li o poema acima, de Michel Quoist, foi por meio de um bilhete amontoado em conjunto com as correções e considerações finais a um relatório parcial que a própria Célia tinha me enviado. De início, não entendi ao certo o significado do poema.

Ao longo das entrevistas realizadas a seu convite, para ir à sua residência, na Vila Formosa, Zona Leste de São Paulo, percebeu-se seu envolvimento e vínculo de relação entre a fé e a política, criando um elo de corrente entre a solidariedade e as práticas de resistência. A tela de arame, do poema acima, que inicialmente pode separar dois territórios, duas vidas e várias histórias, quando feita para um propósito maior e em coletividade, pode causar a direção reversa da separação, mas a formação de uma unidade.

A trajetória de Célia será marcada por essa mudança de perspectiva, suscitando uma nova dinâmica das lutas locais e práticas de mobilização e articulações políticas protagonizadas por sujeitos ora ligados à igreja, ora por lideranças a movimentos de esquerda, como sua própria participação no movimento In.Formar. Uma rica veia interpretativa que aborda os movimentos urbanos através do seu significado social, econômico, político e cultural.

---

<sup>79</sup> Michel Quoist, padre católico romano e escritor, autor do *best-seller* “*Poemas para Rezar*”, publicado originalmente na França, em 1954. Na oração “Tela de Arame”, ele destaca o conceito de unidade.

Com sua simpatia e leveza, minha inexperiência em entrevistas foi logo deixada de lado e deu espaço a uma conversa em que pude conhecer, a partir de narrativas vivenciais, sua memória e história. Acompanhada sempre de um café ou um bolo, tive acesso de forma aberta a sua casa, a sua família e as suas experiências de vida, construídas pela memória de suas lembranças e pelos registros materiais de sua residência. Lembro-me do primeiro dia que ela me mostrou seus retratos dispersos pela casa, contendo tanto fotografias de seus pais e de seus cinco filhos, quanto o registro do dia que Waldemar Rossi, seu marido, proferiu a leitura dos operários para o Papa João Paulo II, no estádio do Morumbi, e o retrato dos trabalhos artísticos feitos pelo seu filho mais velho, Paulo Rossi – de muito orgulho para Célia.

Foram várias entrevistas desenvolvidas, de vasta riqueza no que tange à vivacidade das memórias de Célia e do seu acervo particular, descoberto no decorrer dos encontros. O acervo, a que pude ter contato e ajudar previamente em sua organização, representa a trajetória dessa militante e adquire expressão em suas narrativas. Serei eternamente grata por cada troca, depoimento e confiança na disponibilidade de seus documentos, de grande importância para o trabalho proposto nesta pesquisa. Pretendo, assim, expor sua trajetória de resistência tanto no campo de sua vida privada quanto na sua atuação na esfera pública, sempre engajada com as questões sociais.

### **3.1 Práticas de resistência**

As histórias das mulheres sobre sua vivência na luta contra a ditadura civil-militar revelam as várias práticas de resistência que extrapolam as formas mais conhecidas e convencionais de atuação política, como as organizações populares, vinculadas a movimentos reivindicatórios e de solidariedade nos bairros da cidade de São Paulo. Tais memórias são fundamentais aos processos históricos, contínuos e permanentes, que ainda deflagram silenciamentos e esquecimentos na compreensão de uma memória dita como oficial (POLLACK, 1989).

Quando nos reportamos à memória coletiva dessas mulheres, enquanto sujeito e objetos da história, incorporamos não só suas ações – estas, que influenciaram as relações sociais e políticas, mesmo quando invisíveis aos olhos da sociedade e ignoradas por parte da historiografia –, mas trazendo à tona as formas de resistência mais cotidianas, sugerindo que público e privado não são excludentes nem se opõem: são necessariamente complementares.

No tocante ao período em análise desta pesquisa, as ações de apoio à militância dos homens foram facilitadas – e, de certa forma, tiveram suas condições proporcionadas – pela ação das mulheres. A providência de manifestações populares e reivindicações coletivas e solidárias de esquerda foram lideradas por mulheres, mães e trabalhadoras. Ao vivenciar posições hegemônicas, envolvidas em um Estado dominador, cúmplice de uma ditadura iniciada em 1964, Maria Célia Vieira Rossi, fazendo parte de várias organizações de resistência, sempre esteve vinculada a práticas e lutas de representação popular na sociedade.

Como apontado em entrevistas, desde sua vinda para a cidade de São Paulo, em 1949, com apenas 9 anos de idade – devido a perda da pequena lavoura de seus pais agricultores, em uma pequena terra localizado no interior de Minas Gerais, somada à necessidade de seu pai e de seus irmãos de arranjar emprego –, Célia passou a morar no Bosque da Saúde, bairro da Saúde, Zona Sul da capital paulista, onde, desde pequena, já tinha uma consciência das dificuldades passadas<sup>80</sup> e da precariedade nas condições de vida.

No decorrer de suas falas, a protagonista vai entrelaçando sua experiência de vida com a experiência social de sua família e seus vizinhos – compostos pela classe trabalhadora:

Naquela época, ali era o fim do mundo, ninguém queria ir para lá (...). Em 1949, era uma barreira, não tinha nada, nem luz. Meu irmão trabalhava até tarde, numa escuridão danada (Entrevista em 14/07/2020).<sup>81</sup>

A mudança, provocada na esperança de uma mobilidade menos precária, é assinalada pela política habitacional e pelo reforço à exclusão social e à segregação espacial dos mais pobres, ao destinar-lhes moradias precárias em periferias distantes, desprovidas de serviços e equipamentos urbanos essenciais, acentuando a margem das carências e as diferenciações entre condições sociais e econômicas nas comunidades menos favorecidas de São Paulo.

As colocações feitas pela Célia tomam como partido a pouca visibilidade diante do poder governamental, assim como as expressões da experiência vivida, enraizadas nas precariedades visíveis das condições de sua realidade. Essa insatisfação levou a família a se mudar novamente quando ela estava com 12 anos:

Nós nos mudamos para a rua Pitangueiras porque estava difícil. Minha irmã costurava na cidade e, aí, ficaria mais fácil ela ir para a cidade do que em casa, né. Com as minhas outras irmãs. Tinha duas irmãs que eram bordadeiras, duas trabalhavam com fábrica. Assim nos mudamos para rua

---

<sup>80</sup> Nesse período, ainda muito nova, Célia já trabalhava com sua mãe, fazendo sabão, doces para vender com seus irmãos. Mesmo com uma vida precária, ela relembra a esperança que sua mãe carregava – de quem fala com muito carinho.

<sup>81</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 14/07/2020, pela plataforma Stream Yard (On-line).

Pitangueiras, perto da Praça da Árvore, que também não tinha nada. Naquela época, só tinha barro e o bondinho que fazia o balão. Isso era tudo que tinha (Entrevista em 29/11/2019).<sup>82</sup>

A transferência se deu em 1954, pela necessidade do transporte, visto que, naquela época, a rua Pitangueiras, também no bairro da Saúde, era perto de um bondinho que ia até a Praça João Mendes, diminuindo o percurso e o tempo do trajeto realizado para a escola e para o trabalho. A iniquidade advinda de um país desigual fica mais explícita conforme Célia se relaciona com o mundo do trabalho, no qual, desde muito jovem, atuou em diversos setores<sup>83</sup>. Aos 14 anos, ela trabalhou na fábrica de chocolate Sonksen,<sup>84</sup> por dois anos – naquela época, estabelecida na rua Vergueiro, no bairro da Liberdade, em São Paulo.<sup>85</sup>

Num contexto de mudanças sociais, a religião pode ter o seu lugar numa estratégia de libertação. Maria Célia e sua família encontraram na religião católica forte esperança diante das dificuldades vividas. Essa articulação entre fé e política é circunscrita na vida de Célia com o início das atividades desenvolvidas pela Juventude Operária Católica (JOC)<sup>86</sup>, destinada à difusão dos ensinamentos e da doutrina da igreja no meio operário. Célia relata essa experiência:

Olha, desde os 16 anos (...) eu era da JOC, da Juventude Operária Católica, e dessa época a gente já discutia o nosso trabalho no local de trabalho, o nosso no bairro, no local que a gente vivia, e nessa época a gente tinha uma outra perspectiva que não era esse movimento popular de transformação, era movimento operário. Nas greves, nos bondes, naquela época, né? E que a gente conversava muito a questão do trabalho também. Onde a gente trabalhava, o que a gente podia melhorar, como é que estavam as coisas. Não só ali no nosso local de trabalho, mas com outras pessoas que a gente convivia. Aí, quando eu casei, eu fui morar num bairro, na Vila Rica, e aí comecei o trabalho de bairro, porque era uma outra realidade. Era outro trabalho. Era vendo as carências que a gente tinha no mesmo método “ver, julgar e agir” que a gente tinha aprendido na JOC. E então você começa a conversar com um vizinho, com a outra vizinha (Entrevista em 29/11/2019).<sup>87</sup>

---

<sup>82</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 29/11/2019. Local: Praça Leão X, 322.

<sup>83</sup> Como babá ou na produção de venda de doces.

<sup>84</sup> A primeira fábrica de chocolates instalada em São Paulo e, também, no Brasil, foi a Sönksen, fundada em 1888.

<sup>85</sup> Após a fábrica da Sonksen, Célia ainda trabalhou 1 ano em um escritório, 8 anos numa papelaria e gráfica e fez cursos complementares, como português, datilografia e taquigrafia.

<sup>86</sup> A JOC – Juventude Operária Católica – desempenhou um papel importante no cenário nacional na construção de uma nova utopia, principalmente a partir do golpe de 1964 que procurou amordaçar as poucas vozes que se levantaram para defender os direitos dos trabalhadores (MATTOS, 2009).

<sup>87</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 29/11/2019. Local: Praça Leão X, 322.

Essa possibilidade de reflexão percorreria o sentido político e social de Célia por toda a sua vida. A tríplice mediação da Teologia da Libertação (TdL), “ver”, “julgar” e “agir”<sup>88</sup>, teve, com o seu surgimento, a ideia-força de libertação na dinâmica de continuidade e ruptura com a de desenvolvimento, formando grupos não apenas de oração cristã, mas de discussões políticas e sociais das realidades ali presentes, com a finalidade de “educar o operário, tornando-o consciente de seu valor como ser humano” (KORNIS, 2000).

O método serviria como modelo para a construção dos instrumentos necessários aos movimentos de luta e militância, que lhe introduziu um novo entendimento da classe trabalhadora e as noções de dominação e exploração nas quais se baseia o sistema capitalista. Casada com o então metalúrgico Waldemar Rossi desde 1964<sup>89</sup>, Célia e seu marido compraram um terreno e foram morar em um bairro chamado Vila Rica, localizado na Zona Leste de São Paulo – segundo Célia, o bairro era “a periferia da periferia”<sup>90</sup>. Era um bairro jovem, com casais recém-chegados e diversas carências estruturais, como a falta de asfalto, luz, transporte, segurança e água encanada.



Figura 58: Célia com seu filho Paulo no recém-criado bairro de Vila Rica, Zona Leste de São Paulo, sem data. Acervo pessoal de Maria Célia Vieira Rossi.

---

<sup>88</sup> Vinculando-se à JOC internacional, a JOC brasileira adotou o método “ver, julgar e agir”, que consistia em analisar a realidade à luz da doutrina da igreja, traçando em seguida linhas de ação.

<sup>89</sup> Nesses espaços, de discussões e reflexões com a fé católica, Célia conheceu, em um congresso misto da JOC, aquele que viria a ser seu companheiro, em 1962, Waldemar Rossi. Metalúrgico e líder sindical, ele se destacou por sua atuação na famosa Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, entre os anos 1970 e 1980.

<sup>90</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 14/07/2020. Local: Praça Leão X, 322.

Desse modo, suas experiências nas lutas populares, na Vila Rica, vão surgindo conforme as próprias dificuldades de vida diante da falta dos direitos estabelecidos e da exclusão de uma experiência de cidadania. Essa falta é percorrida desde a mudança forçada de seus pais (que se mudaram de cidade por melhores condições de vida) e sentida novamente na construção de vida de Célia. Ao chegar no recém-criado bairro, Célia foi conhecendo os vizinhos e a precariedade urbana:

A gente não tinha transporte. Não tinha asfalto, era uma barreira danada. O prédio melhor que tinha era a delegacia que foi construída quando eu estava morando lá ainda. Tinha uma escola de madeira. A gente não tinha água encanada. Bom, a água encanada veio até depois quando eu já tinha mudado para Vila Formosa, que até então também não tinha. Não tinha luz nas ruas. A gente tinha um bico de luz nas casas, a gente pendurava assim numa ponta da casa, uma lampadinha pra ficar um pouco mais claro. E aí começou... que a gente viu que a gente tinha que reivindicar algumas coisas. Era um bairro começando. Era um bairro bastante jovem, os casais eram jovens e o bairro era zerado de tudo, né.

As pessoas mais pobres iam se alojando lá, sobretudo o pessoal do Norte, Minas, não tinha paulista quase lá. Paulista mesmo são os nossos filhos que nasceram. Eram mineiros, baianos, pernambucanos, alagoanos (tinha muito alagoano) que iam construindo seus bairros (Entrevista em 16/06/2019).<sup>91</sup>

A convivência em volta de uma comunidade ainda em formação acarretou na formação de um grupo de famílias, majoritariamente mulheres, donas de casas, mães, esposas de operários que, assim como Célia, já trabalhavam em suas casas<sup>92</sup>. Inicialmente formada por sete vizinhas, que se encontravam regularmente, com o objetivo de fazer uma reflexão entre a vida de trabalho e a vida de fé, a vida de trabalho e a vida de bairro, as condições de moradia e as condições de trabalho. Reunindo-se onde era possível:

Fazia reunião em casa, fazia na rua, onde a gente pudesse tá reunido, porque não tinha asfalto, não tinha nada, a gente se reunia e sentava na calçada... no chão mesmo. É, onde dava. Na hora que a gente tava com as crianças, as crianças brincando... era um momento bom para conversar (Entrevista em 14/07/2020).<sup>93</sup>

As pessoas criam a história nas relações sociais, a partir de suas práticas sociais. O bairro tem sua própria história, mas existe também uma história da cidade e de cada uma de suas regiões. São essas histórias, entrelaçadas no conjunto, que se diferem das histórias

---

<sup>91</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 16/06/2019. Local: Praça Leão X, 322.

<sup>92</sup> Célia desenvolvia atividades com seus filhos, na venda de encomendas com doces para ajudar a pagar a prestação do terreno.

<sup>93</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 14/07/2020. Local: Praça Leão X, 322.

particulares de atuação. É com essa intenção de dialogar com a perspectiva conjuntural que o estudo de bairro se constitui; que é possível captar a experiência da memória coletiva.

Assim, sempre numa perspectiva de solidariedade coletiva, essas mulheres abriram espaços para as discussões sobre a necessidade de mudar e se engajaram em ações concretas de transformação da realidade, “porque, se a gente tinha que fazer alguma coisa, a gente tinha que batalhar pelas coisas, começando dali. Então, conseguimos organizar pessoal para reivindicações, como água, com reivindicações de esgoto, asfalto e luz”.<sup>94</sup>

A primeira e mais significativa reivindicação foi a linha de ônibus, que antes tinha um trajeto mais curto, passando da Avenida Sapopemba até o Carrão, popularmente chamado “poeirinha”, por ser seu último ponto na linha feita em uma estrada sem asfalto, causando muito pó. Com a conquista da linha, o trajeto do ônibus foi ampliado para outros bairros, como Belém, facilitando o trajeto para as outras zonas de São Paulo. A estratégia de luta foi por meio da mobilização popular. Célia pontua:

Tinha um ônibus que a gente chamava de poeirinha, ele fazia um percurso bem pequeno. Mas ele era tão velho, os ônibus eram muito sujos que até feijão nascia, no chão do ônibus... então foi assim, a primeira coisa que a gente batalhou foi a questão do transporte (Entrevista 14/07/2020).

(...) A gente falava e todo mundo sentia na carne a questão de que não tinha condução, e que a gente dependia de ir para um outro bairro pra pegar uma outra condução, ir a pé pra outro bairro, e um barro danado né como não tinha asfalto, era muito barro. Então todo mundo entendia, ninguém se recusava (...). Aí cada um fazia a sua parte: pegava o abaixo assinado e ia passando. Às vezes na igreja, a gente ia depois da missa (Entrevista em 14/07/2020).<sup>95</sup>

Por meio dos abaixo-assinados, coletados de casa a casa, por todo o bairro, e a realização de diversas reuniões com o movimento popular e com os representantes da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTCC), conforme Célia elucida, a linha de ônibus foi finalmente instalada, em 1967, sob muita pressão popular. A partir desses problemas locais, expandindo suas reivindicações para níveis mais amplos, as pessoas envolvidas conseguiram a reivindicação do transporte público, através da conscientização da situação e das necessidades comuns da comunidade.

Pode-se afirmar que as reivindicações por melhorias nos transportes, levadas adiante por associações de moradores como essa, são seguidas de cuidadosa observação participante, realizando um balanço sobre sua significação social e política, retomando a questão da

---

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Idem.

autonomia dos movimentos urbanos frente ao Estado. Esse grupo de mulheres é reflexo para a formação e ampliação do bairro, processo que permitiu dar visibilidade para a comunidade, assim como para as necessidades que esses moradores sentiam, mas, como em qualquer outra região, deveriam ter acesso de imediato. Após a conquista do transporte, aconteceram outras, assim como a luz e a água, consolidadas pela urgência e pela iniciativa em se organizar:

Vila Rica não tinha nada e o que que o povo faz? Foi reivindicando, construindo, vendo onde tava precisando disso e aquilo, indo atrás, então, não nasceu do nada. Não foi porque o prefeito, governador deu, foi porque o povo apontou a necessidade e São Paulo foi feito assim.<sup>96</sup>

(...) e hoje que o pessoal continuou reivindicando, porque a necessidade... eu falo que o movimento popular é a necessidade de cada um. Ele não pipoca assim de repente: 'você não tem que o que fazer, ah, vou isso'. Não, (...) é aquilo que é necessário, que está incomodando todo mundo (Entrevista 14/07/2020).<sup>97</sup>

Emergem tais movimentos populares, em decorrência das carências e defasagens no nível de apropriação da água, dos esgotos, dos transportes coletivos, da saúde, da educação e dos equipamentos sociais; fatores que afetam o que se convencionou chamar de qualidade de vida dos cidadãos e que atingem mais a alguns do que a outros, dependendo de sua posição na estrutura social da cidade e do seu acesso aos recursos públicos. As narrativas trazidas por Célia Rossi, através da oralidade, revelam toda a trama de sua experiência diante do emaranhamento social do seu cotidiano, contribuindo de forma abrangente para a compreensão dos paradigmas historiográficos e da importância da memória através do uso da história oral em prol do aprofundamento da abordagem histórica, pela ampliação dos horizontes e possibilidades da história como conhecimento socialmente válido e útil.

Segundo Verena Alberti (1996), é possível nos aprofundar nas possibilidades de ampliação de conhecimentos oferecidas pela fonte oral:

A história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram (...); nesse sentido, uma das possibilidades de se compreender que a memória é também fato, possível de ser objetivamente estudada. E tomar a memória como fato permite entender como determinadas concepções do passado se tornaram coisas, sem o que as explicações do presente permanecem insuficientes (ALBERTI, 1996: 08).

Esses depoimentos transformam toda a vivacidade de Célia em linguagem. A partir da seleção de acontecimentos da militante, a história oral tem demonstrado seu potencial na

---

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> Idem.

historiografia. Visto como um método, ajuda-nos a compreender questões ambíguas. No que se refere à especificidade da memória, a fonte oral tem adquirido uma posição central, ao abordar ações de resistência. Com a fala de Célia, obtém-se um canal de relações sobre oralidade, memória e coletividade – além do próprio fazer história.

Assim, através de elementos materiais e simbólicos, circuitos identitários e formas de inserção nas redes, constroem-se nexos politicamente significativos e emancipatórios, onde, uma vez registrada, gravada e transcrita, a história passa a ser vista como um campo de possibilidades, transformada e constituída numa importante criação documental de lutas e resistências.

Conforme visto no primeiro e no segundo capítulos, com a crescente articulação a partir da base social, vários outros grupos formaram uma rede de apoio social e político que lhes permitiram tanto avançar em suas formas de organização para melhoria da condição de trabalho quanto no espaço de reprodução social. Essa articulação é sentida em torno de uma série de questões, carências e reivindicações pertinentes à vida urbana como entendida pelos setores populares: habitação, meios de transporte público, educação, saúde, cultura e lazer, creches, saneamento, fornecimento de água, luz e gás.

Embora já vivenciasse a desigualdade urbana desde que havia chegado na cidade de São Paulo, Célia Rossi precisou se mudar às pressas para a Vila Formosa, localizada na Zona Leste de São Paulo, em 1974<sup>98</sup>, após seu marido, Waldemar Rossi, ser preso – sob a acusação de pertencer a um partido político clandestino, que era proibido pela Lei de Segurança Nacional – pelo DEOPS/SP.<sup>99</sup>

Os trabalhadores foram a principal parcela da população-alvo das perseguições políticas e de diversas medidas tomadas pelo governo ditatorial. Atos de violência aumentavam no bairro, vigiados pelo governo ou sob intervenção estatal. As prisões ilegais também foram método repressivo utilizado pela ditadura militar para perseguir os trabalhadores.

Essa era uma medida imediata de freio à ascensão das lutas dos trabalhadores, já que estes ficariam sem uma organização institucional e solidificada (SANTANA, 1979:3). Também é certo que muitos foram mortos ou se tornaram desaparecidos políticos, porque lutavam pelos trabalhadores, por condições mais dignas de vida a essa classe,

---

<sup>98</sup> Devido ao perigo e ao medo, que resultaria na invasão de sua casa no dia seguinte, Célia e seus quatro filhos pequenos fugiram às pressas para a casa de sua mãe. A mudança pretendida na Vila Formosa, Zona Leste, foi adiantada em 1974.

<sup>99</sup> Waldemar ficou preso durante 4 meses, quando foi torturado por ser forte contestador à ditadura e representante importante da classe operária.

independentemente de estarem atuando efetivamente nas organizações de trabalhadores, na resistência armada contra a ditadura, no movimento estudantil etc.

Com o marido preso e os dois filhos pequenos, Célia Rossi se deparou com um novo bairro, em fins de localidade e pessoas, mas com o mesmo cenário encontrado anteriormente – e se viu na situação de recomeçar novamente:

Na Vila Rica, nós já tínhamos um trabalho engatinhado [de bairro], né? Quando eu vim pra Vila Formosa não era assim, não tinha água, não tinha esgoto, não tinha é... Quando eu cheguei aqui eu comecei a verificar onde eu estava, porque tinha que ver com a escola, eu tinha que ver com a creche, conversar com todo mundo, né? E me situar no bairro. Ninguém me conhecia, eu era uma ilustre desconhecida, né? e eu fui na creche, na escola.

(...) Mas aí a gente começou a descobrir que onde a gente morava nem taxista queria vir, porque tinha muito tráfico de droga, tinha prostituição, e aí o pessoal não descia, porque tinha muito assalto também. Aí a gente começou a ver que nosso pedaço precisava de tantas coisas, inclusive de água, de esgoto e aí juntou, comecei a juntar com a vizinhança. Eu já tinha o trabalho na Vila Rica, e o Waldemar saiu da prisão, quatro meses e meio depois, então com esse trabalho a gente foi fazendo tudo de novo, devagar (Documentário *Waldemar Rossi e Maria Célia Vieira Rossi: A História Por Quem A Faz*, 2011).<sup>100</sup>

Chegando à Vila Formosa, Célia Rossi se defrontou com outro espaço precário, zerado de condições básicas, e de quase nenhuma visibilidade para as políticas governamentais. Novamente, se juntando com as mães do bairro, com uma associação de moradores de Vila Formosa e em reconhecimento e defesa dos próprios direitos, eles organizaram-se e lutaram por diversas reivindicações e movimentos, tendo maior mobilização e visibilidade a campanha para a canalização do córrego Capão do Embira<sup>101</sup> e a incansável luta pelo Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>102</sup>.

A importância da presença dos setores populares no espaço público – como atores políticos, como sujeitos e não apenas como objeto das políticas públicas – cresceu, aprimorando a consciência e a identificação em torno das necessidades que os agentes sociais precisavam, assim como a consciência do mundo feminino. As mulheres, ali reunidas, iam repassando em suas mentes e corações a preocupação com o emprego, a moradia, a saúde, a escola, a creche, a luz elétrica etc. Célia relembra como eram tais encontros:

---

<sup>100</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi ao documentário *Waldemar Rossi e Maria Célia Vieira Rossi: A História Por Quem A Faz*. Disponível no: <<https://vimeo.com/55409101>>

<sup>101</sup> Veja mais em: MORAES, Regis (et alii), Apud BOSSAM, S., RUIZ, V. A batalha do Capão do Embira. Quando os trabalhadores entram em cena: a construção da riqueza na cidade de São Paulo, São Paulo: IIEP, 2016, p.198.

<sup>102</sup> Ver mais em documentário: “Waldemar Rossi e Maria Célia Vieira Rossi: A História Por Quem A Faz!”. Disponível no: <<https://vimeo.com/55409101>>. Duração: 1:07:04

Ia de madrugada, mas não eram todas as mulheres, nem todas concordam, mas eu seguia. Era normalmente a Cida, eu e a Isabel. A gente levantava de madrugada e ia na porta da fábrica panfletar, só que tudo na época de reivindicação salarial, das eleições sindicais, daí a gente levava as crianças porque não tinha onde deixar.

Então, eles (os operários) começaram, porque no trabalho da Oposição Sindical era dentro da fábrica, mas havia o bairro. Você era o mesmo, o que morava e o que trabalhava. E aí havia a conscientização da pessoa, de cada pessoa, nos dois campos em que o ser é agente da sua história. (...) E como era muito explorado, trabalhava a questão de valorizar o trabalhador na fábrica, na rua, no transporte... Enfim, na valorização mesmo do homem. Não do homem assim, é que normalmente os homens iam para a fábrica, e as mulheres ficavam mais no bairro. Mas na época, a gente começou a perceber que a gente é contada, o patrão conta com a gente. Passar, lavar, cozinhar, cuidar dos filhos e *tals*. Aí ele pode chegar e descansar para assim produzir mais (Entrevista 05/12/2019).<sup>103</sup>

Na fala de Célia, há predominância de dois espaços de definição das relações de gênero: o espaço doméstico e a esfera pública. No espaço doméstico, é perceptível a consciência da sua responsabilidade de desconstruir essa realidade desigual e gerar relações mais igualitárias. No espaço público, além de trabalhar fora de casa, espaços tradicionalmente destinados aos homens, há o fortalecimento e a coragem de criar formas de transitar entre as bases estruturais excludentes ao sexo feminino.

### 3.2 Pelo direito de voz

A experiência de incentivar discussões, organizar grupos de leitura e estimular ações coletivas serviria também para mães, esposas e filhas de sindicalistas, operários e para o mundo sindical. Célia, que tinha como base os movimentos de bairro como epicentro, estava presente também nesses espaços:

Nas conversas, quando a gente tinha bate-papo das mulheres, né? Maioria na minha casa, mas a gente descobriu que tinha profissões reconhecidas fora de casa, lavadeira, passadeira, arrumadeira, babá. Então essas profissões eram reconhecidas e remuneradas. Então, nós que trabalhávamos como força de sustentação do marido, porque quando ele chegava a gente tava com a casa arrumada, com crianças banhadas, jantada. Já prontinha, eles podiam descansar para produzir. Então, a gente era contada na produção. Tinha que apoiar o marido na greve, nas reivindicações, porque ele trabalhava e nós

---

<sup>103</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 05/12/2019. Local: Praça Leão X, 322 .

trabalhávamos também, para que ele estivesse bem (Documentário *Waldemar Rossi e Maria Célia Vieira Rossi: A História Por Quem A Faz*, 2011).<sup>104</sup>

No processo de mudança no sistema de produção do Brasil,<sup>105</sup> verificam-se relações intrínsecas entre os movimentos sindicais e os movimentos nos bairros, principalmente no que tange à mobilização das comissões de fábrica e as greves; às lutas contra a carestia, pela qualidade de vida e por educação; às experiências de ensino profissional e a formação política realizadas nas diferentes regiões da cidade de São Paulo.

Essas relações se manifestam com maior ênfase nas comunidades de bairro mais afastadas do centro da cidade. Homens e mulheres, dentro e fora das pautas trabalhistas, reivindicavam a infraestrutura e o direito à moradia – dada a carência de serviços públicos básicos. Dentro dos bairros, os moradores desenvolveram intensa discussão política sobre uma sociedade democrática, com intensa participação da igreja. Porém, a ditadura reprimia e perseguia os líderes comunitários. A protagonista confirma essa relação:

Quando você descobre que você é tão importante tanto quanto eles e que você tem que batalhar pelo salário, porque, você é contada. Então, eu ia para porta de fábrica sim, levar panfletos, para discutir com o pessoal, sendo uma grande corrente.

Na época das eleições sindicais, a gente levantava de madrugada, o mais velho sempre ia comigo, a gente ia sempre em um grande grupo, para fazer panfletagem. Então isso tudo você vê que você não é separada, eu sempre falei que a gente precisa estar ao lado, nem a frente e nem atrás, mas ao lado, na mesma luta (Entrevista em 05/12/2019).<sup>106</sup>

Esses espaços – os bairros – passam a ser ponto de outros movimentos que também representam caminhos de transformação da sua própria consciência. Assim, como parte do trabalho diário de conscientização dos moradores sobre a comunidade, a construção por melhorias na luta dos operários torna-se uma integração real das organizações, frente à ampliação dos espaços de circulação de militância – as reuniões do sindicato, do partido, as manifestações em frente a prédios públicos. Uma junção de ação e memória na luta contra o capitalismo, frente à emancipação pessoal e política.

---

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> A renovação do movimento sindical deu-se, então, por duas vertentes, a do “sindicalismo autêntico”, por dentro das estruturas, e a das “oposições sindicais”, algumas priorizando a conquista dos sindicatos para projeto de luta e outras almejando ir mais a fundo, construindo uma nova estrutura sindical diferente da estabelecida pela CLT. As oposições sindicais se organizaram nacionalmente, tiveram papel decisivo na conquista de sindicatos importantes, participaram ativamente da construção da CUT. O Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSM-SP) teve papel decisivo nesse processo (MOISÉS, 1978).

<sup>106</sup> Idem.

Dentro desse aparato, havia o clube de mães<sup>107</sup> – trabalho desenvolvido a partir da perspectiva dos estudos de gênero e que, posteriormente, foram acrescidos de outras pautas e outros movimentos populares, como visto no primeiro capítulo, que resultaria no Movimento Custo de Vida, embrião dos movimentos sociais que surgiram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. A protagonista pontua:

O clube de mães existia em São Paulo inteiro, só que alguns clubes de mães, por exemplo, dependiam do lugar que era, o pessoal ia pra rezar o terço, pra fazer crochê, ensinar bordado, essas coisas. E na maioria dos nossos clubes de mães da das periferias, não era isso, era um momento de tá junto, de discutir: ‘Olha, o meu marido é bêbado, que fazer, é...não tem escola, não tem trabalho’. Você discutia a vida ali, e daí você sabia, junto que atitude a gente podia tomar’.

(...) inclusive conversar e discutir os problemas do dia a dia, quais sejam as deficiências da escola, transporte, água, esgoto... e ali era muito rico porque ali planejavam a ação. Inclusive no outro bairro, da Santa Madalena, tinha o movimento feminista, e que a gente tinha muito contato (Entrevista em 02/07/2020).<sup>108</sup>

A partir das reuniões voltadas para aprendizagem de ofícios domésticos, mulheres de origem simples, das comunidades de São Paulo, passaram a questionar o preço dos alimentos, as condições de moradia, o bairro, enfim: passaram a exigir mudanças. A dificuldade de prover as necessidades básicas mobilizou essas mulheres na luta por melhores condições de vida, saúde e educação para as suas famílias. Ademais, como conta Célia, esses espaços de conversas e discussões incluíram, também, temas sobre direitos humanos, ecologia, feminismo, minorias étnicas, dentre outras pautas, adquirindo alto poder de mobilização política – bem mais consciente e atuante.

As questões colocavam-se em torno de reivindicações por salários, por saúde, por equipamentos urbanos, por moradia, enfim, tinham como substrato as carências e demandas economicamente fundamentadas. A ampliação da visão de mundo e das experiências das mulheres após se engajarem na associação de bairro, apontada pela protagonista, configura-se na materialização da liberdade na esfera pública. Liberdade compreendida na capacidade que os sujeitos têm de reafirmarem suas identidades pessoais e coletivas, ao se expressarem explorando seus limites e possibilidades. Nessas discussões e ações coletivas, a realidade se conectava à reflexão crítica, enquanto os problemas do cotidiano se interligam ao contexto geral do país.

---

<sup>107</sup> Paralelamente aos movimentos sindicais, os Clubes de Mães, criados em 1972 dentro das comunidades eclesiais de base da igreja Católica, multiplicaram-se por toda a cidade quando passaram a reivindicar creches, luz, água encanada e a questionar a alta dos preços dos alimentos.

<sup>108</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi no dia 02/07/2020 pela plataforma Stream Yard (Online).

Os movimentos sociais urbanos, acima de tudo, politizam a questão urbana, colocando-a num terreno onde incidem, confrontando os diferentes grupos de pressão e de interesse. O tema do direito à cidadania, da cidade, dos cidadãos ou dos meio-cidadãos retrata uma luta pela democratização na distribuição dos recursos, dos serviços de consumo coletivo pelo Estado e das próprias características do processo de desenvolvimento e planejamento urbano (JACOBI, 1983).

A organização popular possui duas vertentes, que serviam de tática para a organização: de um lado, a mística religiosa cristã (comum entre a população que vinha de municípios pequenos); de outro lado, uma consciência maior da complexa realidade que os cercava. A ligação entre a formação das CEB e a organização das mulheres, através do Clube de Mães, foi o instrumento que forneceu a solidez necessária para o trabalho e a força coletiva que gerou a casa de solidariedade do Cantinho da Esperança, localizado no Parque Santa Madalena, em Sapopemba, Zona Leste de São Paulo:

O clube de mães fui eu, a Leia, a Lica. Aí nós começamos o clube, pensar o que fazer, vamos ver o clube de mães a tal né. E aí repensando o que que o clube de mães mais tinha de importante, pra tá naquele lugar. Aí a gente começou a ver o bairro, e aí fundamos o Cantinho da Esperança, que ainda existe até hoje, que era de crianças com, é, que tinham problemas mentais e que não tinham como sair, como ir pra lado nenhum, então a gente começou um trabalho, inclusive muitas mães de lá tinham problemas com as crianças, pra não poder deixar em casa. E aí a gente começou a trabalhar com os meninos também.

(...) E foi esse mesmo clube de mães que ajudou a fundar a escolinha dos deficientes, né, a casa da mulher em situação de rua (Entrevista em 14/07/2020).<sup>109</sup>

No primeiro momento, a relação pessoal estava acima do público ou do político. Não era o heroísmo que mobilizou aquelas mulheres, mas sim uma visão dilatada do seu papel feminino – de cuidar da família com amor e dedicação. As reuniões, realizadas, na maioria das vezes, quinzenalmente, ressaltam a autonomia das mulheres, a criação de laços e vínculos de amizade entre as figuras e os bairros, além da própria participação de base, que incentivava a organização onde fosse possível e ajudava a perceber criticamente os antagonismos inerentes a essas condições de existência.

Essa participação direta das associações de bairro perpassa o tempo de suas ações; tais modificações, realizadas no Parque Santa Madalena, com a criação de uma casa de solidariedade às mulheres em situação de rua, permanecem até hoje sendo praticadas. Essa

---

<sup>109</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi, no dia 14/07/2020, pela plataforma Stream Yard (On-line).

casa nasceu da intenção de acolher essas mulheres, a fim de diminuir o peso das realidades vividas. Como pontua Célia, “foi para elas se sentirem gente. E aí depois que ficasse um lugar, tinha pouco lugar pra dormir, mas o que dava, ficava ali, se recompunha, saía de novo. Mas era um lugar de acolhida afetiva”<sup>110</sup>.

Nota-se a percepção de história permeada na fala de Célia, dando voz à memória do testemunho, à memória social e a sua recuperação e difusão. Lucilia de Almeida, sobre a história oral, defende a relevância que as experiências obtêm nas narrativas, contendo história e narrativa, tal qual história e memória. Narrativas constituídas de sujeitos, memórias, histórias e identidades, repletos de olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a história em construção. São memórias que falam (ALMEIDA, 2003:23).

É certo que Célia teve um engajamento político que transpassou a sua trajetória, tornando-se um modo de vida. Dentre as ações, simultâneas e articuladas, encontra-se a fundação do In.Formar. A convite de Pilar e Sonia Lins, conhecidas pela luta do movimento sindical, Célia foi incluída em função de sua ampla atuação de base:

A Sônia, amiga da gente, tinha sido presa junto com Waldemar, e aí elas me convidaram para participar. Eu era a única que já fazia parte do movimento popular, que morava na periferia. Aí aceitei o desafio pra gente seguir adiante e começamos as lutas, conseguindo documentar a vida das pessoas, dos movimentos e dando a orientação que a gente podia dar. E esse foi o início do Informar, com a Sônia, com a Pilar, a Maria Helena, a Sílvia, Malu e eu (Entrevista 14/07/2020).<sup>111</sup>

As práticas exercidas por Célia dentro do In.Formar evidenciam novos tipos de categorias de consciência e identidade sobre as realidades dos diversos movimentos sociais que se multiplicaram nas décadas de 1980 e 1990 – sobretudo relativas à luta por cidadania, inserida no contexto de luta por democracia. O uso do registro fotográfico serviria como compreensão do processo histórico no qual os movimentos sociais urbanos viviam, cujas vivências despertam a comunicação e a consciência do próprio grupo, dando acesso a sua escuta, às críticas, às resoluções que partem de sua própria realidade.

Essas práticas têm como chamamento a percepção das necessidades das reivindicações, somadas às discussões sobre os aspectos do dia a dia, trazendo à tona as debilidades dos serviços e das estruturas urbanas nos bairros, atuando em prol dos mais diversos objetivos e com distintas formas de organização, na tentativa de fortalecimento dessas lutas.

---

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Idem.

Maria Célia ressalta, nas entrevistas, que essas ações no In.Formar partiram das necessidades das comunidades e, assim, da necessidade do povo. Ou seja, as lutas populares mobilizam-se para reivindicar o que era de urgência para a população:

Eu falo que o movimento popular é a necessidade de cada um. Ele não pipoca assim de repente: “Você não tem o que fazer, ah vou isso”. Não, (...) é aquilo que é necessário, que está incomodando todo mundo (Documentário *Waldemar Rossi e Maria Célia Vieira Rossi: A História Por Quem A Faz*, 2011).<sup>112</sup>

A luta reivindicatória de Célia, que durante vários anos havia acumulado experiência em diversas áreas, era agora somada às ações do In.Formar, sendo reorganizada numa perspectiva política mais estratégica e com a educação popular. Essa ampla atuação nos movimentos sociais permitiu, à nossa entrevistada, novas concepções de si e do mundo, caracterizadas pela criticidade diante da suposta naturalização das desigualdades de gênero, passando a redefinir e reordenar as relações estabelecidas na sociedade:

Eu sempre fiz questão de nunca aparecer como a mulher do Waldemar, então eu nunca me identificava como Célia Rossi, eu era sempre Maria Célia Vieira, porque a cobrança em cima de uma Célia Rossi ia ser uma, e a cobrança em cima da Maria Célia, é outra, não tem nada a ver (Documentário *Waldemar Rossi e Maria Célia Vieira Rossi: A História Por Quem A Faz*, 2011).<sup>113</sup>

A fala desta entrevistada nos remete à consideração de que as mulheres ocupam um lugar central – que é o espaço doméstico. O que ela revela em sua fala é a desconsideração de que o espaço doméstico e privado foi socialmente definido como apolítico, preocupando-se com as questões da vida cotidiana, consideradas de menor importância se comparadas com a esfera privada. Sua luta ultrapassa as relações e os interesses pessoais e familiares, que também são de ordem política.

Dessa forma, a partir de seu testemunho, vislumbramos outras dimensões da realidade humana, dos acontecimentos sociais e das práticas culturais, situados no território da linguagem, o qual aponta alternativas de ações concretas e de investigações socioculturais, centradas em um período de efervescências políticas e sociais que deixaram consequências introjetadas na sociedade até a atualidade. Através da memória dessa militante, dá-se visibilidade ao que está contido, tanto no discurso da testemunha, quanto no discurso crítico em relação ao fato histórico estudado.

---

<sup>112</sup> Entrevista concedida por Maria Célia Vieira Rossi ao documentário *Waldemar Rossi e Maria Célia Vieira Rossi: A História Por Quem A Faz*. Disponível no: <<https://vimeo.com/55409101>>

<sup>113</sup> Idem.

Conhecer os testemunhos da vida e da militância de Célia Rossi é de extrema importância para se entender não só uma figura feminina, mãe, esposa e militante, que sofreu diversas intervenções diretas e indiretas no cenário político da ditadura militar, mas como corpo e voz, para reconstrução dos marcos de espaços nos quais circulou, entre o lar, os sindicatos, a igreja, as greves, os movimentos de resistência e de repúdio à repressão e os campos de solidariedade.

O testemunho de suas alegrias, lutas e dores, neste momento, torna pública uma história que também é nossa: seu relato torna quem viveu a experiência da dor em responsável sobre o que diz, ao mesmo tempo em que pede a quem ouve para partilhar os traumas, como eco de suas vozes. Diante dessa dívida que cada mulher assumiu com as novas gerações, ao contar o que permanecia invisível e silenciado, cria-se a exigência ética de tomar a história como referência para que a sociedade possa continuar a caminhar de forma diferenciada, mais humanizada (GOHN, 2007).

Com o intuito de usar, como recurso metodológico, a história oral para recuperar sujeitos escondidos pela história tradicional, escrever sobre uma figura tão representativa, como a Célia, permite obter novos caminhos para que essas pessoas possam entrar em cena na chamada “grande história” – em que geralmente estiveram invisíveis, dela foram relegadas à vida privada ou simplesmente situadas nos bastidores de lutas atribuídas aos homens.<sup>114</sup> Na esteira de Michel Foucault, trazer à tona essa reestruturação da história é fazer uma arqueologia do feminino: desconstruir para reconstruir a história em torno de bases mais reais e igualitárias (COLLING, 2004:5).

Ao possibilitar que outros sujeitos sejam participantes da história, revelamos a história por dentro, revelando e dando a conhecer as lutas e os pensamentos forjados na experiência feminina da vida individual ou coletiva, que até o momento estavam no anonimato e que eram parte da espinha dorsal de várias das organizações da chamada sociedade civil e dos partidos de oposição, desafiando com sucesso as regras da ditadura civil-militar nos anos 1980.

Além disso, escrever sobre Célia é também escrever sobre o In.Formar. A presença majoritária de figuras femininas na entidade revela a construção acerca do reconhecimento da diversificação das concepções e práticas políticas, que a ótica das mulheres ocupou no processo brasileiro de democratização política e de mudança de mentalidades. A entidade é resultado desse processo dialético, através do reconhecimento da diversidade e das

---

<sup>114</sup> Cabe ressaltar que a emergência do movimento de mulheres é indissociável da expansão considerável da classe operária nos anos 1970. Um aumento que, na verdade, foi limitado porque não significou a inserção de todos os que haviam sido expropriados dos meios de produção (RAGO, MARGARETH, 2007:229).

desigualdades existentes ao modelo neoliberal e na construção de estratégias educacionais que permitam a partilha do conhecimento, traduzido no fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e refletindo na sua natureza democrática, emancipatória e participativa.



Figura 59: Retrato de Célia Rossi durante as entrevistas. Data: 2020. Acervo: Jaine Fernanda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação surgiu da vontade de explicitar a riqueza da experiência social que tinha proporcionado a acumulação do rico acervo guardado do In.Formar. Tratou-se de um árduo trabalho, não explícito e reconhecido pela historiografia. Essa avaliação vinha da percepção que eu tive do conjunto das memórias que cercam os 12 anos de existência da entidade e dos mais de 30 anos de silenciamento em gavetas metálicas.

Para muitos, é inquestionável a preciosidade do arquivo da entidade, sendo necessário apontar o foco para uma outra questão que nos chama atenção: seu acervo e os riscos de preservação a que está exposto. Essa decisão partiu da necessidade de aprofundar questões acerca do que era esse grupo, quem fazia parte desse movimento e quais os dilemas envolvidos face à sua atuação social e política no período da ditadura civil-militar.

O entendimento sobre a atuação do In.Formar se acentua e ganha corpo pela análise do acervo, com a leitura da memória viva de Célia Rossi – cofundadora da entidade. Presente em cada ato e conteúdo inerente aos materiais, ela permitiu resgatar como se deu a criação de um ambiente propício para o estabelecimento de relações dialógicas, entre o próprio cotidiano dos trabalhadores e famílias nos bairros operários, suas condições de vida e trabalho, somadas às mobilizações sociais e às ações de recuperação das memórias de resistência à ditadura militar.

O In.Formar nasceu em 1979, da vontade e da necessidade de criar uma estratégia de luta alternativa, de mostrar, informar, apoiar e registrar – através do uso da fotografia – a resistência das lutas populares durante a última década da ditadura e o início da redemocratização. Tornou-se um projeto-informativo com fins educacionais durante a década de 1980, desenvolvendo uma vívida experiência de documentação e comunicação popular como base para o trabalho popular, pastoral e sindical. Seus idealizadores estavam claramente preocupados em politizar suas ações em prol de uma educação promotora da liberdade e da conscientização das classes populares.

Destacamos que o crescimento da atuação do grupo é reflexo do crescimento dos movimentos sociais e populares, configurando-se numa força política construída a partir de formas democráticas de participação de base. Os seus protagonistas são os moradores dos bairros da periferia, em torno de setores do sindicalismo, da igreja e das associações de base – excluídos da maioria dos benefícios trazidos por uma urbanização desigual (JACOBI, 1983:235). Na conjuntura, a resistência popular reivindica temas sobre o direito à cidadania, da cidade dos cidadãos, retrata uma luta pela democratização na distribuição dos recursos, dos serviços de consumo coletivo pelo Estado e das próprias características.

Constituídas nas redes de apoio com as lutas sociais, por meio da educação popular, que detinha, entre outros, o objetivo de desenvolver a consciência de classe, o In.Formar expressa uma prática coletiva em prol da liberdade, por melhores condições de vida, seja contra a desigualdade e as solapadas deficiências nos serviços públicos, seja na mobilização das classes populares frente à má distribuição dos recursos, dos serviços de consumo coletivo e das próprias características do processo de desenvolvimento e planejamento urbano.

Nesse percurso, a construção de processos educativos democráticos, como parte de um projeto de mudança política, foi assumindo como possibilidade prática a existência de material físico de seu acervo, tornando esse estudo ainda mais rico. Desse modo, logra a construção do saber fazer pedagógico dos educadores e educadoras populares, assim como a promoção da participação popular na definição de sua história: a recusa do autoritarismo, do assistencialismo e da doutrinação ideológica.

A entidade lidava com a informação popular dentro de uma perspectiva classista e de enfrentamento dos poderes estabelecidos. Desenvolvendo diversos meios de produção, o In.Formar promoveu e valorizou o conhecimento e a memória popular, sindical e de esquerda. Dessa maneira, as noções de realidade, de experiência e de vivência funcionam como princípios orientadores do pensar crítico imerso na imediaticidade do mundo e nas situações-problema cotidianas.

Não obstante, as evidências trazidas pelas militantes Maria Célia e Marcia Salgado remontam o trabalho social despendido para acumular o patrimônio documental, com diversos meios de documentar e comunicar as práticas de educação popular, um método de ação que procura distinguir a ação assistencialista da ação política e despertar nas pessoas a disposição para a mudança que envolve a contribuição de cada um para o coletivo.

No decorrer do estudo sobre o In.Formar, conseguimos adentrar numa nova ótica histórica que tem se estabelecido com a disciplina que investiga o passado a partir da política da memória e das representações dos sujeitos. A conexão entre o documento e a história oral permite novas formas de analisar a massa de informações de como foram concebidas a luta e a concepção de ação política e de transformação social que primava pela organização de base, pelo reconhecimento do protagonismo da classe e da centralidade das lutas e da articulação, pela base, das lutas fabris, de bairro e políticas.

Ademais, o trabalho desenvolvido pela entidade coloca em cheque uma profunda reflexão sobre a prática de lutas dos diversos movimentos populares e de sua extensa contribuição dos conhecimentos acumulados nos diversos campos da luta direta desenvolvida no município de São Paulo, assim como as estratégias e a articulação com outros movimentos

populares, tanto para a formação popular, quanto para denúncias, reivindicações e resistências contra a ditadura.

Assume-se, dessa forma, a história de modo que não estudemos apenas os atores principais, os protagonistas, suas vidas opiniões e ações, mas dando voz também àqueles considerados coadjuvantes – estes, sujeitos construtores da história de modo significativo, para compreendermos os acontecimentos e fatos de forma mais satisfatória. Com essa análise, a luta pelo reconhecimento dos sujeitos políticos ativos, via processos coletivos de socialização, viabiliza não só a formulação da fotografia como papel de denúncia e memória, mas na criação de montagens audiovisuais, seminários e pesquisas de acordo com a linguagem, as possibilidades e a necessidade do público a que se destinam.

## **FONTES**

### **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

#### **Fundo Sistema de Informação Nacional (SIAN):**

Dossiê - BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.82012279 e BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_82012279\_d0001de0001. Acesso em janeiro de 2022 a dezembro de 2024.

### **ARQUIVO PESSOAL DE MARIA CÉLIA ROSSI**

#### **Materiais educativos:**

Materiais de formação de base como instrumento das lutas populares. Tais como seminários (idoso - 1990, formação política, política social e a população marginalizada, eleições de 82, lei salarial, moradia e a república popular de Moçambique), materiais para alfabetização, formação de animadores, moradia e proposta Zona Leste.

Montagem audiovisual com 48 *slides* acompanhada de manual com referências textuais produzidas no ano de 1987 pelo In.Formar.

#### **Setor de livros e cadernos:**

Pesquisa “Jornalismo Radiofônico - a Questão da Violência”, desenvolvida para a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1984 e 1985.

Livro - GIANNOTTI, Vito. **Cem anos de lutas da Classe operária do Brasil - 1980 - 1990**. In.Formar, São Paulo, 1982.

#### **Setor de Periódicos:**

Coleções periódicas e documentos variados do jornal da FEBEM, do jornal “Vila Formosa” e do jornal “A Gazeta de Vila Formosa: o Jornal de Nossa Sociedade”.

### **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO IIEP - INTERCÂMBIO INFORMAÇÕES, ESTUDO E PESQUISAS**

#### **Fundo In.Formar**

##### **Arquivo Administrativo:**

Atas de Reuniões do grupo de liderança do In.Formar, 1979-1992.

Contrato social de 1983 e 1989

Estatutos Sociais de 1980

Regimento Interno, s/d.

Correspondências variadas (de 1985 a 1990).

Documentação jurídica da entidade. Essa documentação contém holerites, recibos e contas.

Relatórios de atividades anuais (de 1988 a 1992).

**Arquivo de produção educativo da entidade:**

Diversos dossiês temáticos, referentes, por exemplo, a eventos (congressos, campanhas eleitorais etc.), discussões (a constituinte ou a saúde do trabalhador, por exemplo), organizações (partidos e sindicatos específicos, por exemplo) e instâncias e tendências partidárias.

**Setor de livros e cadernos:**

Caderno unificado do In.Formar, no qual constam os temas dos *slides* e fotos registrados nos arquivos durante sua atuação no movimento. Sem data, p. 1-10.

**Setor de periódicos:**

Recortes de charges, boletins de recrutamento e cartazes usados nas mobilizações dos movimentos populares, subcoleção, cartazes e outros materiais de propaganda.

**RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. v. 2.

**DEPOIMENTOS**

ROSSI, Maria Célia Vieira.[ cinco de fevereiro de 2019]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação na residência da entrevistada. São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 01:34:00.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[ 29 de novembro de 2019]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação na residência da entrevistada. São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 00:23:18.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[cinco de dezembro de 2019]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação na residência da entrevistada. São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 01:29:00.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[19 de dezembro de 2019]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação na residência da entrevistada. São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 01:09:00.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[16 de junho de 2020]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 01:30:20.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[02 de julho de 2020]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 01:53:37.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[14 de julho de 2020]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 02:06:03.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[22 de março de 2021]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 01:38:31.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[06 de maio de 2021]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 00:18:00.

SALGADO, Marcia.[19 de julho de 2021]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das militantes do In.Formar, atuou na entidade de 1988 a 1992. Duração: 10:09:59.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[25 de julho de 2021]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 00:20:00.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[05 de agosto de 2021]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 01:03:08.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[19 de outubro de 2021]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 01:31:00.

ROSSI, Maria Célia Vieira.[28 de outubro de 2021]. Entrevista concedida a Jaine Fernanda Mendonça Anunciação via Plataforma Stream Yard (Online). São Paulo, SP. Uma das fundadoras e lideranças do In.Formar, atuou na entidade de 1979 a 1992. Duração: 00:25:08.

ROSSI, Maria Célia Vieira. ROSSI, Waldemar. [2011]. *A História Por Quem A Faz!*. Disponível no:<<https://vimeo.com/55409101>>. Duração: 1:07:04. Acesso em agosto de 2020 e 2024.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Além do corporativismo: interesses organizados e democratização.** In: Lições da década de 80[S.l: s.n.], 1995.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de. **Um novo texto no contexto da informação popular: os centros de documentação e comunicação.** 1989. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil.** ed.rev. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BEM, Arim Soares. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX.** Educ. Soc. v.27 n.97 Campinas set./dez. 2006.

BOFF, Leonardo. **E a igreja se fez povo. A igreja nasce da fé do povo.** SP, Ed. Vozes, 1986.  
BOSCHETTI, Ivonetti. **Política social: fundamentos e história.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social, 2).

BOSSAM, Sueli; RUIZ, Vicente. **Associações de trabalhadores: o encontro das organizações de fábrica com os bairros.** In: STEIN, Elias (org.). Quando os trabalhadores se tornam classe: a construção da riqueza na cidade de São Paulo. São Paulo: Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP), 2016.

BURKE, Peter. **Como confiar em fotografias.** Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 04 fev. 2001  
CARDOSO, Ruth (1983). **Movimentos sociais: balanço crítico.** In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia T. (orgs.). Sociedade e política no Brasil Pós-64. São Paulo: Brasiliense.

CHAUÍ, Marilena, **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo.** Brasiliense, 1986.

COLLING, Ana Maria. **As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil.** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra, 2004.

CONSELHO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP. **Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores.** São Paulo: IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas), OSM-SP (Oposição Sindical Metalúrgica – São Paulo) – Projeto Memória, 2014.

CORDEIRO, Juliana Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da and SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. **Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade.** Organ. Soc. [online]. 2018, vol.25, n.84, pp.15-29. ISSN 1984-9230.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Para além da imprensa alternativa: imprensa e impressos dos movimentos sociais paulistas 1970/1990.** In: XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación, 2012. Montevideo. Anais ALAIC 2012.

DELGADO, Lucilia. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura. HISTÓRIA ORAL, 6, p. 9-25, 2003.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** São Paulo/Rio de Janeiro, ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular.** 186f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1983.

DUARTE, Adriano Luiz., MEKSENAS, Paulo. **História e Movimentos Sociais: Possibilidades e Impasses na Constituição do Campo do Conhecimento.** Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.12, n.1, p.119-139, 2008.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca (1942- 1973).** Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Movimentos sociais: a construção da cidadania.** Novos Estudos Cebrap, out. 1984.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe.** In: Temporalis. ABEPSS, Ano VIII, n. 16, p.45-66, 2008.

FENELON, Déa Ribeiro. **O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo.** História e perspectivas. Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan/jun. 1992

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 4ª ed. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 24ª Edição, Rio de Janeiro: 1979.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em Educação Popular**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/174)**. Tese de Pós-Graduação em História Econômica na USP, 2011.

GIANNOTTI, Vito. **Cem anos de lutas da classe operária do Brasil - 1980 - 1990**. In. Formar, São Paulo, 1982.

GOHN, M. G. M. **Classes populares, periferia e movimentos sociais urbanos**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP. 1979.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, 33ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARTOG, François. **Evidências da história: o que os historiadores veem**. trad. Guilherme João de Freitas Teixeira e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

JACOBI, Pedro. **Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle popular vs. cooptação e clientelismo**. In: Boschi, Renato Raul (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 145-179.

JACOBI, Pedro Roberto; NUNES, Edson. **Ação coletiva na Grande São Paulo do populismo aos dias de hoje: recuperando as lutas populares urbanas por uma cidadania plena**. São Paulo: Relatório de Pesquisa n. 38; FGV, 1986.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001; KOWARICK, L. A. **espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual**. ArtCultura, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan./jun. 2006.

LEHER, Roberto. **Educação popular com estratégia política**. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (Org). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

LOWY, Michel. **As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação**. In: FERREIRA et al. (Org). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p. 303-320.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): Um espaço de disputas**. Tese em doutorado em História Social pela UFF, 2010.

MAUAD, Ana Maria. **Fotografia e história – possibilidades de análise**. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAUAD, A. M. **Olhos para ver e conhecer: fotografia e os sentidos da história**. IN: GAWRYSZEWSKI, A. (Org) Et al. **Imagem em Debate**. Londrina, 2011.

MESSIAS, Fernando Firmino. **Superexploração do trabalho, espoliação urbana e crise do trabalho: notas a partir das estratégias de sobrevivência na periferia metropolitana de São Paulo**. Caderno de Geografia, v.26, n.47, 2016.

MOISÉS, J.A. et al. **Cidade, Povo e Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2. ed. São Paulo.

MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. **Como pode um povo vivo viver nesta carestia: o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2016.tde-11032016-132815.

NETTO, P. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES, Margarida de Souza. **História e Memória: os jogos da memória.** In: PEREIRAS DE FARIAS, Francisco. Clientelismo e Democracia Capitalista: Elementos para uma abordagem alternativa. Revista de sociologia e política, nº 15: 49-65 NOV. 2000.

NORA, Pierre. **Entre memória e história - a problemática dos lugares.** Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, de. 1993.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, história e cidadania: o direito ao passado.** In: SÃO PAULO (Cidade) - Secretaria Municipal de Cultura - Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo, 1992. p, 25-28.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história.** São Paulo: Edusc, 2005.

PETRINI, João Carlos. **CEBs: um novo sujeito popular.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PONTES, B. M. S. **Os suportes epistemológicos dos movimentos sociais.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 04, N. 01, 2015 | 67 |.

PERRUSO, Marco Antonio. “Em busca do ‘novo’: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/1980”. **Perspectivas.** São Paulo, v.37, p. 249-269, jan/jun. 2010.

POLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. **Revista Estudos Históricos.** FGV - Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

QUIJADA, Gonzalo Leiva. **Multitudes en sombra.** Santiago: Ocho Libros Editores, 2008.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação urbana, política e territorialidade na cidade de São Paulo.** São Paulo: Fapesp; Nobel, 1997.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **A greve no masculino e no feminino (Osasco, 1968).** São Paulo: Letra e Voz, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse., I. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo, Loyola, 2005.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80.** Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2000.

SINGER, PI (Org.); BRANT, VC (Org.). **São Paulo: o povo em movimento.** Petrópolis: Vozes, 1980.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. **A fotografia como fonte histórica**. Rio Grande, 1 (2): 113-120, 2010.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

TELLES, Vera da Silva. **Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70**. In: Scherer-Warren, Ilse e Krischke, Paulo. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 54-85.

THOMPSON, Edward. P. **A Formação da classe operária inglesa**. 3. ed. v. 1. São Paulo: paz e Terra, 1997a.

\_\_\_\_\_. **A Formação da classe operária inglesa**. 3. ed. v. 1. São Paulo: paz e Terra, 1997b.

VIEIRA, V. L.; LONGHI, C. R. (Org.); GENTILE, F. (Org.). **História e lutas sociais: a classe que trabalha em movimento**. 1. ed. São Paulo: EDUC PUCSP, 2019. v. 1. 196p.

VIEIRA, V. L. **Estado de Direito e repressão em países latino-americanos, na década de 1990**. In: Patrícia Sposito Mechi e Vanderson Fábio de Melo. (Org.). Questões da ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações. 1ed.Tocantins: Editora da Universidade Federal do Tocantins, 2016, v. 1, p. 45-75.

VIEIRA, V. L. **Estado de Direito? e repressão em países latino-americanos, na década de 1990**. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH Nacional, 2013. p. 01-22.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.